

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

Universidade Federal de Uberlândia
Larissa Alves Mundim

Machado de Assis entre a poesia e a história: Identidade nacional e nacionalismo literário em *Americanas* (1875)

Uberlândia
2014

Larissa Alves Mundim

**Machado de Assis entre a poesia e a história: Identidade Nacional e
nacionalismo literário em *Americanas* (1875)**

Monografia apresentada ao Instituto de História
da Universidade Federal de Uberlândia, como
exigência parcial obrigatória para a obtenção do
título de Bacharel em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Flávia Cernic
Ramos

Universidade Federal de Uberlândia

2014

MUNDIM, Larissa Alves (1992)

Machado de Assis entre a poesia e a história: Identidade nacional e nacionalismo literário em *Americanas* (1875)

Larissa Alves Mundim – Uberlândia, 2014.
121fls.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia

Palavras-Chaves: literatura e história; Machado de Assis; poesia; identidade nacional; nacionalismo literário; indianismo; Brasil Império;

Larissa Alves Mundim

**Machado de Assis entre a poesia e a história: Identidade nacional e
nacionalismo literário em *Americanas* (1875)**

Banca Examinadora

Prof^ª. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos (Orientadora)

Prof^ª. Dra. Ana Paula Spini
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Prof^ª Dra. Daniela Magalhães da Silveira
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

À memória de Anita Alvarenga, minha bisavó, que estava ao meu lado no princípio da jornada e já acreditava em mim antes de todos. Foi dela, que há cerca de dois anos, herdei a confortável poltrona na qual escrevi a maioria das páginas desse trabalho. E foi dela, que há cerca de vinte anos herdei certa velocidade. A ela, a matriarca da família que tanto amo, dedico essas folhas, na tentativa vã e juvenil de isentar meu pesar de não ter voltado àquele quarto de hospital, naquela tarde quente de abril.

Agradecimentos

Meu primeiro agradecimento é para aqueles que possibilitaram os últimos quatro anos dedicados apenas aos estudos: aos Alves. Família a qual devo tudo, minha dívida com eles não para de crescer, não são muitos e seus nomes devem contar nessa página: Nilse e Manoel, meus avós; Geisler, minha mãe e Mateus, meu irmão; tio Marco, Fernanda e Nicole; tia Ana Paula, Ricardo, Aninha e Vitor. Ao tio Fernando e à Fernanda, por terem me mostrado o caminho acadêmico (apesar de eu não ter seguido a trilha das ciências exatas).

Aos Mundim: Adnan, meu pai; Tito e Zilda, meus avós; tia Isabel, Júnior, Natália e Mariana.

À Juliana, um “anjo mais velho”, por sua fé inabalável em mim.

Aos amigos cativados no tempo da graduação, fica o agradecimento especial para: Rafael Fonseca, Rodrigo Francisco, Foguinho, Matheus Borges e Daniel Armond. À Juliane Granusso, por me aguentar bastante (bastante mesmo!) e por pagar minhas contas porque prefiro não andar com dinheiro. E à Mariana porque afetosamente entrou em minha vida, mantendo minha sanidade.

Ao *Si-Hing* Iron que entende, meio contrariado, o motivo de eu ter me afastado do tatame para ficar presa nos livros.

Aos professores da graduação. Principalmente Ana Paula e Daniela, por terem contribuído para minha formação e por gentilmente terem aceitado o convite de participar desse momento. Já agradeço os comentários que virão, tenho certeza que serão importantes para os próximos passos da pesquisa.

E por fim, àquela que merece toda minha gratidão, Ana Flávia. Devo minha formação à orientadora carinhosa e dedicada que tenho. Flávia, obrigada pela companhia nesse tempo de pesquisa e pela leitura minuciosa de meus textos. Fica a promessa de continuar o caminho que você me ensinou.

Resumo

O presente trabalho se propõe a analisar a coletânea poética *Americanas*, publicada por Machado de Assis em 1875. A referida coletânea é tomada como um documento histórico, sobretudo ao que se refere sobre os desdobramentos da literatura nacional na década de 1870. Nosso exercício de análise da poesia machadiana tem como pressupostos teóricos e metodológicos autores como Carlo Ginzburg, Edward Thompson, Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de Miranda Pereira, para os quais a obra literária está relacionada, principalmente, ao contexto social e histórico no qual foi produzida e a experiência social e literária do autor. A partir disso, temos como objetivo analisar a poesia machadiana em interlocução com o desenvolvimento da literatura brasileira na década de 1870, bem como com as mudanças que operavam na sociedade imperial na época. Portanto, a ligação da literatura oitocentista com seu meio social, será fundamental para esse trabalho. Afinal, consideramos que, no século XIX, a literatura era um privilegiado veículo de atuação social para os intelectuais.

Palavras-chaves: Literatura e História; Machado de Assis; poesia; identidade nacional; nacionalismo literário; indianismo; Brasil Império;

“Portanto, é possível distribuir minha solidão,
torná-la meio de conhecimento.
Portanto, solidão é palavra de amor.
Não é mais um crime, um vício, o desencanto
das coisas.
Ela fixa no tempo a memória
Ou o pressentimento ou a ânsia
De outros homens que a pé, a cavalo, de avião
ou barco, percorreram teus caminhos,
América.”

Carlos Drummond de Andrade

Sumário

Resumo	vii
Introdução	1
<u>Capítulo I:</u> A suposta “ingratidão” com o “formoso Brasil”	9
O “Sentimento íntimo” de Machado de Assis	14
Literatura, Indianismo e Identidade Nacional	20
“A nova geração”	25
A “denominação comum”	31
<u>Capítulo II:</u> O mito nacional na pena de Machado de Assis.....	35
A primeira americana	41
O mergulho nas águas da tradição	49
Além de índios.....	60
Diversidade racial e a sociedade brasileira.....	65
A situação dos mestiços.....	77
As personagens femininas	80
<u>Capítulo III:</u> Machado de Assis: poeta-historiador	85
Concílio entre história e literatura	87
As notas machadianas.....	90
No lastro da história.....	96
Considerações finais: O desfecho dos anos 1870.....	105
Documentos	113
Referências bibliográficas.....	115

Introdução

“Acima da sociedade real, construía-se pouco a pouco uma sociedade imaginária [...] na qual tudo parecia simples e coordenado, uniforme, equitativo e conforme a razão. Perdeu-se o interesse pelo que era, para pensar no que podia ser, e enfim viveu-se pelo espírito nessa cidade ideal que os escritores haviam construído.”¹ (Alexis Tocqueville)

Tocqueville profere tal sentença em sua reflexão sobre a Revolução Francesa, mas poderia ser síntese também para o movimento considerado centelha para as ideias revolucionárias do século XVIII: o Romantismo. Sabemos que não podemos restringir o Romantismo “apenas às formas utópicas de pensamento e de criação”. Partimos do pressuposto de que ele foi um “movimento sociocultural e complexo e de múltiplas faces”, conforme afirmou Thomé Saliba em *As utopias românticas*². Sob esse prisma, o movimento Romântico carrega consigo sonhos e esperanças de provocar rupturas históricas e mudanças radicais na sociedade. Dessa forma, a atitude do ideal romântico, sobretudo nos grupos dominantes, foi “buscar autênticas tradições nacionais, imersas num passado remoto e obscuro”. A sensibilidade romântica seria como deus Jano, que tem sua face voltada para o passado e o futuro³. Ao mesmo tempo em que busca no passado os referências para a nação, olha-se para o futuro, tempo em que realizaria “os ideais humanos de felicidade, bondade e perfectibilidade”⁴.

Os ideais românticos, com suas ambiguidades, influenciaram amplamente o campo cultural. A imaginação e a sensibilidade românticas forjaram, no âmbito artístico, novas significações e foram tomadas como manifestações culturais com grande comprometimento político e social. O movimento Romântico se propunha a criar referenciais para a nação que se construía após a Revolução Francesa e para o povo que se constituía como organismo coletivo⁵. De modo geral, a arte Romântica floresceu, sobretudo, na literatura que naquela época, tinha um duplo caráter, como assinala Benedito

¹ TOCQUEVILLE, Alexis. Apud. SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

² SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003. p.13-14.

³ Na mitologia grega, Jano é responsável por abrir as portas do novo ano, e como todo portal tem dois lados, assim era representado o deus, com duas faces, uma voltada para o futuro e uma para o passado. (BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia: História de deuses e heróis*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 21.)

⁴ SALIBA, *op.cit.*, p. 15.

⁵ SALIBA, *op.cit.*, p. 55-68.

Nunes em “A visão Romântica”: denunciar a “insatisfação com o real”, ao mesmo tempo em que passava a “oferecer, contra ele, o abrigo do ideal decepcionado”⁶.

Na época que o movimento Romântico florescia na Europa, o Brasil ainda era colônia de Portugal. Todavia, segundo Antonio Candido, a população demonstrava “sinais de inconformismo contra classes superiores”, como foi o caso da Inconfidência Mineira em 1789 e a Conjuração Baiana em 1798⁷. Mas foi somente a partir da independência efetiva na década de 1820, que foi possível uma “transição ideológica” no Brasil. As reformas instauradas pela separação política entre Brasil e Portugal tinham entre suas características o desejo de autonomia e consequentemente o anseio para modernizar e civilizar a jovem nação. Concomitante com essas expectativas surge o anseio pela independência cultural. Nesse contexto, conforme argumenta Antonio Candido, “o Romantismo apareceu aos poucos como caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada”⁸. Iniciam nesse contexto as primeiras expressões do Romantismo apropriado e adaptado para a realidade da sociedade brasileira. Era o momento de o Brasil criar sua própria “sociedade imaginada”, assim como fizeram os representantes do Romantismo francês, a fim de forjar uma identidade nacional. Visto que, o Estado apenas se consolidaria se houvesse nação, segundo Bernardo Ricupero, “a hegemonia, para ser segura, para ser completa, não podia limitar-se apenas como dominação, precisava também funcionar como direção intelectual e moral”⁹. Os referenciais da Escola Romântica foram fortuitos ao Brasil naquele momento, a relação com o passado, com a natureza, a ideia de criar uma nova sociedade, e o principal elemento que era a reação a um regime antigo, mas tudo muito adaptado à realidade brasileira.

O Romantismo brasileiro surgia do anseio de definir a especificidade nacional, tendo como referência os franceses. Inspirados na obra do francês Ferdinand Dénis que criou as primeiras diretrizes para a literatura brasileira e dos poetas árcades como Basílio da Gama e Santa Rita Durão, “homens de letras” como Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, Teixeira de Souza, Sousândrade, Porto Alegre, Torres Homem, Manuel Macedo criaram suas obras literárias e políticas¹⁰. No Romantismo francês, se buscava no

⁶ NUNES, Benedito. “A visão Romântica”. In: GUINSBURG, Jacob (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985. p. 55.

⁷ CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/SP, 2002. p. 7-8.

⁸ CANDIDO, *op cit.*, p. 20.

⁹ RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil- 1830-1870*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 23.

¹⁰ CANDIDO, *op.cit.*, p. 25-58

passado as referências de nação, por essa razão, havia maior interesse pela vida feudal, entendida como gênese nacional para a Europa. O Brasil seguia esse caminho e, não tendo um passado feudal, recorria aos tempos coloniais, quando a nação estava em condição de subjugação. Para que os referenciais positivos emergissem, esses primeiros escritores de um Brasil independente sublimaram o passado que gostariam de ter tido, concentrando seus esforços nos elementos tidos como auspiciosos no território nacional: não fomos um dia senhores feudais, mas temos uma imensa floresta, grandes rios, uma raça forte de guerreiros que viviam na terra antes da chegada das naus portuguesas¹¹. Tendo por base essas orientações, o indianismo surgiu como uma expressão artística capaz de abrigar esses parâmetros e como a solução literária viável para aquele momento.

Dentre os intelectuais que participaram deste projeto já nas décadas de 1840-1850 está Gonçalves Dias, com a literatura indianista, que sem dúvida se tornou a maior expressão artística do movimento romântico do Brasil. A geração posterior, representada por José de Alencar, continuou a proposta indianista de Gonçalves Dias, que passou a ser interpretada à luz da conjuntura política dos anos 1860. Segundo Antonio Candido, essa segunda geração Romântica tinha como objetivo alcançar uma independência estética ao “elaborar expressão que correspondesse à diferenciação linguística” em relação a Portugal¹².

O final da década de 1860 teve a paz perturbada com a Guerra do Paraguai no sul da América Latina. O Império do Brasil saiu vencedor da guerra, porém sofreu consequências posteriores ao tratado de paz: aumento da luta contra o regime escravocrata e debate sobre uma possível República. Com mudanças no horizonte, houve significativo desenvolvimento na vida cultural. Surge no campo literário homens como Castro Alves, Fagundes Varela, Esquivel Taunay e Machado de Assis¹³. Ao Romantismo brasileiro restavam os suspiros finais, mas esse movimento ainda deixaria em aberto uma possível consolidação da literatura nacional. O Império havia se munido de um poderoso “aparato político-ideológico” a fim de consolidar a identidade nacional¹⁴. Evidentemente que a missão não poderia ser abortada considerando a efervescência literária, logo, o papel de consolidar a identidade nacional ficaria sob a custódia da nova geração. Era preciso criar sucessores que aceitassem o papel legado pelo movimento Romântico.

¹¹ CANDIDO, *op.cit.*, p. 90-91.

¹² CANDIDO, *op.cit.*, p. 63.

¹³ CANDIDO, *op.cit.*, p. 68-82.

¹⁴ SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial*. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2013. p. 50.

Machado de Assis foi um desses possíveis candidatos a sucessor de Gonçalves Dias, não tanto por incumbência própria, mas sim por uma série de comparações que muitos críticos literários faziam. Numa carta de 4 de agosto de 1870, com uma apreciação crítica sobre *Falenas*, a segunda coletânea de poesias de Machado, Barão de Santo Ângelo saudava o poeta pelo talento e afirmava: “Gonçalves Dias deixou um digno sucessor!”¹⁵. Comparar Machado de Assis a Gonçalves Dias era profícuo visto que o primeiro era um jovem literato que demonstrava ser capaz de levar a labuta até o próximo passo. Porém o jovem e talentoso Machado de Assis também demonstrava não querer seguir os passos exatos do mestre Gonçalves Dias, parecia mais interessado numa vertente literária com maior independência temática, o que gerou polêmicas e reações nos primeiros meses de 1870. Dentre algumas das respostas machadianas ao impasse da constituição literária nacional está a coletânea poética *Americanas*, publicada em 1875, objeto de estudo desta monografia de final de curso.

Americanas é uma coletânea composta por treze poesias, com uma temática voltada para a “cor local”, uma “Advertência” ao leitor, na qual o autor explica os motivos de ter reunido tais poemas numa edição e, finalmente, notas explicativas, nas quais Machado aponta de onde tirou inspiração para as histórias ali narradas. Para compreender a publicação de uma coletânea de versos que privilegia a temática indianista e nacionalista por parte de Machado, ponderamos sobre o escritor “como homem de seu tempo”. Machado de Assis, em conformidade com as rupturas que se operavam na sociedade brasileira na década de 1860-70, escrevia obras que privilegiavam pouco ou quase nada uma literatura entendida como tipicamente nacional até a década de 1860, sobretudo em seus livros publicados até então: duas coletâneas de poesias, *Crisálidas* de 1865 e *Falenas* de 1870. Observamos que os versos machadianos até então pouco tinham se comprometido com uma temática considerada tipicamente brasileira, indianista. Todavia, em *Americanas*, Machado de Assis decide abordar em suas poesias aquilo que constantemente foi chamado de “cor local”.

Para entender a tomada de decisão do autor, partimos da hipótese de que as escolhas machadianas na segunda coletânea poética não agradaram aos críticos mais próximos da tradição literária de Gonçalves Dias. Críticos contemporâneos de Machado pediam maior comprometimento com temas e cenários brasileiros, pois o poeta parecia

¹⁵ Correspondência de Machado de Assis. Tomo II: 1870-1889/ coordenação e orientação Sérgio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009 (Coleção Afrânio Coutinho; v. 92). p. 81.

distante da realidade nacional ao escrever sobre temáticas clássicas e europeias. Dessas questões surge o primeiro capítulo desse trabalho, no qual indagamos o debate acerca da posição machadiana frente ao nacionalismo literário. Desse modo, questionamos as respostas de Machado aos impasses incitados por seus críticos. Partimos das respostas desencadeadas por Machado de Assis em textos teóricos como “Instinto de Nacionalidade”, de 1873, em diálogo com a coletânea *Americanas*, publicada em 1875. O primeiro capítulo tem como proposta analisar os embates literários e, sobretudo, indianistas na literatura machadiana a partir do cerne da questão, a publicação de *Falenas* em 1870, e a subsequente publicação de *Americanas* em 1875. Nesse primeiro momento, concentramo-nos em entender o artigo de 1873 e as questões contidas na “advertência”, que abria *Americanas*, a fim de compreender o diálogo suscitado entre esses textos.

Descortinar a obra poética de Machado de Assis implica em ter um grande manancial de fonte histórica sobre o meio social no qual os versos foram produzidos. Esse é o nosso olhar para a coletânea de versos de Machado, perceber a dimensão histórica da poesia machadiana. Para tanto, no segundo capítulo deste trabalho, formulamos problemas e questões a partir do meio social que possibilitou a produção da coletânea *Americanas*. Se na primeira parte articulamos o problema a partir do artigo de 1873 e a “advertência”, que é porta de entrada para a coletânea, neste segundo momento mergulhamos na análise das poesias. De tal forma, colocamos os versos machadianos à roda da tradição literária indianista, colocando-os em diálogo com seus antecessores, ao mesmo tempo em que buscamos compreender os versos a partir das mudanças sociais da década de 1870. Nosso objetivo é compreender o olhar machadiano para a história do Brasil e para as questões sociais que o cercavam naquele momento. Assim, compreendemos o autor dentro de sua interlocução social e literária.

No terceiro capítulo levantamos questões sobre as últimas páginas da coletânea de Machado, onde se encontram as notas explicativas. Nessa parte do trabalho, refletimos sobre a interlocução machadiana com a tradição literária a partir do uso das notas, que era um recurso literário recorrente entre os autores do Romantismo. Os autores usavam esse mecanismo como forma de traduzir termos indígenas, explicar os costumes de algumas tribos e, sobretudo, calcar suas narrativas no campo da história, forjando, de alguma forma uma verossimilhança para a ficção. Buscamos entender as intenções de Machado ao apropriar-se desse artifício, bem como seu diálogo com a história. Assim, há um fio condutor na própria monografia, no primeiro capítulo trabalhamos com a “Advertência”,

no segundo analisamos as poesias e no terceiro encaramos as notas, seguindo a lógica de organização da própria coletânea.

Literatos de modo geral fizeram história a partir da literatura, e não necessariamente eram conscientes disso. Enxergamos a literatura sob essa ótica e a partir de trabalhos como o de Nicolau Sevcenko, temos como referência que “os temas, motivos, valores normas ou revoltas” das obras literárias “são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo”¹⁶. A literatura é de alguma forma envolvida pela história, como afirmou Sevcenko:

A história assim, ao envolver o escritor, o arroja contraditoriamente para fora de si. Para que aquele que cumpra o papel e o destino que lhe cabem, é necessário que se percam nos meandros de possíveis inviáveis. Desejos inexecutáveis, projetos impraticáveis; todos porém produtos de situações concretas de carência e privação, e que encontram aí o seu âmbito social de correspondência, propenso a transformar-se em público leitor. A literatura portanto fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos.¹⁷

Em suma, tratamos de historicizar a obra poética de Machado de Assis. Carlo Ginzburg, em *O fio e os rastros*, afirma que “todo texto inclui elementos incontrolados”¹⁸. Isso implica em ter em mente que um escritor- por vezes inconscientemente- nos lega pistas sobre determinado contexto social e político. Não obstante, por essa razão, a estratégia de leitura do historiador deve ser buscar as pistas e os vestígios considerando que a obra é produto do tempo no qual foi produzida. Sob esse prisma, resgatamos a historicidade latente na obra literária, que é inseri-la no contexto de produção, enfatizando autor, literatura e contexto. Assim como propõe Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira em *A história contada*:

Em outras palavras, a proposta é historicizar a obra literária- seja ela conto, crônica, poesia ou romance-, inseri-la no movimento da sociedade, investigar em sua redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social- algo que faz mesmo ao negar fazê-lo.¹⁹

¹⁶ SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão- tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia das Letras, 1999. p. 20.

¹⁷ SEVCENKO, *op.cit.*, p. 21.

¹⁸ GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Cia das Letras, 2007. p. 11.

¹⁹ CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 7.

Assim como é proposto nesse trecho de *A história contada*, nosso objetivo foi tomar a coletânea *Americanas* como evidência histórica, e como qualquer outro documento, passível de indagações e olhares críticos. De modo que reafirmamos que obras literárias são entranhadas nas intrigas e nos problemas de seu próprio tempo²⁰. Por isso nossa escolha foi colocar a coletânea à baila com elementos externos ao texto em si, com o contexto da produção e com a experiência social de Machado de Assis.

²⁰ CHALHOUB e PEREIRA, *op.cit.*, p. 8.

Capítulo I

A suposta “ingratidão” com o “formoso Brasil”

“Mas após o *Fiat* político, devia vir o *Fiat* literário, a emancipação do mundo intelectual, vacilante sob ação influente de uma literatura ultramarina. Mas como? É mais fácil regenerar uma nação, que uma literatura. Para esta não há gritos de Ipiranga; as modificações operam-se vagarosamente; e não se chega em um só momento a um resultado.”²¹ (Machado de Assis)

Em janeiro de 1870, Machado de Assis publicou *Falenas*, sua segunda coletânea poética. Heterogênea em suas composições, *Falenas* constituía-se de traduções diversas de Shakespeare e de poetas românticos tais como Lamartine, Alexandre Dumas Filho e Friedrich Schiller e até de uma “Lira Chinesa”²². Havia também paráfrases como “Uma ode de Anacreonte” que incorporava versos do poeta grego traduzidos por Antônio Feliciano Castilho²³. Há poucas poesias autorais, algumas delas são: “Flor da mocidade”, “Manhã de inverno”, “Menina moça”, que é dedicada a Ernesto Cibrão, “Visão”, dedicada a Luís Alvarenga Peixoto, dentre outras²⁴. Há também “La Marchesa de Miramar”, poema dedicado à Carlota da Bélgica, viúva de Ferdinand Maximilian Joseph von Habsburg, que era irmão do Imperador austríaco Francisco José e primo de D. Pedro II²⁵. No caso de “La Marchesa de Miramar”, observamos que mesmo falando de Europa, Machado de Assis ainda estava ligado à família Imperial brasileira, visto que nesse caso a musa é parenta do Imperador do Brasil, Habsburgo por parte materna²⁶. As escolhas do poeta Machado de Assis pareciam, entretanto, não agradar aos leitores, que por vezes ainda se mostravam desejosos de uma literatura que contivesse traços tipicamente brasileiros. Entre as críticas que a coletânea recebeu está a publicada no dia 05 de fevereiro de 1870 no *Diário do Rio*

²¹ ASSIS, Machado de. “O passado, o presente e o futuro da literatura”. In: Obra completa de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. II, 1994. (Publicado originalmente em *A Marmota*, Rio de Janeiro, 09 e 23/04/1858).

²² ASSIS, Machado de. “Falenas”. In: *Toda poesia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

²³ MAGALHÃES Jr., Raimundo. *Vida e Obra de Machado de Assis*. vol. 2: Ascensão. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 140-141.

²⁴ De acordo com Magalhães Jr., “algumas das poesias originais das *Falenas* haviam sido divulgadas na *Semana Ilustrada* e noutras publicações.”. MAGALHÃES, Jr., *op.cit.*, p.143.

²⁵ Correspondência de Machado de Assis. Tomo II: 1870-1889/ coordenação e orientação Sérgio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009 (Coleção Afrânio Coutinho; v. 92). p. 94.

²⁶ Segundo Machado de Assis em nota da coletânea- “Conta um biógrafo do arquiduque Maximiliano que este príncipe, quando estava em Miramar, costumava retratar fotograficamente a arquiduquesa, escrevendo por baixo do retrato: *La marchesa de Miramar*”. Cf.: ASSIS, Machado de. *Toda poesia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 203.

de Janeiro, na coluna intitulada “Literatura”. O artigo pertencia a Luís Guimarães Jr., amigo de Machado, e que talvez por isso não deixou de tecer elogios ao lirismo do poeta no começo do texto²⁷. Luís Guimarães Jr. iniciou suas considerações sobre a “nacionalização da literatura brasileira” evidenciando como alguns escritores entendiam como deveria ser escrita a literatura nacional. A conclusão de Guimarães Jr. foi que *Falenas*, embora fosse “agradável” e um “bom livro”, não era “útil”, pois parecia uma coletânea de poesias da Europa. Argumentava o crítico que a coletânea poderia pertencer ao “arquivo português”, uma vez que o estilo não se parecia com o de um “escritor nacional”. Guimarães Jr. sugeria que Machado de Assis deveria “concorrer ao pé dos nossos primeiros homens de letras para que a literatura nacional [fosse] ganhando o selo característico de que [tinha] urgente necessidade”²⁸. E exclamava ao final: “E é tão fácil ao autor das *Falenas* satisfazer a esse compromisso!”.

No dia seguinte, em 06 de fevereiro de 1870, no jornal *Dezesseis de Julho*, dirigido por José de Alencar, surgia uma nova crítica à coletânea de Machado, na coluna “Folhetim”, agora assinada com o pseudônimo de Oscar Jagoanharo. Segundo Magalhães Jr., o autor era Tristão de Alencar Araripe Jr., então um jovem de 20 anos, admirador do poeta Machado de Assis e primo de José de Alencar²⁹. No artigo do jornal, percebemos que, depois de tecer longos elogios ao escritor fluminense, Oscar Jagoanharo terminava com uma séria acusação.

Justíssimas queixas deveria expor ao seu autor pela ingratidão com que se tem havido para com este tão formoso Brasil, para com este tão prolífico solo ao qual deve a vigorosa imaginação que possui; longas increpações teria de fazer, pela manifesta preferência que vota ao grito da cigarra de Anacreonte sobre o melodioso canto do sabiá, mas esgota-se o tempo e o espaço, e o compositor apressa-se em pedir-me os autógrafos.³⁰

Apesar de breve na acusação, Jagoanharo mostrava-se rígido ao usar um termo como “ingratidão”. Podemos perceber que o primo do autor de *Iracema* também estava preocupado com o que seria a constituição de uma literatura tipicamente nacional³¹.

²⁷ A proximidade entre Machado de Assis e Luís Guimarães Jr. pode ser identificada por cartas. Pelas correspondências, acompanhamos a amizade de ambos desde 1863.

²⁸ GUIMARÃES Jr., Luís. “Literatura”. In: *Diário do Rio de Janeiro*, 05-02-1870.

²⁹ MAGALHÃES, Jr. *op.cit.*, p. 145.

³⁰ JAGOANHARO, Oscar. *Dezesseis de Julho*, 06-02-1870.

³¹ Ainda em janeiro de 1870, foi lançado o livro *Contos Fluminenses* que parecem não ter apaziguado os ânimos dos críticos. O próprio Alencar Araripe Jr. comentou a nova publicação no *Dezesseis de Julho*, essa edição foi perdida. Todavia, numa crítica a *Quincas Borba*, 22 anos após esse episódio, Araripe Jr., recordava essas primeiras críticas à Machado de Assis e na *Gazeta de Notícias* em 12 de janeiro de 1892, fez a seguinte afirmação: “Nessa época [janeiro de 1870], eu andava muito preocupado com a ideia de romance nacional;

Embora houvesse outras críticas em relação à coletânea, as mencionadas sintetizavam as ideias dos autores no que diziam respeito às poesias de *Falenas*. Muitas destas críticas convergiam para um lugar comum, ou seja, para a suposta “ausência de espírito pátrio” de Machado de Assis³². Alguns dos contemporâneos de Machado pareciam entender que a literatura deveria privilegiar o sentimento de nacionalidade e de pertencimento à nação, o que definiria sua “cor local”³³. Essa “cor local” estava atrelada à presença de elementos tropicais, de temática e de personagens que seriam tidos como tipicamente brasileiros na literatura. Embora a coletânea *Falenas* possuísse alguns traços de uma literatura tipicamente nacional, a maioria das escolhas de Machado parecia estar distante da “musa brasileira”. Ao observar os primeiros versos escolhidos para abrir a coletânea, percebemos como a crítica parecia justificável, sobretudo naquele contexto histórico no qual havia pressa em se consolidar a literatura nacional. A primeira poesia de *Falenas* se intitulava “Prelúdio”:

Lembra-te ingênua moça, imagem da poesia,
Que André Roswein amou, e que implorava um dia,
Como infalível cura à sua mágoa estranha,
Uma simples jornada às terras da Alemanha?
O poeta é assim: tem, para a dor e o tédio,
Um refúgio tranquilo, um suave remédio:
És tu, casta poesia, ó terra pura e santa!³⁴

sabia de cor o *Brasil* de Ferdinand Denis e lera pela oitava ou nona vez *O Guarani*, de J. Alencar. No que respeitava à literatura, ignorava completamente a existência de uma coisa chamada *proporções*; pouco tinha observado, muito menos comparado, de modo que, segundo então pensava, não havia senão uma craveira: - diante de uma obra de arte, ou tudo ou nada. / Daí uma consequência- as *Falenas* seriam toleráveis, mas os *Contos* mereciam morte afrontosa e violenta. Escrevi o folhetim indignado e descansei no fim da obra, certo de ter causado a ruína de um edifício colossal. Como são agradáveis estas ilusões infantis!” (Araripe Jr. “Quincas Borba”. *Gazeta de Notícias*, 12-01-1892)

³² Naquela época, outro jovem de 20 anos também se incomodou com a coletânea *Falenas*, no dia 20 de maio de 1870, com assinatura de Sílvio Ramos saiu uma crítica no jornal pernambucano *A crença* que acusa os versos de “lirismo subjetivista” e “humorismo pretensioso”. APUD, MAGALHÃES Jr., *op.cit.* p. 147.

Sabemos que a assinatura desse artigo era a abreviatura de Sílvio da Silveira Ramos, que adotou posteriormente o nome de Sílvio Romero. Também sabemos que esse estudante de Direito cruzará o caminho de Machado de Assis diversas vezes, irá publicar um livro apenas para repudiar a obra de escritor fluminense em *Machado de Assis: Estudo comparativo de literatura brasileira*. O que nos interessa, contudo, como indicou Roberto Ventura, em *Estilo Tropical*, a crítica de *Falenas* foi a primeira vez que o enfrentamento ocorreu. Cf.: VENTURA, Roberta. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. SP: Companhia das Letras, 1991. p. 96-97.

³³ Segundo Márcia Gonçalves, algumas das produções intelectuais do século XIX delinearam na época o que ficou conhecido como “cor local”, era um “esforço por imaginar e materializar o caráter único, selo de identificação, das terras e das gentes do jovem país em formação”. Em suma, o selo de identificação tinha como objetivo “expressar e constituir o “ser brasileiro”, como outro, na relação e na diferença, frente às heranças e características do colonizador português”. GONÇALVES, Márcia de Almeida. História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, vol. II: 1831-1870. p. 429.

³⁴ ASSIS, *op.cit.*, p. 93

No trecho, o eu lírico exalta o ato de escrever poesia. Contudo, Machado liga o “suave remédio” dos poetas, que é o próprio momento criativo de escrever a poesia, “às terras da Alemanha”. A ideia de que Machado exalta a escrita de poemas, as musas e a “terra da poesia” é evidente no final do “Prelúdio”, no qual o autor exclama: “A terra da poesia é a nossa Alemanha”. A influência europeia, que se repete em diversos momentos nas poesias de *Falenas*, não agradou aos críticos. Além de poesias autorais, nas quais percebemos que Machado é influenciado por poetas românticos como Lamartine e Schiller, de tal modo que os imitam na forma, na temática e na abordagem, há também as traduções. Nestas percebemos mais claramente as influências e inclinações de Machado. No entanto, a coletânea *Falenas* é muito diversa. Nela, o poeta exalta as terras de além-mar- e não somente nas traduções – mas ele também canta o Brasil, menciona pássaros, palmeiras e florestas guardando, assim, certo “nacionalismo” temático. Todavia, mesmo que o poeta descrevesse um cenário parecido com autores românticos brasileiros, os contemporâneos de Machado pareciam desejar algo mais explícito por parte do autor fluminense.

Apesar de a coletânea *Falenas* abrigar certa brasilidade, Machado de Assis não fazia dos temas tradicionais do romantismo brasileiro os protagonistas de seus poemas. Embora o autor de *Falenas* tenha sido claramente influenciado pelos autores românticos brasileiros em sua poesia, preferiu buscar outras temáticas. Poetas como Gonçalves Dias, Porto Alegre, Gonçalves de Magalhães faziam parte do repertório literário de Machado, como podemos observar na poesia intitulada “Pássaros”, na qual o autor compara “[seus] sombrios, [seus] tristes pensamentos” com a revoada de andorinhas:

Olha como, cortando os leves ares,
Passam do vale ao monte as andorinhas;
Vão pousar na verdura dos palmares,
Que à tarde, cobre transparente véu;
Voam também como essas avezinhas
Meus sombrios, meus tristes pensamentos;
Zombam da fúria dos contrários ventos,
Fogem da terra, acercam-se do céu.³⁵

Uma leitura mais sistemática da “brasilidade” de *Falenas* nos mostra que Machado de Assis não foi tão enfático ao escrever uma poesia mais “nacional”. Por não ser tão direto, nem sempre o leitor podia afirmar - com segurança - que os cenários descritos nos versos se referissem de fato ao Brasil, devido à escassa presença de elementos específicos da chamada “cor local”. Machado foi muito sutil na coletânea e talvez tenha sido essa a

³⁵ ASSIS, *op.cit.* p. 121.

razão do incômodo dos críticos contemporâneos à publicação. A brasilidade de *Falenas* é bastante implícita em comparação com sentimentos do eu lírico. O artifício de Machado é diferente, o eu lírico permite que seus sentimentos se confundam com um cenário bucólico. Dessa forma, o cenário não é puro ornamento, mas um artifício para expor seus sentimentos.

Essa forma de abordagem, no entanto, parece não ter agradado a alguns leitores de Machado, que provavelmente desejavam algo mais enfaticamente nacional por parte do poeta. A crítica feita a seus versos publicados sob o título de *Falenas* provocara um impasse no autor, de tal forma que era preciso “[zombar] da fúria dos ventos contrários”³⁶. Doravante, Machado publicaria o artigo “Instinto de Nacionalidade” em 1873, na *Revista Novo Mundo*, no qual o autor fazia uma análise da conjuntura literária que vivia, deixando indícios de suas opiniões sobre o que deveria ser a literatura nacional.

A coletânea poética *Americanas*, produzida na mesma época do artigo “Instinto de Nacionalidade”, também parecia se constituir numa nova tentativa do autor em formular respostas às críticas feitas no momento da publicação de *Falenas*. Com o título provocativo, que evoca uma identidade americana para seus poemas, Machado articulava novamente suas posições sobre a constituição da poesia nacional. Grande parte das poesias de *Americanas* são narrativas de histórias de índios, repletas de cor local, incorporando, de certa forma, a temática que Machado criticara em seu artigo de 1873, no qual, entre outras coisas, alegava que o indianismo restringia a literatura. Entretanto, se tratando do narrador machadiano, as aparências, por vezes, enganam. Se a crítica exigia que Machado de Assis se voltasse para a “cor local” em seus escritos, o autor aceitava a proposta, desde que fosse do jeito dele e de acordo com as mudanças que ocorriam na literatura e na sociedade de modo geral. No nacionalismo literário machadiano, cujo exemplo é a coletânea *Americanas*, há uma renovação no tratamento estético do componente indígena e de outros temas considerados integrantes da “cor local”. Uma renovação feita em sintonia com as ideias pertinentes a seu contexto histórico, no qual não há idealizações das tribos, como faziam seus antecessores românticos, tais como Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães. Dessa forma, em *Americanas*, Machado estabelecia um diálogo com sua própria geração.

³⁶ Referência a um verso de *Falenas*, na poesia “Pássaros”: “Voam também como essas avezinhas/ Meus sombrios, meus tristes pensamentos; /Zombam da fúria dos contrários ventos, /Fogem da terra, acercam-se do céu”. ASSIS, Machado de. *Falenas*. In: Toda Poesia de Machado de Assis. [organização de Cláudio Murilo Leal]. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 121.

Em uma leitura apressada, a coletânea *Americanas* parece soar dissonante em relação aos demais textos literários de Machado de Assis, por sua insistência em temáticas indígenas e suas paisagens naturais. Porém, ao contextualizar a obra e nos atentarmos para o momento de sua produção, ficamos diante da primeira metade dos anos 1870 e deparamo-nos com o início da crise do Império. Uma crise que também afligiu a literatura e se transformou em temática para vários autores nacionais. Alguns dos impasses suscitados pela crise literária são encontrados no artigo de 1873 e, de alguma forma, na “Advertência” publicada em *Americanas*. Analisando essa “Advertência”, indagamos a coletânea à luz do argumento central do “Instinto de Nacionalidade”, ou seja, a partir das discussões sobre a constituição de uma suposta literatura tipicamente nacional.

O “Sentimento íntimo” de Machado de Assis

A coletânea poética intitulada *Americanas* foi publicada pela primeira vez em dezembro de 1875. Ao contrário de *Falenas*, *Americanas* continha uma temática, uma espécie de “fio condutor”, que reunia seus versos em torno de assuntos sobre a história da América, tal como prometia o título e a sua “advertência”. A maioria das poesias eram narrativas inspiradas em obras de História, como indicou Machado de Assis nas notas que se encontram no final da obra. Com exceção das poesias “Cristã-Nova”, “Sabina”, “Os Semeadores” e “A flor de embiroçu”, quase todas as outras poesias são de temática indígena. Entre estas poesias estão: “Potira”, “Niani”, “A visão de Jaciúca”, “Cantiga do Rosto Branco”, “Lua Nova”, “Última Jornada” e “Os Orizes”. Na obra há também duas homenagens, uma a “José Bonifácio” e outra “A Gonçalves Dias”. A coletânea é constituída ainda por uma “advertência” ao leitor, além de notas no final que explicavam, à maneira do Machado, algumas questões levantadas nos versos.

As “advertências” de Machado, como indica Daniela Magalhães da Silveira³⁷ em *Fábrica de Contos*, eram um “lugar de defesa e ataque simultâneos”³⁸. De acordo com a autora, a “advertência” é uma “fórmula” inaugurada por Machado em 1872, com o romance *Ressurreição*, no momento de “apresentar seu primeiro romance à crítica e ao público em geral”. Desde então, “quase todos os livros de Machado de Assis possuem em

³⁷ O trabalho de Daniela da Silveira é “entender os dois momentos de escrita dos contos da terceira e quarta coletânea organizadas por Machado”, *Papéis Avulsos e Histórias sem data*. (SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de Contos*- Ciência e Literatura em Machado de Assis. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.)

³⁸ SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de Contos*- Ciência e Literatura em Machado de Assis. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010. p. 23.

sua página de abertura uma “advertência”. É fundamental ressaltar que essa fórmula de abertura significava um “momento de maior aproximação com seus leitores como aos debates literários sobre a forma”³⁹. Assim como nas aberturas de coletâneas de contos, *Americanas* também possuía uma “advertência” que “explicava, logo na primeira página, os motivos que o haviam levado a reunir aquelas [poesias] num mesmo volume”, bem como indicava ao leitor as razões as escolhas do título e das temáticas ali presentes⁴⁰:

O título de *Americanas* explica a natureza dos objetos tratados neste livro, do qual excluí o que podia destoar daquela denominação comum. Não se deve entender que tudo o que aí vai seja relativo aos nossos aborígenes. Ao lado de “Potira” e “Niani”, por exemplo, quadros da vida selvagem, há “Cristã Nova” e “Sabina”, cuja ação é passada no centro da civilização. Algum tempo, foi opinião que a poesia brasileira devia estar toda, ou quase toda, no elemento indígena. Veio a reação, e adversários não menos competentes que sinceros, absolutamente o excluíram do programa da literatura nacional. São opiniões extremas, que, pelo menos, me parecem discutíveis.

Não as discutirei agora, que não é azado ensejo. Direi somente que, em meu entender, tudo pertence à invenção poética, uma vez que traga os caracteres do belo e possa satisfazer as condições da arte. Ora, a índole e os costumes dos nossos aborígenes estão muitas vezes nesse caso; não é preciso mais para que o poeta lhe dê a vida da inspiração. A generosidade, a constância, o valor, a piedade hão de ser sempre elementos de arte, ou brilhem nas margens do Scamandro ou nas do Tocantins. O exterior muda; o capacete de Ajax é mais clássico e polido que o kanitar de Itajuba; a sandália de Calipso é um primor de arte que não achamos na planta nua de Lindoia. Esta é, porém, a parte inferior da poesia, a parte acessória. O essencial é a alma do homem.

Das qualidades boas, e ainda excelentes, dos nossos índios, andam cheias as relações históricas. Era agreste e rudimentário o estado deles; medeia um abismo entre a taba de Uruçamirim e qualquer dos nossos bairros inferiores. Mas, com todas as feições grosseiras de uma civilização embrionária, havia ali os caracteres de uma raça forte, e não comuns virtudes humanas. Montaigne, o que lhes consagrou um afetuoso capítulo, enumera o que achou neles de grande e bom, e conclui com esta pontazinha de maliciosa ingenuidade: *mais quoui, ils ne portent point de haut de chaussés!*⁴¹

A *Advertência* de *Americanas* pode ser vista como uma síntese das ideias desenvolvidas no “Instinto de Nacionalidade”, artigo publicado anos antes⁴². Na análise da

³⁹ Idem, p. 23.

⁴⁰ Idem, p. 24.

⁴¹ ASSIS, Machado de. *Americanas*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1875. p. 5-9.

⁴² O artigo foi republicado em outra edição da *Revista O novo mundo*. Consta também no volume IX, edição de nº 100 da revista que foi publicado em abril de 1879. Logo, podemos inferir sobre a importância do artigo. Bem como que o motivo da nova publicação pode ser a pertinência do que foi escrito anos antes, e ainda fazia sentido para a literatura nacional no final dos anos 1870. (ASSIS, Machado de. “Notícia da atual literatura brasileira- Instinto de Nacionalidade”. In: *O Novo Mundo*, 1879, vol IX, nº100.)

conjuntura literária, o autor, neste artigo, afirmara que o indianismo estava distante da realidade do país, mas que isso por si só não era motivo para se excluísse essa temática da literatura nacional. O texto de abertura de *Americanas* estava inserido num debate que envolvia a literatura brasileira, o indianismo, a cor local e a questão da independência temática na poesia e em outras obras literárias. Machado de Assis reconhecia a tradição da literatura nacional no “Instinto de Nacionalidade”, bem como uma demanda de “vestir-se com as cores do país” em obras literárias brasileiras. No introito de “Instinto de Nacionalidade”, o autor afirmava:

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesias, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. As tradições de Gonçalves Dias, Porto Alegre e Magalhães são assim continuadas pela geração já feita e pela que agora madrega, como aqueles que continuaram as de José Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Escusado é dizer a vantagem deste universal acordo. Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional.⁴³

De acordo com Machado, embora a cor local e o indianismo fossem válidos como inspiração literária, era natural, contudo, que o poeta não se limitasse a esses motes temáticos. Como foi escrito na *Advertência*, o autor argumentava que os índios carregavam consigo “os caracteres do belo” não sendo necessário bani-los do “programa da literatura nacional”. Somente defendia, por outro lado, que não era preciso limitar o substrato da cultura brasileira a esse assunto. De acordo com o autor, o indianismo não era “exclusivo patrimônio da literatura brasileira”, constituindo-se num patrimônio também universal.

Machado entendia que a cor local se tornara ornamento literário. O autor também foi severo com os predecessores da literatura nacional e afirmou que obras como as de Basílio da Gama tinham como objetivo “ostentar cor local”, por essa razão as gerações posteriores carregavam consigo determinado “instinto que [levou] a aplaudir principalmente as obras que trazem os toques nacionais”. Contudo, o autor, em seu artigo de 1873, trouxe indícios que o “espírito nacional” também poderia ser encontrado em outros assuntos que não fossem necessariamente locais:

⁴³ ASSIS, Machado de. “Notícia da atual literatura brasileira- Instinto de Nacionalidade”. In: *O Novo Mundo*. New York, 23 de março de 1873, vol. III, nº 30. pp. 107-108.

Devo acrescentar que neste ponto manifesta-se às vezes uma opinião, que tenho por errônea: é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura.⁴⁴

A conclusão do autor no artigo foi que não precisava necessariamente utilizar a cor local ou o indianismo para escrever uma literatura nacional, contudo, como reconheceu que são elementos importantes para a arte, por conseguinte, Machado ofereceu algumas sugestões para a literatura que se aventurasse por esse caminho. A sugestão machadiana era que a literatura indianista fosse simples. Afinal, como afirmou no “Instinto de Nacionalidade”, “o sublime é simples”:

Bem sei que as cenas majestosas da natureza americana exigem do poeta imagens e expressões adequadas. O condor que rompe dos Andes, o pampeiro que varre os campos do Sul, os grandes rios, a mata virgem com todas as suas magnificências de vegetação,- não há dúvida que são painéis que desafiam o estro, mas, por isso mesmo que são grandes, devem ser trazidos com oportunidade e expressos com simplicidade.⁴⁵

A exuberância da natureza americana, segundo ele, devia ser “expressa com simplicidade”, porque, como disse na *Advertência*, o cenário era “a parte inferior da poesia, a parte acessória”. Portanto, como expressou no “Instinto de Nacionalidade”, a preocupação dos literatos para com a cor local, “[caía] muitas vezes numa funesta ilusão”. Se, um texto tivesse elementos de cor local, deveriam ser “naturais, não de acarreto”, o “sentimento íntimo” deveria prevalecer à mera ostentação de “nomes de flores ou aves do país”⁴⁶.

Apesar das críticas feitas em “Instinto de Nacionalidade”, Machado parecia, em 1875, momento de um evidente esgotamento do indianismo literário, retomar a temática indígena em *Americanas*, resgatando o debate com os críticos de *Falenas*. Após defender a

⁴⁴ Idem, p. 107.

⁴⁵ Idem, p. 108.

⁴⁶ Em “Instinto de Nacionalidade”, Machado afirmou que deveria ser exigido de um escritor: “... é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”. A explicação do “sentimento íntimo” indica uma preferência pelo estro “interior, diverso e melhor do que se fora apenas superficial”. Ou seja, a simplicidade do sentimento nacional contido e interior, seria melhor que a mera ostentação de grandes descrições de natureza. Para argumentar, Machado de Assis ofereceu dois exemplos: Shakespeare e escritor escocês Masson. Sobre o primeiro, o autor questiona, “se o Hamlet, o Otelo, o Júlio César, a Julieta e o Romeu têm alguma coisa com a história inglesa” ou com o território da Inglaterra. Evidentemente, algumas das histórias de Shakespeare têm cenários e personagens de outros lugares que não era o seu país, sobretudo o autor escreve bastante sobre a Itália. Porém, a conclusão machadiana é que “Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês”. De acordo com Machado, o segundo- Masson foi analisado por um crítico francês, esse por sua vez, concluiu que o literato “era bem escocês, sem dizer palavra do cardo, e explicava o dito acrescentando que havia nele um scotticismo interior”. (ASSIS, *op.cit.*, p. 107-108).

independência temática em “Instinto de Nacionalidade”, o autor, à primeira vista, parecia contradizer-se ao fazer da temática indígena o centro de sua nova coletânea poética. De fato *Americanas* seguiu o caminho da cor local, Machado escreveu nesta obra uma série de versos que abordavam temáticas tipicamente nacionais e ligadas à tradição do romantismo brasileiro. Assim como aclamava seus críticos alguns anos antes ao pedir uma literatura machadiana mais próxima da obra de Gonçalves Dias.

Comparar Machado com Gonçalves Dias não era fortuito, pois implicava em comprometer o autor de *Falenas* com o mesmo tipo de ofício que os autores românticos se propuseram, ou seja, do mesmo modo trabalhar para a constituição da literatura brasileira. Importantes estudos apontam que a literatura do século XIX, de modo geral, possuía um pressuposto fundamental, o de que muitos literatos tomaram para si aquela missão de constituir a literatura e a identidade nacional. Segundo Márcia Gonçalves, em “Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no romantismo brasileiro”, autores como José de Alencar e Gonçalves Dias, “vieram a ser apontados como construtores do Brasil”, nasceram na mesma época que a independência política, por essa razão permitiram que suas trajetórias pessoais confundissem “com a unidade da nação”. Portanto, no Brasil, segundo a autora, escrever uma literatura nacional e definir a identidade brasileira “tornou-se missão e compromisso político”. Afetados pelas transformações em curso, delimitaram o que seria a identidade nacional, logo, criaram um “selo de identificação”, ligado a “cor local”. No campo cultural, fizeram insurgir elementos que ligassem os brasileiros a uma identidade, “emergiram alguns dos referentes da terra tomada como pátria e nação”⁴⁷.

A tentativa de forjar uma identidade cultural, de acordo com Ricardo Salles em *Nostalgia Imperial*, era “tarefa que se colocava para os intelectuais do novo país”, pois, as “novas nações americanas constituíram-se como projetos a serem construídos”⁴⁸. Segundo Salles, esse projeto “mirava-se num espelho europeu que lhe devolvia uma imagem distorcida”, que produzia “sentimento de inferioridade”, pro atrelar a imagem da América aos “setores selvagens da população”⁴⁹. Desse modo, o indianismo, foi “fixado com maior plasticidade e maior alcance no imaginário social”, considerado a “caracterização de uma

⁴⁷ Cf.: GONÇALVES, Márcia de Almeida. História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, vol. II: 1831-1870. p. 427-430.

⁴⁸ SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2008. p. 78.

⁴⁹ SALLES, *op.cit.*, p. 78-79.

alma brasileira, de uma singularidade fruto de determinadas origens históricas, tradições culturais e ambiente natural”⁵⁰.

Embora não seja a única temática de *Americanas*, o indianismo é a mais recorrente. Tanto no “Instinto de Nacionalidade” como em *Americanas*, vemos Machado em diálogo direto com a essa constituição da identidade da pátria, e também com o que foi definido como substrato da literatura brasileira. Além disso, inferimos que o autor compromete-se com esse debate. A própria metáfora implícita nas expressões “sentimento íntimo” e “instinto de nacionalidade” são indícios. De acordo com Abel Baptista, em *A formação do nome*, Machado de Assis não pretendia distanciar-se do projeto de consolidar a identidade da nação conforme proposto pelos autores românticos como Gonçalves Dias ou José de Alencar. Segundo Baptista, para Machado “não interessa se a nacionalidade tem ou não condições de se cumprir”, pois “ele sabe ou parece saber que atingirá um dia”. Baptista afirma que a utilização da metáfora “instinto de nacionalidade” indicava que Machado demonstrava acreditar nessa ideia, entretanto, pretendia buscar uma nova maneira de fazer isso⁵¹.

Em *Americanas*, Machado oferece uma resposta ficcional a algumas questões levantadas no artigo teórico de 1873. O “sublime”, anteriormente citado, aparece no tratamento narrativo legado as histórias de seus índios. Na *Advertência*, o autor aponta que o “essencial [era] a alma do homem”, e na coletânea as descrições são simples, há um cenário pouco explorado, o poeta canta as emoções universais da condição humana. De modo que *a priori*, parece dissimular a universalidade na cor local. Visto que era o legado universal que absorvia a atenção de Machado. Ao assinalar o excesso de cor local, o autor parece remeter aos críticos nacionalistas. Sobretudo ao afirmar que o cenário é artifício secundário. E ainda na *Advertência*, parece fazer alusão aos críticos que reclamaram dos temas clássicos comuns em *Falenas*, como foi o caso de “Uma ode a Anacreonte”. O autor justifica inspiração e a beleza desses temas ao afirmar que “o capacete de Ajax é mais clássico e polido que o kanitar de Itajuba; a sandália de Calipso é um primor de arte que não achamos na planta nua de Lindoia”. Tantas essas coletâneas, como demais escritos de Machado naquele final de anos 1860 e início de 1870, suscitam ao problema de independência temática e constituição da literatura nacional, cujo cerne foi o texto teórico, “Instinto de Nacionalidade”.

⁵⁰ SALLES, *op.cit.* p. 89.

⁵¹ BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome*- Duas interrogações sobre Machado de Assis. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 63.

Literatura, Indianismo e Identidade Nacional

Se voltarmos ao momento de produção de *Falenas*, bem como o de suas primeiras críticas, encontrar-nos-emos no cenário cultural do final dos anos 1860. Naquelas circunstâncias era compreensível que os críticos cobrassem de Machado uma literatura voltada a chamada “cor local”. Enquanto essa forma literária se esvanecia, intelectuais preocupados com o caráter nacional da literatura militavam a favor de uma tradição artística instituída desde a década de 1830 com Santa Rita Durão e consolidada nos anos 1850 com Gonçalves Dias. Dentre esses intelectuais, destacamos Joaquim Norberto de Souza e Silva com seu artigo “Originalidade da Literatura Brasileira”, publicado na *Revista Popular* em 1861⁵². Norberto foi um dos nomes “mais operosos da primeira geração romântica”, foi literato, dramaturgo, crítico e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.⁵³ Segundo Norberto Souza e Silva, a “cor local” emanava da “natureza e do clima do país”. A inspiração para a literatura nacional deveria então estar no povo, nos elementos do país, na originalidade no “espetáculo da natureza”, na “sensação do clima”, dos “costumes” de seu povo, em suma, nas “tradições que ligam presente e o passado”⁵⁴.

O que podemos observar, a partir dos anseios básicos da geração romântica, foi que a ausência de passado histórico fora sublimada pela natureza exuberante. Para recompensar a grandeza e a superioridade que gostaria de ter na história- que não temos pelo passado de colônia e exploração- elege-se símbolos e se cria mitos para ocupar esse lugar. A floresta representava a “grandeza e a beleza que desejara ter tido”, essa era a “chave para definir o específico local”⁵⁵. Evidentemente que essas questões literárias ultrapassam os limites estéticos. A consolidação do índio em sua posição honrosa como símbolo da nação encontra-se no âmbito de disputas políticas. O indianismo representava os “traços essenciais” da sociedade que o consolidou. De acordo com Werneck Sodré era a

⁵² A *Revista Popular* como afirmou Bernardo Ricupero, foi um empreendimento editorial dos últimos Românticos, era eclética, logo se trava de assuntos variados como ciência, história, literatura, música, biografias, etc., buscava educar e ser divertida, além de tentar atrair público feminino. Sobre o artigo de Norberto, Ricupero afirma que embora este autor não produza ideias próprias, ele reuniu sistematicamente o “pensamento médio de nossos românticos”. Cf.: RICUPERO, Bernardo. “A independência literária”. *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil* (1830-1870). São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 102-104.

⁵³ SOUZA, Roberto Acízelo. “Apresentação”. In: SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *História da Literatura Brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor e Fundação Biblioteca Nacional, 2002. p. 13.

⁵⁴ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. “Originalidade da Literatura Brasileira”. In: *História da Literatura Brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor e Fundação Biblioteca Nacional, 2002. pp. 135-163.

⁵⁵ CANDIDO, Antônio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/SP, 2002. p. 89-91.

“manifestação de uma sociedade de senhores de terras, de regime de trabalho servil”⁵⁶. Seguindo essa lógica de pensamento, David Treece afirmou que o indianismo não era “mera invenção de uma tradição literária divorciada das realidades prementes do Império”, era também “reflexão contínua e complexa sobre a formação tanto sociopolítica como simbólica da nação brasileira”⁵⁷. Afinal, o indianismo estava atrelado às discussões sobre formação do povo e a “marcha da civilização”. De acordo com Treece, a discussão de Gonçalves Dias, José de Alencar, Joaquim Norberto e Varnhagen indicam que o indígena representava “um obstáculo” por ser considerado “uma gente alheia ao pacto social” e “incapazes de reger a si próprio”. Desse modo, o índio deveria ser sacrificado para manutenção dos interesses de progresso e civilização do Império. Por isso Iracema morre no parto de seu rebento, pois a mãe indígena deveria ser sacrificada e entregar a prole mestiça ao pai, que era europeu. Assim, nascia a América para José de Alencar. Em sua obra, as raízes nativas são diluídas no sangue e a criação deveria ser responsabilidade do pai europeu. Essa é uma possível explicação para o seguinte trecho de Iracema.

A triste esposa e mãe soabriu os olhos, ouvindo a voz amada. Com esforço grande, pode erguer o filho nos braços e apresenta-lo ao pai, que o olhava extático em seu amor.

— Recebe o filho de teu sangue. Era tempo; meus seios ingratos já não tinham alimento para dar-lhe!

Pousando a criança nos braços paternos, a desventurada mãe desfaleceu, como a jetica se lhe arrancam o bulbo. O esposo viu então como a dor tinha consumido seu belo corpo; mas a formosura ainda morava nela, como o perfume na flor caída do manacá.⁵⁸

Sacrificar o elemento indígena em prol do europeu estava em conformidade com o projeto de civilização Imperial. A solução encontrada pela aquela geração composta nos anos 1850, de construtores da ideia de nação, foi reduzir indígenas ao “elemento exótico e original”. Segundo Ricardo Salles, o “aspecto do selvagem, bárbaro, americano e africano da sociedade era identificado” como componente “externo a civilização”⁵⁹. Esse elemento “exótico e original”, ao mesmo tempo em que “externo à civilização”, constituiu o substrato cultural do Império. Legitimar o Império brasileiro exigia uma literatura própria, ainda que carregada de influências europeias, que tinha como função “afirmação da

⁵⁶ SODRÉ, Werneck. Apud. TREECE, David. “O indianismo romântico, a questão indígena e a escravidão negra”. In: *Novos Estudos*, nº 65, março de 2003. p. 142.

⁵⁷ TREECE, David. “O indianismo romântico, a questão indígena e a escravidão negra”. In: *Revista Novos Estudos*, nº 65, março de 2003. p. 142.

⁵⁸ ALENCAR, José. *Iracema: lenda do Ceará*. Rio de Janeiro: Typ. de Vianna e Filho, 1865. p. 152.

⁵⁹ SALLES, Ricardo. “O papo amarelo do tucano: a cultura imperial”. In: *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2013. p. 80.

nacionalidade”. E tratar os índios dessa forma, significou, entre outras coisas, uma tomada de decisão política sobre o Império, sobre a nação e sobre sua constituição. Delegava papéis políticos a cada um: europeu, índio, africano. Em consonância com a produção do IHGB, podemos retomar, por exemplo, Von Martius e sua dissertação intitulada “Como se deve escrever a história do Brasil”. Von Martius acreditava que deveria considerar a contribuição das três raças principais. Desse modo, o historiador definia e hierarquizava a contribuição de cada povo para a história do Brasil:

Disso necessariamente se segue o português, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influiu naquele desenvolvimento; o português, que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente; que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande erro para todos os principais da historiografia-pragmática, se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população.⁶⁰

O que foi dito por Von Martius sobre “mescla de raças” também explica o trecho anterior de *Iracema*, a mãe América que foi sacrificada em prol do filho mestiço que seria criado pelo pai europeu. A hierarquia idealizada para forjar a identidade nacional é evidenciada por Martius em seu texto para a *Revista do IHGB*: “O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças índia e etiópica”⁶¹. A partir dessa mistura, seria concebido o povo e a essência do brasileiro. De acordo com Salles, aquilo que foi considerado substrato cultural imperial alcançou o “imaginário social” como característica da singular “alma brasileira”. Em suma, o indianismo estava em consonância com a tentativa de forjar uma identidade nacional⁶².

Logo, constituir uma literatura própria indicava, em boa parte do século XIX, uma preocupação com a construção da identidade nacional. Isso, de acordo com Jefferson Cano, em seu texto “Nação e ficção no Brasil do século XIX”, tem “sentido de particularizar e individualizar uma identidade que se afirmava por oposição à Europa”, concomitante a construção de uma ideia nacional avessa “não só ao estrangeiro, mas ao local ou

⁶⁰ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Como se deve escrever a História do Brasil*. In: Revista do IHGB. Rio de Janeiro 6 (24): 389 - 411. Janeiro de 1845. (Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. N. 24, janeiro de 1845). p. 391.

⁶¹ MARTIUS, *op.cit.* p.392.

⁶² SALLES, *op.cit.* p. 89-90.

provincial”⁶³. Portanto, a ação dos letrados tinha um importante caráter social na construção cultural e política do Brasil. A literatura, de acordo com Jefferson Cano, era espaço de “disputa simbólica em que se criava e se valorizava uma imagem de nação”⁶⁴.

Os críticos de *Falenas* exigiam que Machado se comprometesse com esse tipo de literatura. Assim sendo, o escritor, que naquele momento estava em processo de consagração, deveria contribuir para a formação daquilo que entendiam por literatura nacional. A hipótese deste trabalho é a de que a coletânea *Americanas* foi uma das respostas machadianas para esta discussão. Tal hipótese é reconhecida ainda por críticos modernos que perceberam na obra um diálogo de Machado com o romantismo de Alencar e Gonçalves Dias. Compreendemos que o autor em *Americanas*, no aspecto temático seguiu de alguma forma os passos literários de seus mestres do Romantismo. Contudo, nosso argumento não limita a coletânea apenas como resposta aos antecessores literários, ideia que será desenvolvida em outro momento desse capítulo.

Na tentativa de entender a inserção de *Americanas* na obra machadiana, críticos literários como Cláudio Murilo Leal, em *O círculo virtuoso*, limitam a interpretação desta coletânea ao diálogo com críticos de *Falenas*, por isso relegam as “poesias nativistas” machadianas ao um “espaço insular”⁶⁵. Cláudio Leal interpreta *Americanas* como se estivesse desconexa das demais produções do autor. Entendemos que a temática pode até ser discrepante- visto que na maioria de seus livros ele não aborda, por exemplo, a temática indígena-, todavia os versos são tão machadianos quanto os seus demais escritos consagrados. Nessa mesma linha de pensamento, Élide Oliver, em “A poesia de Machado no século XXI: revisita e revisão”, afirma ser evidente que a coletânea foi “uma resposta, sem muita convicção, às ansiedades nacionalistas das sensibilidades de então.” Para Oliver, *Americanas* foi uma tentativa de “engajamento” com o projeto romântico, mas fica claro que o poeta estava “mal à vontade” por causa do “caráter militante e obrigatório.” Oliver afirmou que a coletânea foi um “fracasso indianista” machadiano porque era evidente que o autor estava desconfortável e não mergulhou completamente nas “águas indianistas” tal como seus antecessores⁶⁶. Todavia, ao afirmar isso, Oliver desconsidera que o tempo havia

⁶³ CANO, Jefferson. “Nação e ficção no Brasil do século XIX”. In: História Social (Unicamp). Vol. 23, pp. 19-39. 2013. p.25

⁶⁴ CANO, *op.cit.* p. 39.

⁶⁵ LEAL, Cláudio Murilo. *O círculo virtuoso: a poesia de Machado de Assis*. Brasília, DF: Ludens, 2008. p. 121.

⁶⁶ OLIVER, Élide Valarini. A poesia de Machado no século XXI: revisita, revisão. In: A obra de Machado de Assis. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006 [Ensaio Premiados no 1º concurso Internacional Machado de Assis]. p. 152.

passado, as questões que envolviam a produção de Machado eram caracterizadas por outros problemas.

Por outro lado, numa perspectiva mais otimista de *Americanas*, Wilton José Marques questiona se a coletânea foi uma “visão revisionista do indianismo romântico” ou “mera continuidade tardia da tradição”. A resposta do crítico é que a “vertente indianista” machadiana dialogava apenas com o “ponto de vista temático”, uma vez que o poeta não tinha “necessidade romântica de se expressar “obrigatoriamente” através de “certo instinto de nacionalidade”.” Segundo o autor, A partir do momento em que Machado reconheceu determinado “instinto”, seu desejo foi o de “criar uma literatura mais independente” do ponto de vista temático⁶⁷. Machado entendia que não precisava narrar uma história com cenário e personagens brasileiros para falar do país.

A partir dessa discussão, também podemos perceber que a coletânea *Americanas* possui um caráter próprio. Ponderando sobre as características da coletânea de 1875, Fabiana Gonçalves, em “O índio na poesia de Machado de Assis”, argumentou que a “representação machadiana” do indígena não correspondia às expectativas de seus leitores, visto que estes estavam acostumados com uma idealização típica do romantismo literário. Porém, Machado preocupou-se, segundo a autora, em “recuperar imagens humanizadas do índio” e ainda “retratar a dura realidade” da colonização⁶⁸. Segundo Fabiana Gonçalves, *Americanas* não é indianista, pois essa corrente estava ligada à “abordagem literária baseada na heroicização do nativo”, enquanto Machado retratou seus índios no limite do humano possível, escreveu uma coletânea voltada para o indigenismo, afinal parecia estar consciente da “condição de criatura explorada, desterritorializada e vítima dos modos de aculturação impostos pelas culturas estrangeiras”⁶⁹. De acordo com Silviana Carrizo, naquele momento surgiam correntes que denunciavam o “estado a que [foi] submetido [os nativos], a defesa de seus direitos e a questão dos modos de incorporação com base no processo de evangelização”⁷⁰. Por conseguinte, Fabiana Gonçalves concluiu que *Americanas* poderia ser um “projeto” no qual Machado buscou “novos contornos para a

⁶⁷ MARQUES, Wilton José. Machado de Assis & Gonçalves Dias: Encontros e Diálogos. In: Luso-Brazilian Review. Vol 43, nº1 (2006). P. 51-64. (University of Wisconsin Press)

⁶⁸ GONÇALVES, Fabiana. O índio na poesia de Machado de Assis. In: Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades, vol. III, 2009. p. 30-44.

⁶⁹ QUEIROZ, Maria José de. Do indianismo ao indigenismo nas letras hispano-americanas. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia da UFMG, para a Cátedra de Literatura Hispano-Americana. Belo Horizonte, 1962. APUD. GONÇALVES, *op.cit.* p. 33.

⁷⁰ CARRIZO, Silviana. Indigenismo. In: FIGUEIREDO, Eurídice (org). *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: UFJF; Niterói: EdUFF, 2005. pp. 207-244. APUD. GONÇALVES, *op.cit.* p. 33.

poesia nacional”, afinal experimentou numa temática considerada anacrônica na época por alguns intelectuais, um “diferente tratamento estético”.

Os críticos literários, por limitarem seus trabalhos ao mote estético do indianismo, acabaram, porém, deixando de lado outras questões - temáticas, políticas e sociais - que provavelmente motivaram Machado de Assis na confecção de *Americanas* na tumultuada década de 1870. Seguindo esses pressupostos, não há análise das poesias que não sejam voltadas para a temática indígena e, embora os índios sejam um elemento importante, não é o único da coletânea. Como vimos em “Instinto de Nacionalidade”, para Machado a identidade brasileira não se resumia às “tribos vencidas”. Aliás, segundo o autor nesse mesmo artigo, a civilização brasileira tampouco havia recebido expressivas influências desse componente. Machado repensa o grande símbolo nacional - o índio, reinterpretando-o a partir de novas perspectivas - típicas agora dos anos de 1870.

Contemporâneo de Machado, José Veríssimo foi um importante crítico do autor de *Americanas* e seus comentários nos interessam na medida em que indicou que o “sentimento [de Machado] não [era] o mesmo de Gonçalves Dias ou Alencar”⁷¹. A diferença, de acordo com o crítico, foi que o autor de *Americanas* tivera “mais espírito crítico” e “menos sentimento romântico”. Logo, segundo Veríssimo, Machado não havia caído no “engano do indianismo”, uma vez que procurou também “a essência sob as exterioridades exóticas”. Veríssimo afirmou ainda que, em alguns momentos na coletânea, o poeta afastou-se da “fórmula indianista”⁷². Podemos observar que Machado se aproxima de questões sociais pertinentes a sua própria época. Logo, para compreendermos a coletânea em sua totalidade, devemos retomar ao momento histórico e social no qual *Americanas* foi produzida.

“A nova geração”

Os anos que antecedem a publicação de *Americanas* iniciaram com uma lufada de ventos liberais que atingiram o Império do Brasil. Em 28 de setembro de 1871 foi promulgada a lei que ficou conhecida como “Lei do Ventre Livre”. Em *Machado de Assis*:

⁷¹ José Veríssimo foi crítico literário e anos posteriores à publicação de *Falenas*, entrou em polêmica com Sílvio Romero, saiu em defesa de Machado. De acordo com Veríssimo, não poderia abordar a obra machadiana sob o ponto de vista nacionalista, pois era demasiadamente limitado; desse modo, o crítico fez uma abordagem de “diferenciação literária”. Cf.: VENTURA, Roberto. “O caso Machado de Assis”. In: *Estilo Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 97-99.

⁷² VERÍSSIMO, José. Machado de Assis. In: *História da Literatura Brasileira*- de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. 7ª ed. p. 401-402.

Historiador, Sidney Chalhoub afirmou que a lei de 28 de setembro também “decretou-se o desconhecido”. O historiador Chalhoub seguindo a afirmação de Nabuco sobre a lei de 1871, a qual poderia produzir ““moldes sociais” dos quais emergiram “novos tipos humanos”, argumenta que o próprio Machado foi delineado nesse contexto⁷³. Isso implica que o novo cenário liberal com mudanças na política e, sobretudo na escravidão, significou consequências para a produção literária. Foi nessa época que *Americanas* constituiu-se como o novo projeto literário de Machado de Assis, portanto, recebeu influência desse meio.

Os “ventos liberais” conviviam, no entanto, com a contradição. Nas ideias que circulavam, existia um paradoxo de liberalismo e racismo. A “geração de 1870” foi responsável pela importação de teorias raciais⁷⁴. De acordo com Roberto Ventura, em seu livro *Estilo Tropical*, intelectuais dessa geração “internalizaram a ambivalência do discurso europeu perante o mundo selvagem e as realidades exóticas”, de modo que idealizaram “padrões metropolitanos de civilização”⁷⁵. Ainda era preciso pensar o lugar do índio, elemento autóctone que representava atraso para a civilização. No ideal de sociedade e civilização, seria necessário diluir as raízes do “bárbaro” por meio da miscigenação.

De acordo com Lilia Schwarcz, em sua obra *O Espetáculo das Raças*, entretanto, as ideias que entraram no Império foram adaptadas para a realidade do país. E, sobretudo, influenciaram a “produção científica e cultural” brasileira. Segundo Lilia Schwarcz, entre as discussões sobre o “enfraquecimento e final da escravidão” e as “teorias cópias desautorizadas do imperialismo europeu”, discutia-se um “novo projeto político para o país”. Desse modo, o “cruzamento de raças” era entendido como crucial para compreender o “destino da nação” afinal, a miscigenação era considerada um dos vestígios para o atraso brasileiro⁷⁶. A questão de qual povo fora concebido a partir do processo histórico de colonização estava em voga, era discutida entre letrados da época, rede de interlocuções do nosso poeta Machado de Assis. Insistimos que esse meio cultural foi importante para a

⁷³ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 137-139.

⁷⁴ O termo “geração de 1870” foi assinalado na época. De acordo com Angela Alonso, tal fenômeno foi identificado pelos próprios contemporâneos. Está associado a intelectuais movidos pelas novas ideias de novas escolas europeias. Dentre os homens dessa geração estão Sílvio Romero, Araripe Júnior, Joaquim Nabuco, dentre outros. ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁷⁵ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical- História cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 38.

⁷⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças- cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 15-29.

elaboração da coletânea, a partir disso, podemos entender as rupturas com a estética romântica porque inserimos o autor de *Americanas* em processo histórico diferente do que foi vivido por seus antecessores. Nessa época, a noção de raça, bem como o evolucionismo, o positivismo circulavam, a partir de termos cientificistas, entre as rodas de intelectuais sem pedir licença. Discutia-se o lugar do cativo e do índio na sociedade e no projeto de nação, *Americanas* nos trás indícios de como Machado interpretou o processo histórico vivido por essas “raças não-brancas”.

De acordo com Roberto Ventura, o “modelo naturalista e evolucionista”, adotado por autores como Sílvio Romero e Araripe Júnior, aplicou à literatura “princípios de Hippolyte Taine e de Herbert Spencer, acrescidos da ideologia nacionalista”, nos quais a “nação era concebida como resultado da progressiva transformação das matrizes europeias pela ação do meio ou da mistura de raças”⁷⁷. Sem dúvida, nos anos 1870, Machado não se furtou a dialogar com esses importantes interlocutores, como vimos em publicações do autor como “A nova geração”, publicado na *Revista Brasileira*. Nesse artigo, o escritor fluminense teceu considerações sobre os novos poetas, dentre os quais, Sílvio Romero, “cujo “crítico” poético é tomado como manifesto literário do grupo antirromântico”. De acordo com Ventura, Machado de Assis ao observar a influência da ciência naqueles escritores, “percebeu a fragilidade de tal programa literário”⁷⁸.

Essas teorias são importantes referências na época para entender o diálogo de Machado com essa geração composta por intelectuais como Sílvio Romero, Araripe Jr. e Joaquim Nabuco. Segundo Angela Alonso, em *Ideias em Movimento*, a geração de 1870 era opositora “às instituições, às práticas e aos valores do *status quo* imperial”. A produção intelectual possui uma tríade que compunham a *tópica* dos escritos daquela geração⁷⁹. Segundo Angela Alonso, o “substrato comum” desta era “como um espelho invertido do mundo saquarema”, composto pelo “o anticlericalismo, o anti-indianismo romântico, o antiliberalismo imperial”⁸⁰. A oposição ao Romantismo é mister para entender um processo de crise política e social, que também ocorreu na literatura. Nesse contexto, Machado também parecia querer oferecer respostas a esses embates.

Para a literatura, os últimos anos da década de 1860 significaram ganho do “toque social”, como afirmou Antonio Candido. Essa foi a época de inspiração de poetas como

⁷⁷ VENTURA, *op.cit.*, p. 37.

⁷⁸ VENTURA, *op.cit.*, p. 96.

⁷⁹ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 178.

⁸⁰ ALONSO, *op.cit.*, p. 178

Castro Alves, para quem o índio perdeu espaço, e o negro tornou-se protagonista. Entretanto o “poeta dos escravos” foi vítima de uma morte prematura. Contudo, houve também produção de Bernardo Guimarães, que assumidamente abolicionista, publicou *A escrava Isaura*, em 1875. Dentre os novos literatos estava Taunay, com publicações como *A retirada de Laguna*, de 1871 e *Inocência*, de 1872. Porém foi a produção machadiana que mais recebeu atenção de críticos. Nesse período, denominado por Antônio Candido como a “transição do Romantismo para novas tendências estéticas”, também sofreu uma renovação de um “combativo grupo de intelectuais nordestinos cujo centro espiritual, ou ponto de partida, foi a Faculdade de Direito de Recife”. Logo, a geração de 1870, dentre outras problemas, também estava engajada no desejo de modernização da cultura brasileira⁸¹.

Machado de Assis também estava preocupado com novas orientações para a literatura, uma das evidências disto foi a publicação do artigo “Instinto de Nacionalidade”. Contudo, o autor também trabalhou isto em sua ficção, e não apenas em textos teóricos. Segundo Leonardo Pereira, em seu texto “A realidade como vocação”, o primeiro impasse era produzir uma literatura nacional mais independente, ou seja, Machado não aceitava que a “simples menção” dos elementos indianos e da natureza fosse “prova do caráter propriamente nacional de uma literatura”. De acordo com Leonardo Pereira, o escritor fluminense demonstrava a “insuficiência de tal definição”, mostrando o quanto isso distanciava a literatura das verdadeiras questões políticas e sociais que ocorria em seu tempo. A literatura do século XIX, de modo geral, estava impregnada de conflitos políticos e sociais vividos pelos escritores. Nos anos 1870, buscava-se uma “fórmula literária” que dialogasse “mais diretamente com o seu tempo”⁸². Machado de Assis, ao produzir suas obras, refletia sobre esses dilemas vividos, era crítico e “mostrava-se capaz de captar os principais desafios e impasses atravessados naquele momento pelos círculos letrados brasileiros”⁸³. Desse modo, a literatura servia para aqueles escritores pensarem a sociedade

⁸¹ CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ SP, 2002. p. 74-85

⁸² PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do Império”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial*, vol III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 273-286.

⁸³ Em seu artigo, Leonardo Pereira disserta sobre dois dos desdobramentos dessa nova forma literária. A primeira é a obra *O Mulato* de Aluizio Azevedo e a segunda é *Memórias Póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis. Enquanto a primeira faz conexão com o real de forma direta e clara, Azevedo denuncia a sociedade preconceituosa do local que vivia, o Nordeste, a ponto de causar polêmicas. A segunda não é tão clara a conexão, o autor através do personagem Brás Cubas, próximo do modo senhorial ironiza aquela sociedade. A referência direta encontramos no título, de acordo com Leonardo Pereira, Brás é Brasil e Cubas, Cuba, únicos países nos quais a escravidão sobrevivia na América, na época. Se Machado de Assis fez desta

em que viviam e as transformações pelos quais esta passava. Destarte, em conformidade com Leonardo Pereira, essa literatura tornava-se um importante veículo de denúncia dos vícios e um espaço para se discutir os problemas sociais existentes. Havia um sentido social, em contraposição aos Românticos, para os quais a literatura era modo de representar o ideal de sociedade que aspiravam.

Americanas constitui, assim, uma das abordagens literárias de Machado para ponderar sobre estes impasses. No mesmo período que produzia esta coletânea poética, o autor escreveu outras coletâneas de contos como *Histórias da Meia Noite* e *Contos Fluminenses*, bem como seus primeiros romances como *Ressurreição* e *A mão e a luva*. Muitos dos escritos de Machado de Assis da década de 1870, dentre outros assuntos, também envolviam a contingência da literatura nacional, cujo epicentro é o artigo de 1873⁸⁴. Segundo John Gledson, em seu texto “1872: ‘A parasita azul’- Ficção, nacionalismo e paródia”, o conto “A parasita azul” está nessa discussão, sobre a “busca de Machado pela forma ou formas que ‘lhes conviessem’ e pela resolução do difícil problema de escrever uma literatura especificamente brasileira”, sem, entretanto, cair no sentimentalismo piegas da escola Romântica. Gledson elucida que o conto é uma paródia do enredo de *A moreninha* de Manuel Macedo⁸⁵. E também uma das “primeiras tentativas de encontrar uma forma ficcional que daria expressão adequada à questão ‘nacional’”⁸⁶. Mesmo em suas crônicas da década de 1870, Machado debateu essa questão. Na série *História de quinze dias*, publicada na *Revista Ilustração Brasileira*, Machado de Assis, sob

forma foi porque provavelmente não acreditava na estética do Realismo, podemos ressaltar isso pela crítica que o autor fez a Eça de Queiroz e ao modo como esse concebeu *O Primo Basílio*. Por ser um realismo que deixava bem claro a diferença com o Romantismo, perdia-se muito o caráter imaginativo da literatura, mesmo que aquela obra é um modo de discutir questões políticas e estéticas, porém o sentido documental indica falta de caráter social, as descrições naturalistas seriam meros ornamentos. Cf.: PEREIRA, *op.cit.* p. 286-297.

⁸⁴ Ainda em consonância com a “crise literária” e as questões propostas por Machado na época, Hêlio de Seixas Guimarães afirma que a estreia de Machado como romancista foi um “projeto antirromântico”, com pretensão de constituir uma literatura moderna. Essa tensão permeia *Ressurreição* e *A mão e a luva*. De modo que, se não transformar o leitor num “antirromântico”, “pelo menos num receptor crítico da literatura romântica”. Cf.: GUIMARÃES, Hêlio de Seixas. “*Ressurreição* e *A mão e a luva*: o questionamento do leitor romântico”. In: *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. pp. 125-147.

⁸⁵ A análise de Gledson é significativa para pensar a relação entre literatura e identidade nacional. Entretanto o crítico parece não entender a escolha de Machado em parodiar *A moreninha*, o texto não apresenta indícios do prestígio desse romance para a constituição da literatura brasileira, somente disserta sobre a importância do autor Manuel Macedo. Para isso, o texto de “Nação e ficção no Brasil” de Jefferson Cano torna-se um suporte notável porque nos indica que o romance realizava o ideal de “retratar aquilo que podia acontecer todos os dias, falando de ‘cousas do Brasil’”. Em suma, *A moreninha* é primordial ao passo que foi um dos primeiros representantes da romance nacional. Cf.: CANO, *op.cit.* p. 23-24.

⁸⁶ GLEDSON, John. “1872: ‘A parasita azul’- Ficção, nacionalismo e paródia”. In: *Cadernos de Literatura Brasileira*, nº 23 e 24- julho de 2008.

o pseudônimo Manassés, um personagem supostamente conservador, instituiu uma nova forma narrativa. Segundo Leonardo Pereira, Manassés era nostálgico, portanto assume o desconforto frente ao liberalismo dos anos 1870⁸⁷. Por meio desse personagem, Machado parecia abandonar “os modelos românticos com os quais dialogara nos primeiros romances e contos”, e iniciava uma busca criativa por “novas formas narrativas de expressão”⁸⁸.

Esse é o contexto social e cultural que possibilitou a elaboração de *Americanas*. A coletânea está envolta de questões sobre a literatura nacional. Ela é uma das respostas de Machado para os críticos de *Falenas*, bem como os demais contemporâneos que discutiam esse problema. O processo de escrita da ficção dos primeiros anos de 1870 serviu para Machado pensar em possibilidades e os caminhos para constituir uma literatura mais moderna. Tudo isso envolvido num dilema, o novo projeto de nação. O Império parecia falhar em forjar a unidade do Estado. A própria população era heterogênea e esses “mulatos” pareciam ser um impasse para a consolidação de um Estado moderno e civilizado na América. A oposição à Europa, seja para buscar um ideal de progresso naquela sociedade ou para afirmar uma identidade em relação aos colonizadores, fazia-se mister. As ideias que circulavam tinham como função repensar o projeto de nação, ou seja, o Império estava instável e a crise entre intelectuais serviu ainda para delinear a constituição da identidade nacional.

A identidade nacional deveria dar conta da noção de povo também nos termos políticos e sociais. Logo, a realidade da população nacional tornou-se um problema para as elites. Nesse momento, havia discussão sobre o conceito ideológico do povo, no qual começava a definir isso como incumbência para o porvir, num momento que ocorresse a suplantação das estirpes raciais. Discutia-se então a miscigenação, as possibilidades de “branqueamento”⁸⁹. Esse é um problema fundamental para a compreensão de *Americanas*. Nas poesias, Machado nos trás histórias sobre miscigenação e o processo histórico de constituição do povo, cujo limiar encontra-se a própria colonização. Na *Advertência* escrita para a coletânea, Machado nos indica referências importantes que abrangem as poesias de

⁸⁷ PEREIRA, *op.cit.* p. 278.

⁸⁸ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Introdução”. In: ASSIS, Machado de. *História de quinze dias*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. p. 9-10.

⁸⁹ Cf.: SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2013; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças- cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical- História cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Americanas. No trecho a seguir, o autor usou termos como “centro da civilização”, “relações históricas”, “raça forte”.

Das qualidades boas, e ainda excelentes, dos nossos índios, andam cheias as relações históricas. Era agreste e rudimentário o estado deles; medeia um abismo entre a taba de Uruçamirim e qualquer dos nossos bairros inferiores. Mas, com todas as feições grosseiras de uma civilização embrionária, havia ali os caracteres de uma raça forte, e não comuns virtudes humanas. Montaigne, o que lhes consagrou um afetuoso capítulo, enumera o que achou neles de grande e bom, e conclui com esta pontazinha de maliciosa ingenuidade: *mais quoi, ils ne portent point de haut de chaussés!*⁹⁰

Palavras-chave pertinentes que indicam a inserção da coletânea nas discussões sobre raça e civilização. Por fim, Machado concluiu a *Advertência* apoderando-se de Montaigne num dos raros momentos galhofeiros de toda a coletânea, mostrando a “pontazinha de maliciosa ingenuidade” de um dos primeiros brasilianistas ainda no século XVI. E afirma que já naquele século havia pessoas que “[enumeraram] o que achou [nos índios de] grande e bom” apesar das “feições grosseiras de uma civilização embrionária”. E evidente, que ainda encontravam-se em estado rudimentar, porque havia “abismo” entre as tribos e os “bairros inferiores” do Rio de Janeiro, o que indica hierarquização dentro da própria sociedade.

A figura de Montaigne é essencial na “Advertência” e na compreensão da coletânea. Em seus *Enssais* (Ensaio), escritos em 1580, questionava “a sociedade europeia e a colonização da América”. De acordo com Roberto Ventura, Montaigne, ao escrever sobre “formas de violência na Europa e na América”, concluiu que os “civilizados” europeus” eram mais “cruéis com seus inimigos” que os “canibais brasileiros”. E Montaigne, assim como Montesquieu e Buffon, foi importante influência filosófica para a elaboração do “racismo científico e a inferioridade dos povos não-brancos que marcou a cultura brasileira do século XIX”⁹¹.

A “denominação comum”

Na *Advertência* de *Americanas*, Machado de Assis afirmou que a composição da coletânea privilegiava o que era de “denominação comum”. As poesias carregam determinadas características análogas. Portanto, as escolhas de poeta possuem unidade

⁹⁰ ASSIS, Machado de. “Advertência”. In: *Americanas*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1875. p. 9

⁹¹ VENTURA, *op.cit.* p. 15-29.

temática que está inserida nas discussões sobre identidade e literatura nacionais. Argumentamos que há um “fio condutor” nos versos de *Americanas*, assim como há em outras coletâneas machadianas. Daniela Magalhães da Silveira, em seu livro *Fábrica de Contos*, no qual a historiadora analisa duas coletâneas de contos de Machado de Assis, *Papéis Avulsos* e *Histórias sem data*, argumenta que as antologias são pautadas no pressuposto de que há unidade temática, ou seja, os assuntos das narrativas seguem o mesmo caminho, como afirmou o próprio Machado na *Advertência de Papéis Avulsos*:

Este título de *Papéis Avulsos* parecem negar ao livro uma certa unidade; faz crer que o autor coligiu vários escritos de ordem diversa para o fim de os não perder. A verdade é essa, sem ser bem essa. Avulsos são eles, mas não vieram para aqui como passageiros, que acertam de entrar na mesma hospedaria. São pessoas de uma só família, que a obrigação do pai fez sentar à mesma mesa.⁹²

Nossa análise se aproxima da ideia de que, assim como nas coletâneas de contos, *Americanas* reunia poesias “de uma só família”. Por conseguinte, a historiadora alega que os contos machadianos tinham como uma de suas intenções “contribuir para as discussões acerca do cientificismo e a recepção de autores como Darwin e outros”. Segundo Daniela da Silveira, essa temática era importante “meio de participação nos debates acontecidos nas folhas em que seus contos foram publicados” e também para refletir a “situação de algumas mulheres diante da moda cientificista”. Para provar seu argumento, a autora partiu do princípio que os escritos machadianos “foram fundamentais para a formação e a consolidação de um espaço aberto e de debate de várias questões”. Desse modo, Daniela da Silveira demonstrou que as duas coletâneas mencionadas, em alguns momentos, “foram marcadas por discussões idênticas”⁹³.

Destarte, esse tipo de análise feita por Daniela Magalhães da Silveira, nos impele a pensar sobre as convergências temáticas que são os fios condutores da coletânea que analisamos. As escolhas do poeta são fundamentais para a pesquisa, em sua maioria são poesias narrativas e as histórias contadas são de tribos e culturas extintas pelo poder colonizador. A partir dos modos de dominação e “aculturação”, partimos para a análise do discurso machadiano. Como é o caso, dentre outras, de “Potira”, “indiana moça” que “renegou Tupã”, “A visão de Jaciúca”, na qual sentimos o pavor por causa do aparecimento de “gentes pálidas” com vestes negras e cruzeiros, e “Orizes”, onde vemos a destruição de uma tribo. O prisma do poeta é o lado indígena. Portugueses, espanhóis ou

⁹² ASSIS, Machado de. APUD. SILVEIRA, *op.cit.* p. 40.

⁹³ SILVEIRA, *op.cit.* p. 23-33.

franceses são “fantasmas”, quase não aparecem nessas narrativas. Temos referências da existência deles ou da invasão que aconteceu ou acontecerá, todavia invasores não possuem nome ou identidade, uma vez que a orientação narrativa é da vítima. Mesmo nas poesias cujas protagonistas são Ângela, da “Cristã- Nova” ou Sabina, da poesia homônima, as cativas são as personagens principais e os algozes secundários.

À vista disso, compreendemos que um dos motores para escrever *Americanas* foi a recepção crítica de *Falenas*. Mas certamente não foi o único. A leitura do conjunto de poesias escolhidas por Machado para integrar a coletânea, bem como suas estruturas narrativas, evidencia a interlocução do autor com outras contendas. As formas como tratou o tema da colonização indicam sensibilidade para abordar a concepção do povo brasileiro. Está implícito na coletânea a forma violenta como se constituiu o processo histórico de miscigenação e modo como foram subjugadas as raças não-brancas⁹⁴. O discurso machadiano sobre o processo colonizador trás elementos de como o hibridismo cultural ocorreu e como constituiu aquele povo miscigenado que tanto preocupava alguns intelectuais dos anos 1870, visto que aquela multidão de mulatos era tida por muitos como sinônimo de atraso. Inserindo, assim, a coletânea num debate sobre a constituição do povo e da raça a partir do processo histórico de colonização.

A interpretação que se segue privilegiou elementos de “denominação comum”. Tentamos entender os elementos que cauterizaram a coletânea *Americanas*, tais como a interlocução com a tradição literária, o lugar das raças não brancas na formação nacional e a discussão sobre a história brasileira na perspectiva de Machado. Todas essas questões que de alguma maneira abrangem a formação da identidade nacional brasileira.

⁹⁴ Mesmo em “Niani”, história de amor e traição entre índios Guaiacurus, na qual ainda não há invasão, Machado deixa indícios da possível colonização. Os guerreiros Guaiacurus usavam cavalos, lanças e facões, em nota o autor menciona que eram comercializados pelos portugueses e espanhóis, portanto, a troca comercial e os elementos bélicos já estavam presentes.

Capítulo II

O mito nacional na pena de Machado de Assis

“Inúmeras, no mar da eternidade,
As gerações humanas vão caindo;
Sobre elas vai lançando o esquecimento
A pesada mortalha.

Da agitação estéril em que as forças
Consumiram da vida, raro apenas
Um eco chega aos séculos remotos,
E o mesmo tempo o apaga.”⁹⁵
(Machado de Assis)

A história e a historiografia possuem papéis centrais para a consolidação das identidades nacionais. O passado tem função de legitimar o poder político e a nação e, para isso, selecionam-se fatos, eventos e personagens fundamentais para narrar uma história que “dote significado a experiência da comunidade nacional”⁹⁶. Não obstante, por essa razão, intelectuais, historiadores e literatos do século XIX tinham como objetivo a construção nacional. Precisava-se de uma narrativa cujo fim era “legitimação do Brasil como entidade separada de Portugal e com organização política baseada no Rio de Janeiro”⁹⁷. Além da questão política, tais construções simbólicas sobre o Brasil valorizam a ideia uma nação baseada na harmonia entre as três raças principais - índios, negros e brancos.

O índio como personagem literário estava presente em obras anteriores à independência política. Já se constituía em importante figura literária para autores como Santa Rita Durão, como Machado indicou em seu “Instinto de Nacionalidade”. Todavia, o indianismo começou a desenvolver de forma mais sistemática a partir da obra de Gonçalves Dias e, posteriormente, com a *Confederação de Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, obra publicada em 1856 e que gerou uma grande polêmica com José de Alencar. Em 1856, José de Alencar publicara no *Diário do Rio de Janeiro* uma série de críticas ao livro de Gonçalves de Magalhães. A crítica, intitulada *Cartas sobre a Confederação de Tamoios*, foi publicada com o pseudônimo “Ig.” Que, segundo o autor,

⁹⁵ ASSIS, Machado de. *Americanas*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1875. p. 123-124.

⁹⁶ RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 113.

⁹⁷ RICUPERO, *op.cit.* p. 113.

“foi tirado das primeiras letras do nome Iguassú, heroína do poema” de Magalhães⁹⁸. Alencar criticava principalmente a estética do poema épico de Magalhães e as falhas ao descrever a natureza brasileira e os costumes dos indígenas. Criticava também o uso da poesia épica, afinal, segundo Alencar, “a forma com que Homero cantou os gregos não [servia] para os índios”⁹⁹. Nas cartas, o autor demonstrava anseio para escrever sua própria obra indianista, como daria início no próximo ano com a publicação de *O Guarani*. Porém, até então, Alencar refletia sobre as novas possibilidades do seu futuro romance:

Digo-o por mim: se algum dia fosse poeta, e quisesse cantar a minha terra e as suas belezas, se quisesse compor um poema nacional, pediria a Deus que me fizesse esquecer por um momento minhas ideias de homem civilizado.

Filho da natureza embrenhar-me-ia por essas matas seculares; contemplaria as maravilhas de Deus, veria o sol erguer-se no seu mar de ouro, a lua deslizar-se no azul do céu; ouviria o murmúrio das ondas e o eco profundo e solene das florestas.¹⁰⁰

O autor, no próximo ano, iria publicar seu romance, no entanto, sem se “esquecer por um momento” de suas “ideias de homem civilizado”. Enquanto criticava Gonçalves de Magalhães, o autor já planejava seu “romance nacional”. José de Alencar, em *Como e porque sou romancista*, informa que no momento de sua formação, “na velha biblioteca do convento de São Bento”, estudava “os cronistas da era colonial”. A finalidade do estudo era inspiração para um romance. Segundo Alencar, ele “buscava com sofreguidão um tema para o [seu] romance”, desejoso, pelo menos, de “um protagonista, uma cena, uma época”¹⁰¹. Muitos dos literatos do século XIX seguiram esse caminho, no qual, buscava-se no passado colonial inspiração literária. Nessa trajetória, a história adquiria, assim, um papel fundamental para a consolidação da identidade nacional.

Ao buscar por seus protagonistas, cenas e épocas, como indicou Alencar, os literatos fazem suas escolhas e a primeira opção de José de Alencar, segundo o próprio, era o tema do “martírio do Padre Francisco Pinto, morto pelos índios do Jaguaribe”. De acordo com o romancista, havia outras opções, elas recaíam para a trama da “luta entre o apóstolo e o homem”. Contudo, no relato, Alencar afirma que a “moléstia” o impediu de escrever

⁹⁸ ALENCAR, José. *Cartas sobre a Confederação de Tamoios*. Rio de Janeiro: Empreza Typographia Nacional do Diario, 1856. p. 2.

⁹⁹ Idem, p. 25.

¹⁰⁰ Idem, p. 7.

¹⁰¹ ALENCAR, José. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro : Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1893. p. 12.

esse drama do “martírio” de padres¹⁰². Após alguns meses, entretanto, a escolha alencariana mudou. O conflito no qual a vítima era o colonizador foi substituída por uma opção mais harmonizadora, na qual sugere que o melhor destino do indígena seria o autossacrifício. Um caminho possível para entender a transformação na escolha do jovem Alencar pode ser pela troca de ares do autor, que havia ido para a Corte e, portanto, parecia mais plausível que estivesse em maior sintonia com as discussões dos projetos políticos Imperiais.

Diversos literatos do século XIX encontraram inspiração para seus textos em discussões históricas e em problemas sociais vividos na sociedade brasileira. Machado de Assis não foi diferente e seguindo as sugestões de seus críticos, mostrou-se capaz de trilhar o caminho proposto por Gonçalves Dias e José de Alencar ao publicar a coletânea de versos *Americanas*, que privilegiava, dentre outros temas, o indianismo. Por isso trabalhamos com a trajetória literária de Alencar, como elemento crucial para o entendimento das escolhas machadianas para a coletânea. Evidentemente que os anos que separam os romances de Alencar e a coletânea de Machado eram suficientes para que os literatos produzissem narrativas distintas. Contudo, a discussão extrapola a questão cronológica. As experiências dos literatos são cruciais pois se por um lado Alencar fazia parte da elite política do país, por outro, o lugar social de Machado o tornava mais crítico sobre o processo histórico brasileiro. A inclinação machadiana foi de retratar um passado colonial com conflitos e antagonismos, com diferenças culturais e, sobretudo, sob a égide da violência.

A primeira opção de Alencar, ou seja, escrever sobre o “martírio” era evidente um elogio à ação missionária. Doravante, Alencar fez esse enaltecimento em outro momento de sua carreira, como foi o caso da peça *O Jesuíta*, escrita em 1861 e levada aos palcos em 1875¹⁰³. A história d’*O Jesuíta* acontece em 1759, um mês antes da expulsão da Companhia de Jesus do Brasil. Conforme Eliane Fleck e Mauro Tavares, na peça, Alencar vincula seu protagonista Dr. Samuel - um jesuíta - e os padres Jesuítas de modo geral

¹⁰² Idem, p. 37.

¹⁰³ No auge da conhecida “questão religiosa” a peça *O Jesuíta* foi encenada, evidentemente havia um explícito sentimento anticlerical entre algumas rodas sociais, contudo Alencar culpou o público. Segundo Alencar, “o público fluminense ainda não [sabia] ser público”. O dramaturgo ainda dialoga com o futuro historiador da literatura nacional que no dia que fosse estudar a “decadência do teatro brasileiro”, naturalmente iria atribuir a culpa aos “autores dramáticos”, mas sua *Advertência* serviria como protesto à acusação, o culpado era o público.

ALENCAR, José. “Advertência”. In: *O Jesuíta- drama em quatro atos*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875, p.3-4.

“como os mais capazes para implantar o projeto de Nação no Brasil”. Dr. Samuel e a Companhia de Jesus seriam protagonistas que, “por sua formação na tradição de pensamento humanista e racionalista, estariam em condição de empenhar-se na construção da nacionalidade e na institucionalização de um Estado independente”¹⁰⁴. Ao buscar no passado colonial inspiração literária para a consolidação de um projeto de formação da identidade nacional, no caso de Alencar, há sugestão de que os mais capazes dessa tarefa seriam os missionários da ordem jesuítica. Machado de Assis, por sua vez prefere lançar luz sobre os conflitos entre índios e colonizadores.

Há um consenso entre historiadores e antropólogos que lutas do colonizado contra o colonizador era uma forma de resistência. Machado demonstrava essa consciência ao indicar a relutância por parte do índio, ainda durante os primeiros anos de colonização, em aderir às ações e projetos de seus colonizadores. Em São Paulo, os contatos iniciais foram seguidos por alianças que eram proveitosas para ambos os lados até determinado momento. Segundo John Monteiro, os indígenas percebiam as “vantagens imediatas” nas alianças com europeus “particularmente nas ações bélicas conduzidas contra os inimigos mortais”¹⁰⁵. Porém, os índios também logo entenderam “os efeitos nocivos” das alianças, dentre esses incluíam doenças contagiosas, rupturas na organização das sociedades indígenas e o “apetite insaciável dos novos aliados por cativos” o que ameaçava os costumes indígenas¹⁰⁶. Os primeiros convívios com portugueses modificaram as sociedades indígenas. De acordo com John Monteiro, as trocas culturais “contribuíram para a transformação acelerada das relações intertribais e luso indígena”. Entre os colonizadores, discutia-se se os índios eram também criaturas divinas, a questão era pertinente para a necessidade de salvá-los da condição de barbárie. Portanto, faz-se mister entender o papel da religiosidade para o homem quinhentista, afinal, segundo Laura de

¹⁰⁴ FLECK, Eliane Cristina Deckmann e TAVARES, Mauro Dillmann. “Um Apóstolo da Independência do Brasil: O projeto de Estado-Nação em *O Jesuíta* de José de Alencar”. In: Anos 90, Porto Alegre, v.16, n. 29, p. 315-348, jul. 2009. p. 316-317.

¹⁰⁵ Conta-nos John Monteiro que: “Quando da chegada dos portugueses em 1531-32, eles haviam aceitado a presença europeia justamente porque esta não apresentava nenhuma ameaça ostensiva ao bem estar indígena. Afinal de contas, as principais aldeias tupiniquim estavam localizadas em cima da cerra, ao longo do rio Tietê. Além disso, encontravam-se entre os principais “guerreiros” um tal de João Ramalho, português que anos antes tinha se integrado ao grupo local chefiado por Tibiriça. “Casado” com uma filha do chefe, Ramalho acabou estabelecendo outra aldeia, que serviria de base para a futura vila portuguesa de Santo André da Borda do Campo.” Segundo Monteiro: “Com certeza, a aliança entre Tupiniquim e os portugueses muito se deveu à presença de João Ramalho”. MONTEIRO, . “A transformação de São Paulo indígena, século XVI”. In: *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 29-30.

¹⁰⁶ MONTEIRO, John. “A transformação de São Paulo indígena, século XVI”. In: *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 29.

Mello e Souza enquanto “propagava-se a fé”, também “colonizava-se”. Diversos estudos apontam que a religião era base ideológica para justificar o período das conquistas. De acordo com Laura de Mello e Souza, em *O diabo e a terra de Santa Cruz* “cristianizar era, de fato, parte integrante do programa colonizador português”, afinal, era elemento “importante, dado o destaque que tinha a religião na vida do homem quinhentista”¹⁰⁷. A catequese tinha papel substancial para o projeto colonizador, tinha como função “homogeneizar a humanidade inviável, animalesca, demoníaca do Brasil colonial”. *A priori* era a religião que tinha função de “corrigir o corpo do Brasil” e “afastar as populações do demônio e aproximá-las de Cristo, amansando-as”¹⁰⁸.

Como indica Laura de Mello e Souza, há a noção de que a Colônia era um inferno, ou quiçá um momento de purgatório tanto para os habitantes autóctones, quanto para os viajantes. Segundo a autora, no primeiro momento, a América era inferno para os homens “animalescos”, “demoníacos” que ali habitavam, todavia, era purgatório pela condição de Colônia. A catequese era o elemento salvacionista, pois cabia à Europa “resgatar os americanos do mundo de perdição e pecado”¹⁰⁹. Sob essa perspectiva, a colônia tem uma dupla função, “extirpar pecados” e “garantir a continuidade da produção de riqueza através de uma população purificada, isto é, normalizada”¹¹⁰. Há desde a gestação do Brasil a preocupação de purificar a população e, na época, a opção normalizadora era o cristianismo. Já no século XIX, percebendo que não bastava a educação, criara-se a ideia do sacrifício das raças indesejadas.

Na colônia, a necessidade de normalizar e homogeneizar a população acontece a partir da convivência das mais diferentes culturas. Todavia, o convívio andou na direção contrária ao que a Coroa portuguesa esperava, não houve total entrega à religião Cristã. No Brasil colonial, “traços católicos, negros, indígenas e judaicos misturaram-se”, “tecendo uma religião sincrética”¹¹¹. O sincretismo que aconteceu em níveis culturais criou um povo também miscigenado. Dessa experiência histórica nasceu o povo miscigenado que foi uma solução para a colônia. Contudo, no século XIX, a mesma miscigenação, entendida agora como falta de pureza, passou também a ser entendida por muitos como um atraso, um obstáculo para a civilização. De acordo com Caio Prado Jr., em *A formação do Brasil*

¹⁰⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 32-33.

¹⁰⁸ SOUZA, *op.cit.*, p. 71.

¹⁰⁹ SOUZA, *op.cit.*, p. 77.

¹¹⁰ SOUZA, *op.cit.*, p. 78.

¹¹¹ SOUZA, *op.cit.*, p. 97.

Contemporâneo, a miscigenação “que é o signo sob o qual se forma a nação brasileira, e que constitui sem dúvida o seu traço característico mais profundo e notável, foi a verdadeira solução encontrada” para a questão indígena, a fim de absorver o sangue dos primeiros habitantes ao do colono português¹¹².

Os escritores brasileiros e suas diferentes formas de encarar o indianismo tiveram como base a história colonial brasileira. O indianismo foi uma forma dos intelectuais brasileiros interpretar a história colonial brasileira e seus principais aspectos: miscigenação, sincretismo, lutas pela terra. Como a experiência histórica de Colônia não indicava nobreza suficiente para a cultura, afinal, o Brasil havia vivido anos de submissão, a resposta encontrada foi sublimar o caráter de subjugação colonial e a suposta ausência de passado histórico em outros elementos, tais como a grandeza da natureza e a força da população autóctone¹¹³. Doravante, o substrato cultural brasileiro do século XIX baseava-se nos elementos considerados importantes para entender a nacionalidade brasileira e na representação ideológica de povo¹¹⁴. Tais elementos eram buscados na origem do Brasil, nos primeiros habitantes do território e nas primeiras incursões dos colonizadores. É com essa tradição que Machado de Assis decidiu dialogar ao escrever a coletânea *Americanas*.

A primeira poesia de Machado de Assis na qual o autor dialoga com a tradição indianista, buscando entre as fontes históricas inspiração literária, foi “Potira”, publicada logo após as críticas de *Falenas*, no *Jornal do Commercio* entre junho e agosto de 1870. A proximidade da escrita de uma poesia cuja temática é iminentemente indígena, reforça o argumento de que naquela época Machado tomou a decisão de se engajar num projeto literário que privilegiava assuntos sustentados como referência de nação brasileira. A partir daquele momento, o poeta se inseria numa discussão acerca da literatura nacional, e a coletânea poética *Americanas* é um dos possíveis epicentros da questão. Para este segundo capítulo propomos concentrar a análise nas poesias da coletânea *Americanas* tendo como fundamento a hipótese da interlocução de Machado de Assis com a tradição literária e com

¹¹² PRADO JR, Caio. “População”. In: *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 102-103.

¹¹³ CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/SP, 2002. p. 90-91.

¹¹⁴ “A produção de uma cultura imperial está, assim como no que diz respeito ao projeto político de construção de uma nação independente, associada à produção de uma cultura nacional que correspondesse à individualidade da nova nação. Tal projeto relacionou dois aspectos que interagiram mutuamente. Por um lado, havia como resultado de todo o processo histórico colonial, elementos que singularizavam os habitantes, a língua e a cultura da América portuguesa. Por outro, havia cada vez mais a produção desta singularidade na cultura letrada desta sociedade, em particular na literatura.” SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2013. p. 65.

os novos rumos da literatura brasileira na década de 1870. Nesta análise da coletânea, privilegiaremos a unidade temática dos treze poemas, assim como propôs Machado de Assis em sua *Advertência* ao assinalar a existência de uma “denominação comum”. Ao dialogar com a tradição indianista, Machado lida com questões relacionadas à formação do povo brasileiro. Afinal, em diversos momentos da coletânea, a temática indianista questiona metaforicamente a concepção e o lugar do miscigenado.

À luz dessas considerações, percebemos como Machado reescreve o indianismo sob outra perspectiva, sob a dimensão do violento processo histórico que ocorreu no decurso do encontro de diferentes povos e culturas e de como, desse encadeamento, nasceu o povo brasileiro. Temos consciência que não foi um transcurso fácil, foi agressivo e por vezes cruel, e Machado de Assis demonstra perceber essa dimensão. À vista disso, lidamos com as narrativas dos poemas machadianos e o postulado de resistência proposto nas histórias. Em *Americanas*, Machado de Assis evidencia que no curso da história, os indígenas e o povo brasileiro de modo geral, não foram passivos ante ao colonizador. O autor nos mostra a ação e a resistência desse povo que aos poucos se consolidava. Esse é um dos fios condutores do capítulo, a hipótese de que Machado demonstra em diversos momentos a consciência que as raças não brancas não foram impassíveis¹¹⁵. E ainda, inquirimos o entendimento de Machado de Assis sobre a formação do povo, buscamos entender o que o autor compreendia como a concepção do mestiço e os dilemas pertinentes ao hibridismo do miscigenado.

A primeira americana

“Águas sagradas
Que a lavaram no berço, já nas veias
O sangue velho e impuro lhe trocaram
Pelo sangue de Cristo...”¹¹⁶ (Machado de Assis)

Na carreira literária de Machado de Assis, a década de 1870 implicou num impasse frente a uma crise literária que se constituiu no Império. Aqueles anos foram propícios para

¹¹⁵ Na historiografia temos autores que corroboram com uma visão crítica em relação à suposta passividade indígena. Para essa perspectiva ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, 1992. MONTEIRO, John. “A transformação de São Paulo indígena, século XVI”. In: *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. pp. 17-56. VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios- catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹¹⁶ ASSIS, Machado de. “Cristã-Nova”. In: *Americanas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875. p. 92.

reflexão sobre formas e temáticas¹¹⁷. De modo geral, a década de 1870 foi importante para repensar a formação literária brasileira para intelectuais como Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero. Machado demonstrou preocupação com esse impasse, oferecendo respostas em seus textos críticos e teóricos como “Instinto de Nacionalidade” de 1873, “A nova geração” de 1879, na crítica ao *Primo Basílio* de Eça de Queiroz n’*O Cruzeiro* em 1878, em crônicas publicadas com o pseudônimo Manassés em *Histórias de quinze dias* e em parte de seus primeiros romances como *Ressurreição* de 1872. Tais textos se aglutinam em torno dos possíveis rumos que Machado de Assis imprime para a literatura, discutindo novas formas e temática. A coletânea poética *Americanas* publicada em dezembro de 1875, é um importante documento no qual podemos nos debruçar para entender como Machado foi interlocutor da tradição literária brasileira.

Mesmo que não possamos concluir a data da produção de todas as poesias, há a possibilidade de constatar o momento de escrita da primeira “americana” da coletânea, “Potira”, e talvez esse seja um dos motivos pelos quais ela abriu a coletânea. Essa poesia foi escrita logo após a crítica de *Falenas*. Foi publicada em forma de folhetim no *Jornal do Commercio*, entre 29 de junho e 28 de agosto de 1870, sob o pseudônimo “Y”¹¹⁸. Posteriormente, em 1875, Machado de Assis, assumiria a autoria dos versos na coletânea *Americanas*¹¹⁹. Em nota, Machado de Assis afirmava que os versos de “Potira” eram destinados “à publicação anônima”, “tendo por assinatura um simples Y”¹²⁰.

¹¹⁷ PEREIRA, Leonardo A. M. “A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do Império”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial*, vol III: 1870-1889, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 273-275.

¹¹⁸ ASSIS, Machado de. *Americanas*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1875. p.200; MAGALHÃES, *op.cit.* p. 232.

¹¹⁹ Há evidências que alguns dos contemporâneos de Machado de Assis sabiam que “Potira” era uma criação dele. Em 1873 era publicada a coletânea poética *Voos Ícaros* de Rozendo Moniz Barreto, a qual Machado de Assis foi responsável por uma das primeiras críticas que saiu na *Semana Ilustrada* em 26 de janeiro de 1873. Na crítica fora elogioso ao poeta, que considerara “patriota, humanitário, homem de coração” e, ainda havia em Rozendo Barreto, conforme o autor de *Falenas*, uma “musa fraternal” do tipo que “inspira os cantos” de “talentos triunfantes e legítimos” como Gonçalves Dias. Em 15 de fevereiro de 1873 saía no periódico *A Vida Fluminense* uma crítica também elogiosa ao livro de Rozendo Barreto. Em determinado trecho da crítica d’*A Vida Fluminense*, o autor que assinava como Sylvio, afirmou que o talento de Rozendo Barreto havia sido legitimado por outro poeta consagrado no cenário nacional, o “criador de Potira” que havia sido responsável por uma das primeiras críticas da coletânea semanas antes. Sylvio diz o seguinte sobre *Voos Ícaros*: “Tal é, enfim, o livro que acabamos de apresentar aos nossos leitores, livro que já teve a rara fortuna de ser analisada por três poetas de fino quilate- o intérprete de Byron, o tradutor de Lucano, o **criador de Potira**”, que eram respectivamente “o Sr. Senador Octaviano, conselheiro Castilho, e **Machado de Assis**”, esse último responsável pelas primeiras apreciações críticas da coletânea no periódico *Semana Ilustrada* em janeiro de 1873. (grifos nossos)

Sylvio. “Voos Ícaros”. *A Vida Fluminense*, 15 de fevereiro de 1873, p.2-3.

M. de Assis. “Voos Ícaros”. In: *Semana Ilustrada*, 26 de janeiro de 1873, p. 6.

¹²⁰ “Potira” também foi destinada a outra publicação periódica com o mesmo pseudônimo “Y”. Em 1873 saiu no segundo volume periódico *A Luz*, não em forma de folhetim, mas inteira numa mesma publicação, visto

Não tomamos a primogênita de Machado somente como réplica de críticas, mas também como chave para compreensão da coletânea. Esses versos, além de representarem um subsídio criativo para o autor, se constituíram como uma espécie de “programa” para que o poeta faria nos próximos anos. Os versos reunidos sob o título de “Potira” narram a história de um episódio ocorrido na tribo de índios Tamoios no estado de São Paulo. Os protagonistas são Potira e Anajê, dois índios desta tribo. O enredo foi inspirado num trecho de uma das *Crônicas da Companhia de Jesus*, de Simão de Vasconcellos, e alude a um caso de uma invasão Tamoia ao acampamento Jesuíta, o qual acarretou a morte de uma índia casada com colono e convertida ao cristianismo. Machado de Assis tece seus versos a partir desse caso, apontando as possíveis razões da ocupação dos índios Tamoios e do assassinato da índia que negou sua cultura. O prólogo de “Potira” trata-se de um trecho do segundo livro das *Crônicas da Companhia de Jesus*, de Simão de Vasconcellos¹²¹. O trecho narra uma história que, de acordo com Simão de Vasconcelos, teria acontecido na época das missões jesuíticas. A narrativa do jesuíta é bem sintética e evidentemente com uma perspectiva eurocêntrica. Segue abaixo o trecho que inspirou Machado, o prólogo de sua “Potira”:

...Os Tamoios, entre outras presas que fizeram, levaram esta índia, a qual pretendeu o capitão da empresa violar: resistiu valorosamente dizendo em língua brasílica: “Eu sou cristã e casada; não hei de fazer traição a Deus e a meu marido; bem podes matar-me e fazer de mim o que quiserdes.” Deu-se por afrontado o bárbaro, e em vingança lhe acabou a vida com crueldade¹²².

No trecho, Simão de Vasconcellos narra uma invasão de índios Tamoios em um acampamento de missão de jesuítas. Nesse excerto, ele afirma que, durante a batalha, o “capitão da empresa”, que era um índio “bárbaro”, pretendia “violar” uma índia que morava junto com os colonos e que, por sua vez, “resistiu valorosamente”. O índio afrontado pela resistência de sua semelhante, “em vingança lhe acabou a vida com grande crueldade”. Esse episódio contado por Simão de Vasconcelos inspirou nosso poeta, que se apropriou do fragmento atribuindo-lhe novos sentidos, haja vista que o filtro cultural europeu do jesuíta nos deixou poucas informações da história como um todo. A índia nessa primeira narrativa, por exemplo, não possui nome, é apenas mais uma. Simão de

que o autor fez uma edição e cortou grande parte da história de sua Potira. (*A Luz*. Vol, 2, Rio de Janeiro, 1873. p. 159-160).

¹²¹ VASCONCELLOS, Simão de. *Crônicas da companhia de Jesus do Estado do Brasil*. vol: II. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes. 2ª ed. 1865. p. 60-61.

¹²² VASCONCELLOS, *op.cit.*, p. 60.

Vasconcellos preocupa-se em evidenciar o fato da mulher ter se convertido ao cristianismo e, por conseguinte, negar a estirpe indígena. Como a narrativa de Vasconcellos era lacunar, Machado reconta a história, imprimindo-lhe novos matizes. Enquanto o jesuíta reservou pouco mais de um parágrafo para a morte da índia, ao narrar o episódio da invasão, o poeta empenhou-se em imaginar as motivações do ataque aos Tamoios, da tentativa de violação da índia, o que outrora pode ter acontecido. Machado dá ao leitor indícios de que seu objetivo era contar a outra “face da história”, forjando, assim, uma memória histórica para os indígenas da narrativa de Simão de Vasconcellos. Machado, ao imaginar sua própria versão da história, tinha consciência da importância de resgatar a memória do componente indígena, que fora até então sacrificado. Visto que “o brasileiro” não conhece o “nome obscuro”, nem a “campa” onde foram enterrados esses índios das histórias narradas nas *Crônicas da Companhia de Jesus*. Essa ideia é proposta no primeiro canto da poesia. Machado parecia preocupado também em mostrar novos olhares e perspectivas sobre esses episódios que, de certa forma, fundaram a nacionalidade brasileira:

Moça cristã das solidões antigas,
Em que áurea folha reviveu teu nome?
Nem o eco das matas seculares,
Nem a voz das cachoeiras,
O transmitiu aos séculos futuros.
[...]teu nome obscuro,
Nem tua campã o brasileiro os sabe.¹²³

Como a história daquela índia foi sucinta no relato de Simão de Vasconcellos, de tal forma que o nome dela não foi transmitido “aos séculos futuros”, coube ao poeta batizá-la e imaginar sua história. A narrativa de Machado de Assis é dividida em 16 cantos. No primeiro, como apontamos acima, o autor fez uma reflexão sobre a morte e a memória. A partir do segundo canto, tem início a história. Como a poesia tem perspectiva inteiramente indígena, os primeiros versos narram o retorno dos guerreiros Tamoios após uma batalha, ancorando suas canoas chegando na “remota aldeia”, que de acordo com o autor em sua nota, era a Vila de São Vicente¹²⁴. Era fim da noite e, a “alva aurora, que à vida acorda as selvas” surgia no horizonte. Todos os “vencedores em tropel” que estavam cansados da vigília, “[buscaram] na curva leve rede/ Amigo sono, exceto o chefe”. O capitão dessa batalha, “[trazia] consigo o prêmio” que era “a moça que renegou Tupã, e as velhas

¹²³ ASSIS, Machado de. *Americanas*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1875. p. 5.

¹²⁴ De acordo com o autor, na nota B da coletânea, afirma que “a nascente cidade brasileira” era “a Vila de São Vicente”. ASSIS, *op.cit.* p. 198.

crenças lavou nas águas do batismo santo”. Potira ainda dorme, enquanto o índio Anajê a contempla com a “mente [repleta] de projetos tenebrosos” e decide violentá-la. Potira desperta e tenta fugir das mãos do índio, porém a resistência fora inútil, o “aspérrimo guerreiro” a deflora. Depois de longas discussões, Potira diz preferir ser feita escrava a desposar Anajê. A índia em diversos momentos demonstra estranhar a cultura dos Tamoios, como no episódio no qual os índios daquela aldeia sacrificam um homem da tribo Guaianá. No momento do sacrifício, horrorizada, Potira decide fugir, enquanto todos estão distraídos. Anajê a espreita e consegue alcançá-la. Como a índia não o aceita como marido, Anajê mata Potira. Invertendo a narrativa de Vasconcellos, para quem os índios eram os algozes, Machado os coloca na condição de vítimas. Na nova versão do episódio, não foi, por exemplo, apenas por amor que Anajê “incendiara a aldeia/ Daquelas gentes pálidas de Europa”. A luta significava também resistência. Anajê buscava novamente “a moça que renegou Tupã”, para que ela, finalmente, pudesse morar na tribo onde nascera, sendo essa a ordem do pai da moça. Anajê é mais resistente à nova cultura das “gentes pálidas”. Ele culpa os padres e colonizadores pelas atrocidades ocorridas:

“Oh! Nunca os padres
Pisado houvessem essas plagas virgens!
Nunca de um deus estranho de leis ignotas
Viessem perturbar as tribos, como
Perturba o vento as águas! Rosto a rosto
Os guerreiros pelejam; matam, morrem.
Ante o fulgor das armas inimigas
Não descora o tamoio. Assaz lhe pulsa
Valor nativo e raro em peito livre.
Armas, deu-lhas Tupã novas e eternas
Nestas matas vastíssimas. De sangue
Estranhos rios hão de, ao mar correndo,
Tristes novas levar à pátria deles,
Primeiro que o tamoio a frente incline
Aos inimigos peitos. Outra força,
Outra e maior nos move a guerra crua;
São eles, são os padres. Esses mostram
Cheia de riso a boca e o mel nas vozes,
Serenos o rosto e as brancas mãos inermes;
Ordens não trazem de cacique estranho,
Tudo nos levam, tudo. Uma por uma
As filhas de Tupã correm trás deles,
Com elas os guerreiros, e com todos
A nossa antiga fé. Vem perto o dia
Em que, na imensidão destes desertos,
Há de ao frio luar das longas noites
O pajé suspirar sozinho e triste

Sem povo nem Tupã!”¹²⁵

Nesse trecho, Anajê reflete sobre o conflito com os colonizadores, ele culpa os padres e se desespera com a possibilidade de sua cultura morrer. Os versos também trazem elementos de críticas ao Jesuitismo na fala do herói Anajê, na medida em que o protagonista resiste e culpa a nova religião pela destruição e violência causada aos seus pares. Tendo em vista esse conflito, o autor dos versos parece querer ressaltar novas perspectivas sobre a história do encontro - e suas decorrentes tensões - entre índios e europeus no início da colonização das terras americanas. Nos versos, o confronto é concebido como aquilo que sacrificou o elemento não europeu em prol de uma pretensa empreitada rumo à civilização.

Em *Americanas*, Machado reflete sobre esse processo histórico, bem como estabelece seus versos num debate sobre as raízes míticas do povo brasileiro. Estabelecendo-se nos debates que marcaram os anos 1870, que muitas vezes ocorriam sob uma perspectiva cientificista e que estudava o lugar do índio dentro da civilização brasileira, o poeta faz de seus versos também um importante instrumento de intervenção nessas discussões. Naquele momento, tornara-se fundamental discutir as noções de “povo” e de “raça”, pois tais elementos eram relacionados à formação da nação e da identidade nacional¹²⁶. No século XIX, de acordo com Kaori Kodama, “os termos ‘nação’ e ‘raça’” muitas vezes eram confundidos¹²⁷. De acordo com Marilena Chauí, o termo “nação” denotava um conceito biológico, o que relacionava com a definição de raça¹²⁸. Portanto, refletir sobre a formação do povo, também era pensar sobre o destino da recente nação e suas potencialidades frente à civilização. Como assevera Kaori Kodama, a partir dos anos 1840, escrevia-se uma história brasileira “tendo como base o debate científico, o “grau” de civilização dos primitivos habitantes do Brasil”¹²⁹. Nesse sentido, falar em raça ou nação, servia para a sociedade imperial brasileira “designar uma origem e, em outros casos,

¹²⁵ ASSIS, Machado de. *op.cit.* p. 14-15.

¹²⁶ “Negros, cabras, criolos, bodes, pardos, mulatos, fuscões, caboclos, brancos, moleques, cafuzos, caribocos, botocudos, entre tantos outros designativos, transpunham para o universo linguístico- mais do que os matizes da pele dos indivíduos presentes na sociedade- um espectro inteiro das relações entre os homens. Como afirmara Koselleck (1993:205), “as qualificações de si mesmo e dos demais pertencem à sociabilidade cotidiana dos homens. Nelas, articula-se a identidade de uma pessoa e suas relações com os demais”. KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009. p. 99.

¹²⁷ KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009. p. 102.

¹²⁸ CHAUI, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 5ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

¹²⁹ KODAMA, *op.cit.* p. 156-158.

também um estatuto diferente dos indivíduos presentes e circulantes na cidade”¹³⁰. Em diversos momentos, eram termos para categorizar e hierarquizar a sociedade, evidenciando as diferenças existentes dentro das relações sociais do Império. Sob esse prisma, Lília Schwarcz afirma que:

O discurso racial surgia, dessa maneira, como variante do debate sobre a cidadania, já que no interior desses novos modelos discorria-se mais sobre as determinações do grupo biológico do que sobre o arbítrio do indivíduo entendido como “um resultado, uma reificação dos atributos específicos da sua raça”.¹³¹

A noção de raça, ao ultrapassar o âmbito biológico, alcançou status de sinônimo de nação, de tal modo que o povo estaria fadado à degeneração ou progresso de acordo com as condições de seu grupo. Esse “determinismo mais abrangente”, como definiu Lília Schwarcz, se deve a pensadores como Taine, Spencer, dentre outros. Desse modo, o “indivíduo [constituía-se] enquanto resultado imediato do grupo” do qual pertencia¹³². Gobineau encarou tal definição ao extremo e condenou as “sub-raças mestiças não civilizáveis” a “impossibilidade do progresso”. De acordo com esse filósofo, a “mistura de espécies humanas diferentes” resultaria em “degeneração da raça”¹³³. Portanto, a aceitação dessas teorias no Brasil, com “certos rearranjos teóricos”, era uma forma de refletir sobre a “viabilidade de uma nação mestiça”, pois os intelectuais não puderam fugir da constatação que o país era eminentemente miscigenado¹³⁴.

Temos como horizonte a hipótese de que na coletânea *Americanas* Machado de Assis trabalha com uma nova versão sobre a concepção do povo brasileiro e sobre a formação do mestiço com os representantes de diferentes nações. Nessa perspectiva, temos como referência o diálogo com essas teorias raciais, visto que Machado demonstra dialogar com esses teóricos. Não nos furtemos de recordar que no ano final da década de 1860, recebemos a visita de Gobineau no Brasil¹³⁵. Em 1870, havia passado pouco mais de dois anos da visita de Gobineau e as péssimas impressões em relação ao miscigenado. Sem dúvida as teorias raciais, deterministas e evolucionistas desse intelectual foram impactantes para a constituição do pensamento de Machado de Assis, um jovem escritor mestiço em

¹³⁰ KODAMA, *op.cit.*, p. 99.

¹³¹ SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 63.

¹³² SCHWARCZ, *op.cit.*, p. 83.

¹³³ SCHWARCZ, *op.cit.*, p.83.

¹³⁴ SCHWARCZ, *op.cit.*, p. 85.

¹³⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças- cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 17; VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 31.

ascensão na época. A obra *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, de Gobineau, publicada em 1855, tem como objetivo analisar o que causou a ruína da civilização. Helga Gahyva assim sintetiza o pensamento de Gobineau:

Para Gobineau, as sociedades eram originalmente constituídas por um dos tipos raciais puros, e configurariam uma reunião mais ou menos equilibrada do ponto de vista político, mas completa do ponto de vista social, de homens vivendo sobre a direção de ideias semelhantes e com instintos idênticos. Quando uma raça- ou uma sociedade- ascendia ao estado de nação, duas alternativas eram colocadas: conquistar ou ser conquistada. Em qualquer um dos casos, o contato levaria à mistura entre as raças, dando inícios ao processo de degeneração [...]¹³⁶

Em suma, para Gobineau, a miscigenação pode ser considerada um motor da história, ao mesmo tempo em que seria a causadora da degeneração¹³⁷. O pessimismo gobineauiano em relação ao povo brasileiro não passaria despercebido da acidez machadiana¹³⁸. Argumentamos que em oposição ao determinismo e ao evolucionismo, Machado de Assis demonstra que se houve decadência de alguns povos foi causada pelo processo histórico que viveram. No caso brasileiro, a colonização e a dominação europeia foram prejudiciais para a raça indígena. Assim como Machado evidenciava que a ideologia do mundo senhorial causava danos aos dependentes, como argumenta Sidney Chalhoub em *Machado de Assis Historiador*¹³⁹.

A poesia “Potira”, escrita por Machado antes mesmo de consolidar a coletânea, parece ser aquela que sintetiza todas essas questões que de alguma forma servirão como uma espécie de “programa” ou fio condutor para *Americanas*. A protagonista do poema, Potira, não é somente uma resposta aos críticos contemporâneos desejosos por uma

¹³⁶ GAHYVA, Helga. “Tocqueville e Gobineau no mundo dos iguais”. In: DADOS- *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 49, nº3, 2006, pp. 553-582. p. 556.

¹³⁷ GAHYVA, *op.cit.*, p. 557.

¹³⁸ Machado de Assis em alguns momentos da carreira criticou o cientificismo. Daniele Megid demonstra que Machado travou uma espécie de batalha ideológica com seus pares na *Revista Brasileira*, meio no qual o autor publicou em 1880 *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Na *Revista* havia amplo diálogo entre literatura e ciência. Para entender como Machado constrói essa perspectiva, Megid compreende que o autor de *Memórias Póstumas* no final da década de 1870 já criticava os postulados científicos em suas “Notas Semanais” publicada no jornal *O Cruzeiro* com o pseudônimo Eleazar. Daniele Megid acrescenta que: “O discurso científico, mais preocupado com o ornato da retórica do que com a acuidade da ciência, e as consequências negativas e desigualdades advindas dessa situação, preocupavam o autor [Machado de Assis] e passaram a ser retratados de maneira cada vez mais cáustica. Se a crítica foi desenvolvida nas crônicas e nos contos, nos romances não seria diferente. *Memórias Póstumas de Brás Cubas* foi representante emblemático desse projeto combativo da carreira de Machado, e a chamada ficcionalização da realidade perpassa toda a narrativa.” (MEGID, Daniele Maria. “Literatura, verdade e ciência em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*”. In: *À roda de Brás Cubas: literatura, ciência e personagens femininas em Machado de Assis*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. pp. 77-128. p. 89).

¹³⁹ Ver: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. Companhia das Letras, 2003.

literatura machadiana com traços tipicamente nacionais. Mas constitui-se como uma resposta a debates sobre questões raciais pertinentes na época de sua escrita e publicação. Neste poema, Machado começa uma discussão sobre o processo histórico que originou o mestiço durante a colonização e de alguma forma, evidencia quem possivelmente causou a “degeneração”. A primeira poesia da coletânea *Americanas*, bem como os poemas subsequentes é uma tentativa de Machado refletir sobre a origem histórica do Brasil a partir da concepção do mestiço, não se furtando de evidenciar as lutas pela terra, os extermínios e os modos de colonização violentos. Em “Potira”, ao demonstrar que a violência do colonizador poderia ser ainda mais “bárbara” que os costumes antropófagos dos indígenas, o autor também se inseria numa interlocução com autores que argumentavam que os índios eram de uma raça degenerada.

O mergulho nas águas da tradição

Em 1873, José de Alencar escreveu *Como e porque sou romancista* e, nesse texto escrito em forma de carta, reflete sobre sua trajetória intelectual desde a juventude. Ao comentar o momento de escrita de *O Guarani*, Alencar teceu considerações acerca da crítica de seu romance. O autor aproveitou o espaço para esclarecer que, ao contrário do que os críticos haviam afirmado, *O Guarani* não era “um romance ao gosto de Cooper”, autor de *O último dos Moicanos*. De acordo com José de Alencar, seus escritos se pareciam tanto com os de Cooper “como as várzeas do Ceará com as margens do Delaware”. Segundo o relato, para escrever seus romances indianistas, Alencar havia se inspirado em Chateaubriand. Segundo o autor, havia consideráveis diferenças entre seu romance e os de Cooper:

N’*O Guarani* derrama-se o lirismo de uma imaginação moça, que tem como a primeira rama o vício da exuberância; por toda a parte a linfa, pobre de seiva, brota em flor ou folha. Nas obras do iminente romancista americano, nota-se singeleza e parcimônia do prosador, que se não deixa arrebatar pela fantasia, antes a castiga.¹⁴⁰

Alencar argumentava que Cooper apresentava seus indígenas “sob o aspecto vulgar” e “sob o ponto de vista social”. Por sua vez, em *O Guarani*, “o escritor intenta poetizar”, sendo o “selvagem” “um ideal”¹⁴¹. Alencar diz que despiu o índio da “crosta grosseira de que envolveram os cronistas e arrancando-o ao ridículo que sobre ele projetam

¹⁴⁰ ALENCAR, José. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: G. de Leuzinger & Filhos, 1893. p. 47.

¹⁴¹ Idem, p. 47

os restos embrutecidos da quase extinta raça”¹⁴². A bela imagem que Alencar “intentou poetizar” serviu como mito fundador da concepção do povo brasileiro e também como base para a literatura nacional a partir de meados dos anos 1860. O próprio José de Alencar mostrava-se consciente que a imagem indígena criada por ele foi idealizada.

Quando Alencar criou um mito nacional idílico e idealizado, tinha o propósito de corroborar com a lógica de organização da sociedade Imperial. *O Guarani*, folhetim publicado em 1857, foi um “meio de afirmar a força simbólica que via não só nos costumes e nas tradições indígenas, mas também na herança portuguesa, de modo a transformar o encontro de ambas na base de afirmação de uma nação forte e original”¹⁴³. Dessa forma, Alencar conseguia harmonizar duas nobrezas que, de acordo com o romancista, eram a base da nação: de um lado, as origens portuguesas representadas pelo patriarca D. Antônio Mariz e sua filha Cecília, e, de outro, o guerreiro e bom indígena Peri. Segundo Leonardo Pereira, estes últimos - Ceci e Peri - denotavam no desfecho da narrativa “o sentido do mito proposto no romance”, que era a “harmonia simbólica entre seus diferentes mundos que resultava, tanto para eles quanto para a nação em formação por eles representada, a possibilidade de um futuro vigoroso”¹⁴⁴. Além disso, de acordo com Leonardo Pereira, a história de Alencar se constrói por meio das “relações de dependência” e a “tradição da obediência”, afinal, para o autor d’*O Guarani*, a literatura era um privilegiado “espaço de representação de um ideal”, sustentado “pela definição poética de um modelo pintado em sua perfeição”¹⁴⁵.

Como podemos perceber, Alencar estava consciente dessa definição ao assumir que seu “selvagem é um ideal”. Devemos considerar que a harmonia proposta na história do romancista cearense é fruto de seu tempo histórico. Segundo Bernardo Ricupero, *O Guarani* foi produzido “em plena Conciliação, período durante o qual se buscou a convergência entre forças política até então opostas”¹⁴⁶. Por isso, tanto em *O Guarani*, quanto em sua irmã *Iracema*, que é de 1865, a alegoria do mito nacional é constituída com a harmonia que seria alcançada pela submissão voluntária das raças inferiores. Não obstante, *O Guarani* e *Iracema* tratam da mesma temática, a submissão desmedida do indígena ao português. As obras indianistas, como as publicadas por José de Alencar e Gonçalves Dias, tentam, de alguma forma, oferecer uma resposta à dúvida sobre o lugar do

¹⁴² Idem, p. 47.

¹⁴³ PEREIRA, *op.cit.*, p. 280.

¹⁴⁴ PEREIRA, *op.cit.*, p. 280.

¹⁴⁵ PEREIRA, *op.cit.*, p. 280-285.

¹⁴⁶ RICUPERO, *op.cit.*, p. 173.

indígena na sociedade brasileira, haja vista que, ao longo do século XIX, a imagem do índio ocupou diferentes posições nos debates dos intelectuais¹⁴⁷.

A fim de refletir sobre os anseios dos índios dentro da lógica de dominação senhorial e hegemonia europeia, Gonçalves Dias, na quinta parte de seu livro intitulado *Meditação*, escreveu uma alegoria na qual havia um grupo de homens que faziam parte do “concílio do povo, que discutia seus [respectivos] interesses”¹⁴⁸. Na reunião, delegaram funções a cada um, decidiram que os “homens de cor preta [deveriam] servir”, os de cor branca ficariam com o poder, ao passo que “os homens de raça indígena e os de cor mestiça” questionaram seus lugares: “e nós o que faremos? Qual será nosso lugar entre os homens que são senhores, e os homens que são escravos?”¹⁴⁹. A conclusão dessa alegoria de Gonçalves Dias foi o pedido dos indígenas para que fossem livres e felizes. Porém, essa perspectiva mais relativista nem sempre essa foi opção para os literatos. O indianismo em diversos momentos apresentou outras soluções sobre o lugar do índio. José de Alencar tomou diferente posição entre *O Guarani* e *Iracema*. N’*O Guarani*, Peri e Ceci encontram a harmonia no final da história, embora a miscigenação, que não foi diretamente citada, fica subentendida na imagem bíblica dos sobreviventes da enchente¹⁵⁰. *Iracema*, a índia que teve um filho de Martim, faleceu, ou seja, encarnou o destino da mãe América, que parecia ser o sacrifício, enquanto Peri sobreviveu, não obstante como eterno escravo das vontades de sua senhora. Há diferentes tratamentos na temática da miscigenação, embora os indígenas permaneçam na posição de submissão em muitos deles. De acordo com

¹⁴⁷ Cf.: RICUPERO, Bernardo. “O indianismo como mito nacional”. In: *op.cit.*, pp. 153-178.

¹⁴⁸ A *Meditação* é uma obra inacabada e publicada postumamente, segundo Wilton José Marques foi uma forma de Gonçalves Dias discutir “alguns problemas prementes da sociedade brasileira- tais como a escravidão e a truculência do poder econômico da elite brasileira”. E para um autor de origem humilde que pode ascender socialmente no “tempo saquarema”, como ficou conhecido o período conservador dos anos 1840, a *Meditação* “pode exemplificar até que ponto a “independência” crítica de um autor em relação à escravidão era tolerada- ou mesmo digerida pela “boa sociedade””. Wilton Marques leva em consideração a hipótese de Roberto Schwarz, para quem “o favor, mediador das relações sociais, levou os escritores românticos a não tocar no tema da escravidão de maneira explícita, disfarçando, em sua interpretações do Brasil, a violência que sempre reinou da esfera de produção”. E ainda para Luiz Roncari, talvez a *Meditação* de Gonçalves Dias, “seja a primeira tentativa de representação global da sociedade brasileira, vista pelo seu principal motivo de suas deformações e fonte de injustiças e iniquidades: a escravidão”. Esta posição crítica de Gonçalves Dias nem sempre foi explícita ao longo de sua carreira, afinal o poeta defendeu em alguns momentos “posições contraditórias”, pois pretendia entrar para a vida burocrática Imperial e a ambiguidade de ideias em relação à escravidão, significava um meio necessário “para assegurar sua entrada no funcionalismo público”. Em suma, Wilton Marques argumenta que para Gonçalves Dias, a *Meditação* foi uma possibilidade de afronta aos favores recebidos pela ordem social Imperial. Cf.: MARQUES, Wilton José. “O poeta e o poder: favores e afrontas”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 32, 2003, p. 37-38.

¹⁴⁹ DIAS, Gonçalves. “Meditação”. In: *Obras póstumas de A. Gonçalves Dias*: precedidas de uma notícia de sua vida e obras, vol III. São Luís do Maranhão: Bellarmino de Mattos, 1868. p. 93

¹⁵⁰ Cf.: PEREIRA, *op.cit.* p. 280-282; TREECE, David. “O indianismo romântico, a questão indígena e a escravidão negra”. In: *Novos Estudos*, nº 65, março de 2003. p. 7.

Bernardo Ricupero, a “auto-imolação” foi a solução encontrada por literatos como José de Alencar e Joaquim Manoel Macedo¹⁵¹ para “resolver metaforicamente o problema daqueles que não têm lugar definido na sociedade brasileira”¹⁵².

Machado de Assis também participou desse debate, todavia num outro contexto social, afinal o campo de disputa sobre a imagem e o lugar do indígena na sociedade brasileira durou décadas. Machado, ao escrever *Americanas*, estava longe de uma época de “conciliação política”, que supostamente teria caracterizado o Império na década de 1850. Esse período estava relativamente distante, embora a contingência da formação da literatura nacional ainda fosse um fantasma para literatos mais jovens. Para Machado, a harmonia parecia não ser tão óbvia ou possível, pois sempre existiria o conflito entre povos subjulgados e dominantes. O antagonismo existente no processo de colonização foi tão grande que o indígena ficou sem lugar na sociedade porque historicamente seu ambiente foi usurpado e sua cultura extinta. Para tratar do convencional tema do indianismo, que já se arrastava há algumas décadas entre intelectuais brasileiros, a escolha machadiana foi distinta, uma vez que ele não trataria a miscigenação como mero artifício para unir “na literatura os que a fatalidade da história divorciou”¹⁵³. Em seus versos ganhará destaque a série de conflitos e tiranias que também haviam ocorrido no encontro entre brancos e índios.

Como vimos em “Potira”, não há nos versos machadianos o autossacrifício, mas um assassinato, consequência da ocupação portuguesa e jesuíta, e não da incursão indígena no acampamento dos colonos, como contara Simão de Vasconcellos. Ao lermos *Americanas*, percebemos ser este um dos principais motes da coletânea: o sofrimento causado pela invasão europeia no território americano. Assim, o indígena é sacrificado não por uma espontânea submissão, mas por uma fatalidade histórica. Em “A visão de Jaciúca”, outro poema que integra a coletânea, há um tom quase premonitório. Dividida em oito partes, a poesia narra a história do reencontro entre o líder de uma tribo, Jaciúca, e seu falecido

¹⁵¹ Joaquim Manuel de Macedo, em 1850, lançou a peça teatral “Cobé”, que soluciona o problema do índio escravizado com o autossacrifício. Segundo Ricupero, “na peça, o escravo Cobé, por amor a sua senhora, mata o homem ao qual ela está prometida e depois se suicida, deixando-a livre para ir atrás de seu amado”. Cf.: RICUPERO, *op.cit.*, p. 174.

¹⁵² RICUPERO, *op.cit.*, p. 174.

¹⁵³ Expressão utilizada por Machado que em determinado trecho do texto “Instinto de Nacionalidade”, afirma que os primeiros cronistas da “raça dominadora”, colheram “informações preciosas e no-las transmitiu como verdadeiros elementos poéticos”. De tal modo que a imaginação dos poetas se inclinou “para os povos que primeiro beberam os ares destas regiões, consorciando na literatura os que a fatalidade da história divorciou”. (ASSIS, Machado de. “Notícia da atual Literatura Brasileira- Instinto de Nacionalidade”. In: *O novo mundo*, 24 de março de 1873. p.107).

amigo, agora um espírito, Içaiba. O fantasma mostra uma imagem para Jaciúca e nela os índios visualizam uma invasão:

Fitei os olhos mais; e pouco a pouco,
Como enche o rio e todo campo alaga,
Umas gentes estranhas se estendiam
De sertão em sertão. Presas do fogo
As matas vi, abrigo do guerreiro,
E ao torvo incêndio e às invasões da morte
Vi s tribos fugir, ceder a custo,
Com lágrimas alguns, todos com sangue,
A virgem terra ao bárbaro inimigo.
Mau vento os trouxe de remota praia
Aqueles homens novos [...]¹⁵⁴

Machado de Assis, como apontado anteriormente, privilegia em seus versos o ponto de vista indígena. Jaciúca é avisado que sua terra será invadida por “homens novos”. O autor não exalta a civilização trazida pelo europeu, tampouco sua contribuição para a base na nação. Mais uma vez nos deparamos com uma narrativa que enfatiza não um paraíso idílico, mas um cenário de violência e tensão. A versão do poeta é marcada por uma disputa na qual as tribos cedem diante de um inimigo belicamente mais forte. No final, todos sangram, mas, de acordo com Içaiba, “a morte é a menor das angústias”, o problema maior foi visualizar que “a frente do guerreiro” seria cingida não por “canitar”, mas por “vergonha”. Içaiba sabia que sua raça se curvaria e que, “cativa” iria “rojar no pó da terra [sua] frente”. Machado trabalha com a ideia de que o pranto dos indígenas não seria mais o de um povo livre, mas escravizado por uma força superior. Desse modo, concluímos que não há “autossacrifício”, há coerção para subjulgar as tribos:

Um vulto descobri de vestes negras,
Nua quase a cabeça, e cor de espuma
Alguns cabelos raros. Tinha o rosto
Alvo e quieto. Em suas mãos sustinha
Extenso lenho com dois curtos braços.¹⁵⁵

A imagem evidentemente é de um padre, vestido de preto, e portando uma cruz. Esse era um dos elementos que iria provocar a extinção da tribo e escravizar os sobreviventes. O tom da poesia é profético, Içaiba ordenara que o líder voltasse para seu povo e não declarasse guerra a outra tribo, visto que eram “irmãos [que] ao mesmo sol nasceram”, deveriam aproveitar o tempo que restasse pois “luas e luas volverão no espaço/

¹⁵⁴ ASSIS, Machado de. *op.cit.*, p. 131-132.

¹⁵⁵ ASSIS, Machado de. *op.cit.*, p. 133.

Antes da morte, mas a morte é certa/ e terrível será”¹⁵⁶. Machado argumenta em seus versos que a base da nação foi construída “sobre as ruínas da valente raça”, visto que não havia influência direta indígena na civilização brasileira, afinal, a tirania do colonizador usurpou a cultura da “valente raça”. Assim uma nova “nação” ou “raça” iria “[brilhar] na terra/ Gloriosa e rica”. A ordem de Içaiba era para a tribo “com honra ceder a estranhas hostes”, contudo deveriam fazer o esforço de “[salvar] ao menos as últimas relíquias” da “nação vencida”. Novamente, Machado trabalha com a ideia de guardar a memória da “extinta raça”, afinal na construção de uma identidade nacional, toda uma história de dor, conflito e conquista era silenciada. Reconstituir a história do Brasil, para Machado, era também reafirmar que o país havia sido forjado sob as cinzas de uma nação extinta. Nação indígena cuja memória queria-se silenciada.

A partir desses versos podemos perceber o caráter violento e triste da versão machadiana para a literatura indianista. Boa parte da coletânea tem essa característica, há raríssimos momentos do conhecido Machado galhofeiro e irônico. Em “Os semeadores”, ironiza o papel dos jesuítas frente à questão indígena. Machado, em tom irônico pergunta ao leitor se “acaso esqueceréis os ásperos e amargos/ Tempos do semeador?”. Então aclama o trabalho dos “heróis [que] souberam resistir na afanada porfia/ Aos temporais e aos sóis”. Venceram a batalha contra a fome, o frio e os perigos da terra e agora aqueles “Paulos do sertão” podiam comemorar a vitória, visto que conseguiram ensinar a “ação pura e sublime” de levantar as mãos aos céus para os indígenas. Encaramos essa poesia como um deboche, visto que seria incongruente com o resto da coletânea tomá-la como literal, em outras poesias, Machado foi crítico ao papel do jesuíta. Além disso, nos anos 1870, havia contestação à ação de algumas alas da Igreja Católica. Havia um claro conflito entre o altar e o trono¹⁵⁷. O Brasil estava no cerne de uma questão religiosa que colocou no

¹⁵⁶ A profecia era algo comum entre indígenas no século XVI, que acreditavam que chegava o tempo da “redenção dos homens”, algo como uma Idade de Ouro. Segundo Ronaldo Vainfas em *A Heresia dos Índios*, “havia clima de efervescência religiosa que grassava entre os nativos da costa brasileira do século XVI”. Em *O Messianismo no Brasil e no mundo*, Maria Isaura Pereira Queiróz afirma que “profetas indígenas iam de aldeia em aldeia apresentando-se como reencarnações de heróis tribais, incitando os índios a abandonar o trabalho e dançar”, afinal, estavam chegando os tempos em que “instalariam na terra uma espécie de Idade do Ouro”. A “Idade do Ouro” seria uma época para a cultura Tupi-Guarani na qual iria existir abundância de felicidade pois a terra seria habitada por “homens-deuses”. Segundo Vainfas, apesar de negar a existência de fé entre os indígenas, a maioria dos cronistas, contraditoriamente observaram esse “clima de religiosidade”, a qual ficou conhecida entre etnólogos como o período da busca da “Terra sem mal”. Cf.: VAINFAS, Ronaldo. “Santidades ameríndias”. In: *A Heresia dos Índios*: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 41-42. QUEIRÓZ, M.I.P. de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 165. APUD. VAINFAS, *op.cit.* p. 41.

¹⁵⁷ Em 1874, o cárcere dos bispos D. Vital e D. Antônio Macedo Costa, aliados da maçonaria, provocou o clímax de uma crise religiosa que se arrastava no Império desde o início daquela década. No Brasil, a Igreja

centro das discussões alas conservadoras e liberais, de um lado defensores do ultramontanismo católico e do outros críticos dessa vertente, sobretudo maçons¹⁵⁸. Machado parecia posicionar-se mais próximo dos críticos do Jesuitismo e defensores da maçonaria, embora não fosse maçom. No Brasil, os anos 1870 foram difíceis para missionários jesuítas e seus defensores¹⁵⁹. De acordo com Jefferson de Almeida Pinto, em “A congregação da missão e a “questão religiosa” no Segundo Reinado”, na sociedade brasileira oitocentista havia um explícito sentimento anticlerical em alguns dos intelectuais ligados ao Império. O ultramontanismo era mal visto entre homens como Saldanha Marinho e Joaquim Nabuco porque esses entendiam que o catolicismo ultramontano marchava “na contramão das revoluções do século XVIII, que tantos benefícios e liberdades” haviam proporcionado. Sob esse prisma, na época de disputas entre episcopais e maçons, havia uma série de acusações ao Jesuitismo, pois essa ala da Igreja representava o rompimento com um “sistema filosófico” irrompido em países como França e Inglaterra, e também em Portugal a partir das aclamadas “reformas pombalinas”¹⁶⁰. Jefferson de

tentava seguir uma “tendência internacional” e “empreendeu uma reorganização interna conhecida como romanização do clero”. De acordo com Alexandre Barata, dava-se o início de um movimento que condenava os “erros modernos”, representados pelo “progresso, o racionalismo, o liberalismo, a liberdade religiosa”. A maçonaria que pregava estes “erros modernos” foi amplamente perseguida. No Brasil, os defensores da maçonaria eram representados principalmente por homens como Saldanha Marinho, Visconde do Rio Branco, Quintino Bocaiúva- correspondentes de Machado de Assis.

Alexandre Barata, afirma que no “pontificado de Pio IX (1846-78)”, potencializou-se “a luta entre catolicismo e a sociedade moderna”. A maçonaria representava o “perigo” e a “subversão” no imaginário católico. Cf.: BARATA, Alexandre M. “A maçonaria e a Ilustração Brasileira”. In: *História, Ciência e Saúde*. Manguinhos I (1): 78-99, jul-out, 1994.

¹⁵⁸ Havia no governo monárquico uma ambiguidade segundo Martha Abreu, ou seja, no século XIX, “a administração” “do sistema de união entre Estado e a Igreja- o padroado”. Esse sistema, proporcionou à religião católica uma legitimidade, todavia, “entrou em confronto com a afirmação progressiva de uma tendência civilizadora e cientificista, defendida por segmentos da elite política e intelectual”. Afinal, nessa época, o catolicismo assumia “posições nitidamente antiliberais e antimodernas”. Todavia, no Brasil, alguns padres permaneciam ligados à “abominável maçonaria”, alguns chegaram a professar “as crenças liberais”. ABREU, Martha. “Os impasses do catolicismo no século XIX”. In: *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999. p. 311-320.

¹⁵⁹ Em 18 de setembro 1875, três meses antes da publicação de *Americanas*, estreava no palco do Teatro São Luis o drama *O Jesuíta* de autoria de José de Alencar, cuja data de escrita fora em 1861. Foi um fracasso com salas vazias e críticas negativas devido à forma e à temática elogiosa à ação da Companhia de Jesus. A peça foi um elemento que disparou um diálogo crítico nas páginas do jornal *O Globo* entre José de Alencar e o jovem Joaquim Nabuco, que acabara de voltar da Europa. Estava em oposição “duas sensibilidades, duas formações literárias, duas concepções do Brasil e da literatura brasileira” segundo Afrânio Coutinho. A concepção de literatura nacional de Alencar foi atacada por Nabuco, o autor de *Iracema* por sua vez acusava o “francesismo” do jovem crítico. (COUTINHO, Afrânio (org.). “Introdução”. In: *A polêmica Alencar/Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª ed, 1878.)

¹⁶⁰ O excerto a seguir está no periódico *O Mosquito*, que posicionava num cunho liberal, e vem a lume nesse instante porque sintetiza a forma como o argumento contra o Jesuitismo e a favor da Maçonaria é construído. Num texto assinado por Bacharel Brandão no dia 27 de abril de 1872, nos indica o receio que os intelectuais liberais sentiam em relação ao Jesuitismo. Bacharel Brandão ao questionar se poderia “duvidar que a liberdade [estivesse] em perigo”, compara a Maçonaria ao Jesuitismo. Bacharel Brandão afirma que sabia o

Almeida indica que parecia que “o antijesuitismo seria um princípio que se espalhava por vários países”. Mesmo que no século XIX houvesse poucos missionários jesuítas no Brasil, de modo geral, suspeitava-se que a Companhia de Jesus estivesse influenciando a Igreja a fim de “assegurar o predomínio do ultramontanismo no Império”¹⁶¹.

As suspeitas em relação à ação missionária Jesuíta no meio social de Machado de Assis parecem ter influenciado o poeta de tal modo que este preferiu aclamar episódios da história brasileira nos quais os índios foram claramente resistentes aos padres e à nova cultura pautada no Evangelho. Em outro momento da coletânea, no poema intitulado “Os Orizes”, Machado narra a história de uma “raça forte” que sofreu com a colonização e tentou resistir à ameaça missionária¹⁶². A poesia foi inspirada num artigo da *Revista do IHGB*, intitulado “Orizes Conquistados”, de Monterroyo Mascarenhas, publicado no oitavo tomo da *Revista*¹⁶³. A narrativa é sobre uma tribo de índios indóceis, do tipo que a sociedade não gostava, tanto no início da colonização quanto no século XIX¹⁶⁴. O

que o Jesuitismo queria: “é a restauração do poder temporal do Papa, à custa dos maiores sacrifícios, e das mais negregadas astúcias,- o que eles querem é que o povos e os estados se curvem diante a hipocrisia jesuítica, cujo poder lhes foge das mãos, e cujos alicerces se esboroam ao contato da luz e da razão”. Bacharel Brandão ainda pergunta aos seus leitores: “Qual dos dois institutos [maçonaria ou jesuitismo] guardou e pregou melhor as doutrinas do Divino Mártir, qual deles respeitou mais a moral e a vida humana, qual legou à história exemplos mais edificantes e memória mais honrada da sua existência”. O autor conclui que o que a maçonaria fez foi reagir “contra a tirania do estado e da igreja fanática, defendeu as liberdades públicas que disputava palmo a palmo, proclamou a tolerância, a igualdade e a fraternidade, inspirou o movimento de 89, ao qual devemos mais notável conquista política e social dos tempos modernos, e sobre todos estes fatos, foi sempre o anjo tutelar da indigência e da miséria, foi personificação da caridade, dando esmola, segundo a frase do Evangelho, com a mão esquerda de modo que a direita o não veja.” (Bacharel Brandão. *O Mosquito*. 27 abril de 1872).

¹⁶¹ PINTO, Jefferson de Almeida. “A congregação da missão e a “questão religiosa” no Segundo Reinado”. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. Conhecimento Histórico e diálogo social. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH- Associação Nacional de História, vol 1, p. 4-5.

¹⁶² Última poesia da coletânea, “Os Orizes” encontra-se incompleta, pois o autor não terminou de escrever. Na primeira edição, abaixo do título há uma referência indicando que a poesia tratava-se de um “fragmento”. Inicialmente havia o objetivo de publicá-la em forma de folhetim na *Revista Instrução Pública*. A primeira parte do poema, de fato aparece no periódico, no dia 29 de junho de 1873. Sobre o caso, Machado de Assis esclarece em nota da coletânea: “Tinha planeado uma composição de dimensões maiores, e não levei a cabo, por intervirem outros trabalhos, que de todo me divertiram a atenção.” Cf.: ASSIS, *op.cit.*, p. 209.

¹⁶³ MONTERROYO MASCARENHAS, Joseph Freyre. “Os Orizes Conquistados”. In: *Revista do IHGB*, Tomo VIII, 2ª ed. Rio de Janeiro, 1867. pp. 494-512.

Segundo Machado, foi o Barão de Santo Ângelo “que há cerca de quatro anos”, ou seja em 1871, o apresentou à história dos Orizes escrita por Mascarenhas que encontra-se na *Revista do IHGB*. (ASSIS, Machado de. *op.cit.* p. 209).

¹⁶⁴ Havia na sociedade uma separação entre índios mansos e bravos, Machado de Assis em “Orizes” demonstra não ter receio de encarar literariamente a história dos ditos “bárbaros”. De acordo com John Monteiro, a “circulação e a reapropriação de ideias e imagens” em relação ao indígena no Brasil são marcadas pelo caráter “bipolar”, que foi “inscrito inicialmente no binômio Tapuia/Tupi”. Tal dialética também reaparece com outros termos: “bravio/manso”, “bárbaro/policiado”, “selvagem/civilizado”. Essa denominação teve impactos na “formulações de políticas que afetaram diretamente diferentes populações indígenas”. MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. (Tese apresentada para o concurso de livre docência Unicamp). Campinas, agosto de 2001. p.8.

“fragmento” é dividido em cinco cantos e nos quatro primeiros, o poeta narrou os rudes costumes da tribo Orizes, habitantes da Bahia. No último canto, o chefe da tribo é caracterizado como um índio bravo, mas que naquele momento estava melancólico por um mau pressentimento. Esse fragmento é fundamental para compreender os quadros de resistência traçados por Machado de Assis. A tribo é caracterizada como “povo indócil”, de “rebelde pensamento”, “rudes nos costumes”, que não se curvavam “ao nome de Tupã” e que nem mesmo o “lábio cristão” conseguira conter o “mais bárbaro costume”¹⁶⁵. Machado de Assis percebe nessa tribo um excelente exemplo de resistência e luta contra a colonização. O autor, em nota, esclarece porque decidiu publicar o “fragmento” na coletânea:

A aspereza dos costumes daquele povo, habitante do sertão da Bahia, cerca de duzentas léguas da capital, sua rara energia, as circunstâncias singulares da conquista e conversão da tribo, eram certamente um quadro excelente para uma composição poética. Ficou o fragmento, que ainda assim não quis excluir do livro.¹⁶⁶

A partir dessas narrativas nas quais indígenas têm suas terras usurpadas, ou pressentem que uma tragédia irá acontecer, Machado parece querer provar o argumento de que não necessariamente o índio era atraso para a civilização. Eles não tinham lugar porque foram banidos do projeto de nação, porém antes tiveram sua cultura extinta, foram expulsos de sua terra. Um argumento que podemos perceber pela leitura conjunta dos poemas com temática indígena da coletânea. Nessa discussão, podemos inferir, a partir de poemas como “Lua Nova”, que também integra a coletânea, que o autor percebia que se em algum momento houve liberdade e felicidade, isso foi antes da invasão colonial. Em “Lua Nova”, o autor narra uma noite na vida de uma tribo qualquer, noite em que se festejava a “mãe dos frutos, Jaci”. Comemoravam e faziam pedidos para a lua, considerada então uma deusa. No final do poema, Machado descreve a vida indígena antes de ser apresentada à civilização:

O critério de divisão geral entre Tupi e Tapuia era devido à língua falada de modo geral. Mas como também é indicado por Manuela Carneiro da Cunha, o binômio marcava o problema da representação indígena, logo a imagem do Tupi manso era interligada à imagem da nação, pois como estavam “extintos ou supostamente assimilados”, puderam figurar “por excelência na auto-imagem que o Brasil fez de si mesmo”. Em suma, o Tupi era o índio “convenientemente morto”, era o índio histórico que foi sacrificado, o Tapuia, por outro lado era o “índio contemporâneo” que carregava a estirpe negativa, o inimigo dos portugueses, o “índio bravo”. CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política indigenista no século XIX”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP, Cia das Letras, 1998. pp. 133-154.

¹⁶⁵ ASSIS, Machado de. *op.cit.*, p. 183-193.

¹⁶⁶ ASSIS, Machado de. *op.cit.*, p. 209.

E eles riam os fortes guerreiros,
E as donzelas e esposas cantavam,
E eram risos que d'alma brotavam,
E eram cantos de paz e de amor.
Rude peito criado nas brenhas,
-Rude embora- terreno é propício;
Que onde o gérmen lançou benefício
Brota, enfolha, verdeja, abre a flor.¹⁶⁷

Machado demonstra em *Americanas* sua preferência por uma literatura indianista cujo cenário é anterior à colonização. A partir dessa escolha, podemos perceber a influência de autores como Gonçalves Dias. É claro que também temos outras evidências, tais como epígrafes e a própria homenagem ao poeta feita na coletânea. Nesse ponto, podemos olhar para Machado muito mais próximo de Gonçalves Dias que de José de Alencar. De acordo com Bernardo Ricupero, o cenário da poesia de Dias é anterior à chegada dos portugueses, e, dessa forma, seus versos ficaram mais ao gosto europeu e medieval, visto que “seus heróis não encontraram adversários pela frente, sendo capazes de desenvolver qualidades guerreiras análogas às da nobreza do Velho Mundo”¹⁶⁸. Em Machado, os indígenas, como “raça forte”, haviam desenvolvidos qualidades e moral valorosas, todavia estavam na iminência de uma derrocada devido à invasão jesuíta e colonial. As influências de Gonçalves Dias nos versos de *Americanas* se encontram no campo da forma e da escolha do cenário para os poemas, tendo em vista que a literatura desse indianista é muito mais complexa que um elogio à face guerreira da vida indígena. Gonçalves Dias era um literato mestiço e talvez por essa razão sensível ao lugar do indígena e do miscigenado na sociedade brasileira. Todavia, em alguns momentos, sua literatura remetia a questões mais complexas. O autor, por exemplo, entendia a antropofagia como um ato de “coragem viril”, e não, “como um ato de barbárie”, segundo Bernardo Ricupero¹⁶⁹. Machado parece corroborar com essa visão, como por exemplo, em “Potira”, quando os Tamoios realizam um ritual de sacrifício contra um índio da tribo Guaianá, o autor é irônico com o leitor que pode estranhar essa cultura e julgar os índios como bárbaros:

[...] Ah! Não cubra
Véu de nojo ou tristeza o rosto aos filhos
Destes polidos tempos! Rudes eram
Aqueles homens de ásperos costumes,

¹⁶⁷ ASSIS, Machado de. *op.cit.*, p. 157.

¹⁶⁸ RICUPERO, *op.cit.*, p. 157.

¹⁶⁹ RICUPERO, *op.cit.*, p. 158

Que ante o sangue de irmãos folgavam livres,
E nós, soberbos filhos de outra idade,
Que a voz falamos da razão severa
E na luz nos banhamos do Calvário,
Que somos nós mais que eles? Raça triste
De Cains, raça eterna...¹⁷⁰

Machado entende que mesmo no século da razão, como é tomado por muitos o século XIX, os homens continuavam a sacrificar o outro, não sendo melhores que “aqueles homens de ásperos costumes”. A raça humana continuaria a se comportar como “Cains”, ao matar os irmãos. Nessa perspectiva, Machado converge com Gonçalves Dias. Entretanto, a complexidade das ideias de Dias reside em alguns momentos sua carreira, como é o de “O canto do índio”. Segundo Ricupero, nessa poesia, a solução encontrada é a mesma de Alencar, “a escravidão voluntária”¹⁷¹. Esta poesia foi publicada na coletânea poética *Primeiros Cantos*, de 1846. O poema é sobre o louvor de um índio ao contemplar a imagem de Nossa Senhora, segundo ele, a santa “era bela, ó Deuses, bela,/ Como a fronte cristalina, /Como luz de meiga estrela”. A formosa “Virgem dos Cristãos” encantara ao índio com “seus loiros cabelos” e bela imagem a tal ponto que ele poderia passar “a vida inteira a [contemplá-la]”¹⁷². Então o índio conclui seu canto afirmando que adora tanto a santa que em nome dela poderia se entregar ao homem branco. Também, podemos analisar pelo viés da doutrinação católica e a importância da nova educação cristã no processo de autossacrifício:

Ah! que não queiras tu vir ser rainha
Aqui dos meus irmãos, como eu rei deles!
Escuta, ó Virgem dos Cristãos formosa,
Odeio tanto aos teus, como eu te adoro;
Mas queiras tu ser minha, que eu prometo
Vencer por teu amor meu ódio antigo,
Trocar a massa do poder dos ferros
E ser- por te gozar- escravo deles.¹⁷³

Mesmo defendendo a “escravidão voluntária” em algum momento de sua literatura, o autor de *I-Juca Pirama* questionava o lugar do mestiço. Segundo Bernardo Ricupero, a literatura indianista também era um espaço para os autores discutirem os problemas dos “homens de situação social pouco definida” e seu lugar na sociedade brasileira do século

¹⁷⁰ ASSIS, Machado de. *op.cit.*, p. 28-29.

¹⁷¹ RICUPERO, op .cit., p. 158.

¹⁷² DIAS, Gonçalves de. “O canto do Índio”. In: *Primeiros Cantos*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1846. pp.21-23.

¹⁷³ Idem, p. 22-23.

XIX. Esse foi o caso de Gonçalves Dias, de Teixeira e Souza, e também de Francisco de Paula Brito¹⁷⁴. Nesse caso, também Machado de Assis, um intelectual mestiço, parecia discutir o papel da miscigenação. Logo, havia empatia com a situação de Gonçalves Dias, sem dúvida um ídolo de Machado, que foi homenageado em *Americanas*. Ao se aproximar de Gonçalves Dias, percebemos a sensibilidade de Machado para refletir sobre a condição do mestiço. Machado de Assis, assim como Gonçalves Dias, tiveram perspectivas diferentes sobre a condição do mestiço frente à civilização brasileira. Ainda que Dias tenha uma visão complexa, que idealiza o índio em alguns momentos, Machado aproximou-se da perspectiva histórica do autor dos *Primeiros Cantos*. Tanto Gonçalves Dias quanto Machado de Assis convergem para um horizonte histórico que interpreta a colonização como a ruína da vida indígena.

Além de índios

“No ânimo da escrava
Restos havia dessa crença antiga
Antiga e sempre nova: o peito humano
Raro de obscuros elos se liberta¹⁷⁵.”
(Machado de Assis)

Em *Americanas*, Machado de Assis demonstrava entender que o povo brasileiro foi constituído por outras raças que também contribuíram para a formação do país. Além de índios, portugueses, negros, Machado de Assis incorporou em sua coletânea a contribuição de outros povos como judeus e franceses. No poema “Cristã-Nova”, que integra a coletânea, temos como personagens principais, um velho judeu e Ângela, sua filha convertida ao cristianismo. A história de Ângela, nossa “cristã-nova”, se passa no Rio de Janeiro durante a Invasão Francesa. Não por acaso, esse poema tem o mesmo cenário e temporalidade da *Confederação de Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães. No poema épico de um de nossos primeiros indianistas, um mito é erigido a partir da construção ficcional da confederação entre Tamoios e franceses, cujo objetivo era derrotar os lusitanos. Independente das discussões historiográficas clássicas que questionam se essa confederação existiu ou não, ela nos interessa na medida em que serviu como mito nacional e também como fundação do Rio de Janeiro, destinados a ser fortes¹⁷⁶.

¹⁷⁴ RICUPERO, *op.cit.* p., 155.

¹⁷⁵ ASSIS, Machado de. “Potira”. *op.cit.* p. 38.

¹⁷⁶ O antropólogo Darcy Ribeiro em *O povo brasileiro* reflete sobre as diversas confederações indígenas com o intuito de defender-se do inimigo português. Algumas efêmeras, todavia houve uma substancial, a

Evidentemente há alinhamento entre Gonçalves de Magalhães e o projeto de nação Imperial. Afinal, como indica Bernardo Ricupero, a narração conta a história de um Império destinado à grandeza, a partir da Guanabara. Para Magalhães, era a história de “uma nova nação, grande e temida”¹⁷⁷. A obra tem caráter antilusitano, embora tenha feito elogio à ação missionária. Portanto, o antilusitanismo de Magalhães é maniqueísta, o poeta consegue dividir o peso colonial entre bons e maus portugueses, os padres jesuítas do primeiro lado e os cruéis colonos do outro.

Machado de Assis por sua vez, ao escrever uma história com a mesma temática, trás outros elementos. A suposta luta dos índios pela Guanabara, de certa forma é ignorada por Machado nesse momento. Em “Cristã-Nova”, ao apropriar-se de um dos mitos nacionais que é a própria luta contra franceses, Machado atribui protagonismo ao único português que possui voz em toda a coletânea - Nuno, o noivo de Ângela. A história é dividida em duas partes. O cenário do poema é a Guanabara, ainda uma cidade nascente. Na primeira, há nove cantos, somos apresentados à vida familiar entre o pai judeu e a filha convertida e, portanto, às suas contradições de uma identidade híbrida. Já na segunda parte, Ângela conhece Nuno, e logo ficam noivos, contrariando o pai da protagonista que entendia a necessidade do casamento, mas não com um português católico. Mas não havia tempo para o casamento, iniciava-se a guerra contra franceses e a subsequente vitória portuguesa. No final da história, não há grande final feliz para o desenlace de Ângela e Nuno, pois somos surpreendidos com a chegada do Santo Ofício e o sacrifício dos dois personagens com sangue hebreu.

confederação dos Tamoios, apoiado em cronistas como Hans Staden, Ribeiro afirma que a “Confederação dos Tamoios, foi ensejada pela aliança com os franceses instalados na baía da Guanabara”. E “reuniu, de 1563 a 1567, os Tupinambá do Rio de Janeiro e os Carijó do Planalto Paulista- ajudados pelos Goitacá e pelos Aimoré da Serra do Mar, que eram de língua jê- para fazerem guerra aos portugueses e aos outros grupos indígenas que os apoiavam”. RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 29-30.

Bernardo Ricupero, ao estudar a obra de Gonçalves de Magalhães é enfático ao afirmar que “essa confederação, na verdade, nunca existiu.” Cf.: RICUPERO, *op.cit.*, p. 159.

Já Beatriz Perrone-Moisés e Renato Sztutman em “Notícia de uma certa Confederação Tamoio” afirmam que a confederação “era possível” se considerar “a capacidade de organização entre os indígenas”, mas há muitas “dificuldades para reconstituí-lo e compreendê-lo”. Afinal, “as fontes são escassas”, são basicamente relatos de cronistas que são “marcadas por um forte viés ideológico”, ou seja são documentos carregados de “sentimento de oposição aos calvinistas, exarcebado nas guerras de Religião, bem como pela imagem de ausência de organização por parte dos indígenas”. Além disso, “dos próprios Tamoios não possuímos descrição alguma dos eventos que os tornaram famosos”. Visto que “foram varridos do litoral” onde “antes eram senhores”. PERRONE-MOISÉS, Beatriz e SZTUTMAN, Renato. “Notícia de uma certa Confederação Tamoio”. In: *Mana* 16(2): 401-403, 2010. p. 403-404.

¹⁷⁷ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *A confederação de Tamoios*. Rio de Janeiro: Tipografia Dous de Dezembro, 1856. p 154.

Assim como as demais poesias, em “Cristã-Nova” também temos assuntos relacionados ao processo de hibridismo cultural, formação do povo, processo histórico de colonização do Brasil e lugar das raças não europeias na constituição da nação. Para desenvolver essa análise, partimos de diálogo com a tradição indianista. Machado parece nos mostrar a outro lado da história que Gonçalves de Magalhães omitiu. Machado, em suas poesias americanas, trás mais elementos que a contribuição indígena. Como se sabe, há uma grande influência judaica na colônia brasileira. De acordo com Laura de Mello e Souza, a influência judaica que existiu em Portugal, continuou na colônia¹⁷⁸. Como assegura Mello e Souza, “os elementos do judaísmo se fundiram no conjunto das práticas sincréticas que compunham a religiosidade popular da colônia”. Judeus eram considerados homens e mulheres entre duas fés, afinal aceitavam o cristianismo e não eram totalmente integrados ao judaísmo, pois estavam afastados do meio judaico há muitas gerações. Ângela, protagonista do poema vivia a realidade de uma mulher híbrida que é considerada judia entre católicos e católica entre judeus. A fé de Ângela é uma antítese entre a velha e a nova religião, sem que ela soubesse, o narrador anuncia que no coração da cristã-nova:

Murmurava uma prece silenciosa,
Ardente e viva, como a fé que a anima
Ou como a luz da alâmpada
A que não faltou óleo.¹⁷⁹

Machado indica que “a fé que a anima” é a de Cristo, pois para Ângela, “só ele há salvo os homens”. Contudo o poeta não se furta de comparar a fé de sua protagonista também a uma vela que não se apaga, uma referência ao *Hannuká*, festa judaica na qual se comemora a vitória hebraica sob as tropas gregas. O trecho que Machado utiliza é de uma história conhecida entre judeus: a fim de comemorar a vitória, pretendia-se acender velas, entretanto havia óleo suficiente para o fogo permanecer aceso apenas por um dia, ao passo que “a luz da alâmpada” durou uma semana. Portanto, nas profundezas do espírito dessa personagem, subsistia a contradição de alguém que estava entre Moisés e Cristo, assim como seu pai também influenciado pela cultura do lugar onde habitava, indicava oscilação:

Taciturno
Esteve longo tempo o ancião. Aquela
Alma infeliz nem toda era de Cristo
Nem toda de Moisés; ouvia atento
A palavra da Lei, como nos dias

¹⁷⁸ SOUZA, Laura de Mello e. *op.cit.*, p. 96.

¹⁷⁹ ASSIS, Machado de. *op.cit.*, p. 77.

Do eleito povo; mas a doce nota
Do Evangelho não raro batia
No alvoraçado peito.¹⁸⁰

Assim como os outros personagens da coletânea, que vivem o hibridismo cultural, nessa poesia há a ideia de sacrifício do elemento estranho, para desse modo prevalecer a hegemonia lusitana. As crenças e a cultura dos protagonistas deveriam ser diluídas num novo modo de viver, de acordo com os preceitos católicos. Além da coerção cultural, o poder lusitano também é representado pela vitória portuguesa na Guanabara. Nessa guerra, os Tamoios não surgem, há, por outro lado, um combate sangrento com fins políticos e econômicos entre franceses e portugueses. Longe do mito nacional de um país forte que nascia, há uma batalha entre militares de potências que usavam aquele território em busca de poderio:

[...] e o torpe
Egoísmo, e quanto há aí no humano peito,
Que a natureza não criou nem ama,
Que é fruto nosso e podre... Muitos caem
Mortos ali. Que importa? Vão seguindo
Avante os bravos, que a invasão caminha
Implacável e dura, como a morte,
A pelejar e a destruir.¹⁸¹

A descrição machadiana daquela guerra caracteriza-se pelo egoísmo e a indiferença frente aos mortos. A vitória amplamente comemorada por portugueses significava nada para a população comum, pois ainda havia “lágrimas, soluços” e “gemidos de viuvez”, contudo, ninguém “[via] essas lágrimas choradas na multidão”. O autor indicava com isso que o Rio de Janeiro havia sido apenas um troféu para Portugal. Os sacrifícios não pararam com o fim da guerra. Em meio às comemorações, chegava a notícia da prisão de Ângela e seu pai, o Santo Ofício instalara-se na Guanabara, de forma surpreendente, não havia indicações do desfecho ao longo do poema. Nesse momento, é indicado o sacrifício de outras raças não brancas. O velho judeu tem consciência de sua situação, afirma a Nuno que esse, apesar de ser herói de guerra, só poderia lastimar, “[o salvar], nunca”. Assim, percebemos que o orgulho da vitória de Nuno de nada valia, pois era apenas mais uma peça na mão de poderosos nobres que habitavam as terras do outro lado do Atlântico. Apesar de ter conquistado a vitória lusitana, era apenas um soldado, portanto, revelando-se

¹⁸⁰ ASSIS, Machado de. *op.cit.*, p. 79.

¹⁸¹ ASSIS, Machado de. *op.cit.*, p. 101-102.

a posição também frágil desses homens que lutaram por um país que não se importava com a população comum.

Nuno não podia salvar o judeu, tampouco a noiva que lhe fora prometida. Nesse momento, a ambiguidade cultural da protagonista é revelada e ela se reconhece como judia apesar da fé cristã que aprendera. Ângela se autossacrifica entendendo sua posição na sociedade como um elemento estranho. O autor não revela se os judeus da trama haviam cometido alguma heresia específica, pois parece não ser importante à continuidade da história. Basta sabermos que eram hebreus e que, portanto, havia uma reação antijudaica durante a Inquisição. No tempo em que Machado escrevia a história, década de 1870, não se tratava mais de uma questão exclusivamente religiosa. Havia ainda outros problemas com judeus, em especial a questão racial de um antissemitismo nascente. Quando Nuno e Ângela tornam-se noivos, o ciúme paterno do judeu o faz questionar se não seria problema o sangue “condenado”, “que lhe corre nas veias”. O pai nesse momento é o inquisidor, com um “frio olhar”, desconfiado da atitude do futuro genro. Ao passo que o apaixonado Nuno responde que se o sangue corre nas veias de Ângela, “puro é ele”. Mesmo que “nascida entre os incréus da Arábia”, apesar de ser uma moça descendente do “povo eleito”, era “tão mimosa” e uma “cândida criatura” de “alma tão casta” porque havia nela o dom da conversão à religião “dos eleitos do céu”. As “águas sagradas” do batismo lavaram “já nas veias/ O sangue velho e impuro” e “trocaram/ Pelo sangue de Cristo”. Machado de Assis constrói a cena com um ar de cinismo por parte do velho judeu, que ironiza Nuno com o mesmo argumento utilizado pelos homens que acreditavam na pureza da raça, o sangue de sua filha condenaria o de Nuno e consequentemente seus descendentes. Ao colocar a ironia no discurso do velho judeu, Machado subverte a situação e faz piada das crenças sobre a pureza de sangue. Para o pai, unir a filha com Nuno, poderia significar uma “pobre ruína” à sua “única flor”.

Há também discussão sobre limpeza de sangue e questões raciais pertinentes nessa poesia. Diluindo “Cristã-Nova” em sua coletânea, percebemos o nódulo indianista, sobretudo pelo autossacrifício dos elementos alheios à sociedade¹⁸². A poesia é ainda sobre

¹⁸² Anita Novinsky em seu ensaio “Machado de Assis, os Judeus e a Redenção do Mundo” analisou o poema “Cristã-Nova”, todavia preferiu não analisar a poesia sob a égide do indianismo, do nacionalismo literário e da formação da nação, como propomos nessa parte do capítulo. A escolha de Novinsky foi analisar o olhar machadiano para a história dos judeus, agentes sociais que representavam profunda empatia para Machado de Assis, haja vista publicações como “Cristã-Nova” e o conto “Viver!”. Sob o ponto de vista do judaísmo, “Cristã-Nova”: “está relacionado com o sentimento de perda, como algo que acabou, e reflete a imagem da ruína e da fatalidade. Por fim, é o mal que vence. O sonho com a Terra Prometida se choca com a realidade implacável- a Inquisição- que vem buscar o judeu no Brasil. Tudo se perdeu para os judeus no naufrágio do

a coerção realizada por colonos portugueses para sobrepujar outras culturas, para isso, era mister “limpar o sangue” da população e eliminar raças não desejadas. Essa que foi a realidade vivida pela sociedade indígena, também fora a de judeus durante a Inquisição e posteriormente no desenvolvimento do antissemitismo no século XIX, Machado estava consciente da condição de povo oprimido também vivida por judeus¹⁸³. Logo, “Cristã-Nova” estava em consonância com discussões acerca do racismo científico. A “Cristã-Nova” é uma das “poesias americanas” de Machado de Assis, o autor liga o judaísmo como um dos expoentes da constituição da nacionalidade brasileira. Ao enfatizar a contribuição dos judeus para a nação, salienta a noção de sacrifício idealizada pela elite dominadora, ou seja, critica o martírio que deveria ser realizado pelas raças não brancas. O autor consegue dilatar a percepção de minorias éticas sacrificadas em prol da civilização, indo além dos índios que apareciam na literatura e nas disputas historiográficas.

Diversidade racial e a sociedade brasileira

O lugar do elemento autóctone foi um problema para o colonizador. Segundo Darcy Ribeiro em *O povo brasileiro*, à primeira vista, para portugueses os índios eram seres “dadivosos”, e tiveram a imagem transformada quando “passaram logo a ser vistos como canibais, comedores de carne humana, totalmente detestáveis”¹⁸⁴. Mas para Laura de Mello e Souza, em *O diabo e a terra de Santa Cruz*, não há separação desse período.

passado. [...] A *Cristã-Nova* está impregnado da nostalgia e do ceticismo de Machado. No mundo que evoca-o vencedor é o carrasco.”. (NOVINSKY, Anita W. *Machado de Assis, os Judeus e a Redenção do Mundo*. São Paulo: Documenta Histórica: Humanitas, 2008. p. 23-24.

¹⁸³ Ainda sobre a temática judaica, Machado de Assis escrevera o conto “Viver!” que foi incorporado na coletânea de contos *Várias Histórias*, de 1896. Para esse enredo, Machado inspirou-se na lenda de Ahasverus, que remota ao tempo da morte de Cristo. Quando Jesus passou perto da casa de Ahasverus carregando a cruz, o homem que se encontrava na porta, negara o condenado à crucificação. Jesus, por sua vez, amaldiçoara o judeu afirmando que o martírio da crucificação acabaria e assim poderia descansar, mas Ahasverus iria caminha “até o dia do julgamento final”. Depois da paixão de Cristo, Ahasverus “passou a percorrer o mundo”, nunca retornando ao seu lar Jerusalém. De acordo com Anita Novinsky essa lenda foi reapropriada ao longo da história da literatura ocidental, na maioria das vezes de forma antissemita, mas em outras vertentes, tornou-se “símbolo” do sofrimento judaico. Novinsky afirma que a lenda do “judeu errante” “passou de alegoria religiosa a símbolo nacional: seria a tragédia do povo que não tem solo, que perambula pelo mundo, sem paz, sem pouso”. O “errante” tornava-se assim símbolo da “consciência nacional judaica”. Machado daria a essa lenda uma “conotação messiânica e humanista” conforme Novinsky. Machado constrói seu conto sob a inspiração de duas lendas: a do judeu errante e a de Prometeu. O judeu errante machadiano é o último homem sobrevivente no mundo, finalmente poderia ser livre. Num diálogo com Prometeu, o deus grego, Ahasverus é posto diante de “uma nova era” na qual ele seria o elo entre o “mundo passageiro e o mundo eterno”. Ahasverus que fora desprezado seria rei e governaria os homens. Cf.: NOVINSKY, Anita. *op.cit.* pp. 23-38.

¹⁸⁴ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 52.

Conforme a historiadora, “a percepção dos índios como uma outra humanidade, como animais e como demônios” são três níveis possíveis das considerações sobre o homem americano. Essas percepções se alternaram ao mesmo tempo, concomitante a “constatação da diferença”¹⁸⁵. Manuela Carneiro da Cunha, afirma que o homem do século XVI “jamais duvidara” que os índios “se tratavam de homens e mulheres” apesar das diferenças. Somente no século XIX “que a questão da humanidade dos índios se coloca pela primeira vez”¹⁸⁶. Como os indígenas se demonstravam resistentes à cultura europeia, os responsáveis pela colônia depreciaram a imagem do nativo americano. Conforme Mello e Souza, os indígenas eram considerados uma “humanidade ameaçadora, que colocava os europeus entre o risco de ser flechado e o de ser comido”¹⁸⁷. Antônio da Nóbrega percebia a insuficiência da conversão coagida, afinal, para esse jesuíta, aquela era a “gente de condição mais de feras bravas que de gente racional”¹⁸⁸. Em pleno século XVI, a imagem do índio era de um ser animalesco. Desse modo, impregnava-se na colônia “a ideia de humanidade inviável”. Vale ressaltar que em alguns momentos, a ideia de “humanidade inviável” abrangia toda a população da colônia, não exclusivamente aos indígenas, embora tenham sido as primeiras vítimas dessa perspectiva eurocêntrica e a responsável pelo “contágio” era a miscigenação. No final do século XVI, já se delineava as polêmicas em relação à população mestiça e ao próprio continente americano. E no início do século XVII, essas ideias estavam consolidadas, sobretudo por Buffon:

Vejamos então porque existem répteis tão grandes, insetos tão gordos, quadrúpedes tão pequenas, e homens tão frios nesse novo mundo. O motivo é a qualidade da terra, a condição do céu, o grau de calor e umidade, a situação e elevação das montanhas, a quantidade das águas correntes ou paradas, a extensão das florestas, e sobretudo o estado bruto em que a natureza se encontra.¹⁸⁹

O imaginário que idealizava a América esgotava-se, a realidade da população resistente e da vida selvagem demonstravam traços demoníacos. Buffon refletia sobre suas preocupações com a América, fadada à inferioridade desde fauna inapta para ter grandes feras como os leões até mesmo a população de mestiços¹⁹⁰. De Pauw, por sua vez, levou a definição às últimas consequências, e condenou os homens americanos à decadência. Nas

¹⁸⁵ SOUZA, Laura de Mello e, *op.cit.*, p. 56.

¹⁸⁶ CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política indigenista no século XIX”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, 1998. p. 134.

¹⁸⁷ SOUZA, Laura de Mello e, *op.cit.*, p. 59.

¹⁸⁸ NÓBREGA. APUD. SOUZA, *op.cit.*, p. 64-65.

¹⁸⁹ BUFFON. Apud. SOUZA, *op.cit.*, p. 48.

¹⁹⁰ SOUZA, Laura de Mello e. *op.cit.*, p. 48-49.

palavras do filósofo, “ver uma metade deste globo tão desprotegida pela natureza, que tudo nela era degenerado, ou monstruoso”, afirmava De Pauw, “[era] sem dúvida um espetáculo grande e terrível”¹⁹¹. Segundo Manuela Carneiro da Cunha, em “Política indigenista no século XIX”, para De Pauw os nativos americanos eram destinados a “degenerar nessas regiões sem chegar a maturidade”. Em suma, de acordo com de Pauw, os índios seriam “a senescência de uma humanidade prematuramente envelhecida e destinada à extinção”¹⁹².

Nomes como Buffon e De Pauw foram apropriados pelas ideias raciais no século XIX. Conforme Manuela Carneiro da Cunha, principalmente o argumento de De Pauw foi defendido por Martius e Varnhagen¹⁹³. De acordo com Lilia Schwarcz, enquanto Rousseau era retomado pelos humanistas pela “sua defesa da noção de uma humanidade una”, escritores “como Buffon e De Pauw eram apontados como grandes influências quando se tratava de justificar diferenças essenciais entre os homens”¹⁹⁴. Buffon, segundo Schwarcz, era a ruptura com a filosofia rousseauiana. No século XVII, nascia o discurso racial, importante elemento que serviria de base interpretativa sobre a população brasileira no século XIX. O modelo racial de análise era importante para “pensar na viabilidade de uma nação mestiça”¹⁹⁵.

A antítese entre pensadores da escola de Buffon e a de Rousseau é uma importante discussão. Machado em sua coletânea sobre o processo histórico vivido por raças não brancas foi influenciado, mesmo que indiretamente, por essas questões, afinal, na década de 1870, o que vigorava eram modelos raciais de análise. Modelos teóricos como darwinismo social e evolucionismo eram considerados pertinentes para alguns intelectuais brasileiros do século XIX, pois essas teorias representavam formas de refletir o problema da nação mestiça. Segundo Lilia Schwarcz, os modelos raciais de análise se transformaram “em um novo argumento de sucesso para o estabelecimento das diferenças sociais”. Com o processo de abolição da escravidão batendo à porta devido a Lei de 1871, as teorias raciais “pareciam justificar cientificamente organizações e hierarquias tradicionais”. Todavia, pela visão pessimista da miscigenação, esses modelos “acabavam por inviabilizar um projeto

¹⁹¹ DE PAUW. Apud. SOUZA, *op.cit.*, p. 41.

¹⁹² CUNHA, Manuela Carneiro da. *op.cit.* p. 134-135.

¹⁹³ Roberto Ventura pode ser retomado para aumentar essa lista de Manuela Carneiro. De acordo com Ventura, essas teorias da Ilustração também foram debatidas por Azeredo Coutinho, Gonçalves de Magalhães, Santiago Nunes Ribeiro, Sílvio Romero e Araripe Júnior. Cf.: VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 34.

¹⁹⁴ SCHWARCZ, *op.cit.*, p. 85.

¹⁹⁵ SCHWARCZ, *op.cit.*, p. 85.

nacional que mal começava a se montar”¹⁹⁶. Do paradoxo dessa constatação que se deu a “saída original encontrada por esses homens de ciências”. De acordo com Schwarcz, os “homens de ciências” brasileiros adotaram do darwinismo social “o suposto da diferença entre raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação”. E do evolucionismo social, se aceitou a “noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas”, porém se encontravam em “constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se a ideia de que a humanidade era una”. Conforme Schwarcz, a adaptação de ideias se dava na escolha de “teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitados e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teoria de sucesso”¹⁹⁷. Esses discursos científicos chegaram ao Brasil na década de 1870, foram apropriadas com intuito de “explicar diferenças internas”, numa espécie de “imperialismo interno”, “o país passava de objeto a sujeitos das explicações, ao mesmo tempo e que se fazia das diferenças sociais variações raciais”¹⁹⁸. Porém, o próprio Brasil se tratando de um lugar onde a mestiçagem era realidade, o aparato científico escancarava “as fragilidades e especificidades de um país já tão miscigenado”¹⁹⁹. Grandes nomes desse tipo de ciência, Agassiz e Gobineau, ao viajarem ao Brasil, deixaram relatos nos quais não se furtaram de lembrar “as tristes implicações das teorias raciais europeias quando aplicadas ao contexto local”, que era a “inviabilidade de uma nação composta por raças mistas”²⁰⁰. E, como argumentamos anteriormente, por vezes o indianismo é de alguma forma uma maneira de indagar e solucionar metaforicamente o lugar do mestiço. Portanto, a literatura indianista caminha com problema de uma raça considerada por muitos como degenerada. Gobineau dizia que “o resultado da mistura é sempre um dano”²⁰¹. De acordo com Gobineau, era impossível que houvesse progresso para “sub-raças mestiças não civilizáveis”²⁰².

Machado de Assis em *Americanas* demonstra dialogar com a inserção das teorias científicas no Brasil. O paradoxo interno dessa ciência aplicada ao Brasil não passaria despercebidos ao olhar crítico de Machado²⁰³. Sobretudo considerando que a miscigenação

¹⁹⁶ SCHWARCZ, *op.cit.*, p. 24.

¹⁹⁷ SCHWARCZ, *op.cit.*, p. 25.

¹⁹⁸ SCHWARCZ, *op.cit.*, p. 38.

¹⁹⁹ SCHWARCZ, *op.cit.*, p. 46.

²⁰⁰ SCHWARCZ, *op.cit.*, p. 48.

²⁰¹ GOBINEAU. Apud. SCHWARCZ, *op.cit.*, p. 83.

²⁰² GOBINEAU. Apud. SCHWARCZ, *op.cit.*, p. 83.

²⁰³ Segundo Lilia Schwarcz, na década de 1870, também a o início de uma disputa entre “profissionais da ciência” e “homens de letras”. A profissão dos literatos era considerada alienada das questões políticas e

começou nesse território devido à invasão europeia no século XVI, em *Americanas* reflete sobre o processo de mestiçagem desencadeado pela própria elite branca. As máximas do darwinismo e evolucionismo foram criticadas por Machado de Assis ao longo de sua carreira, *Americanas* foi o primeiro momento que o autor começava a construir essa interlocução²⁰⁴. Em *Americanas*, Machado contesta a noção de civilização e hierarquia social dos cientistas. Ao se opor a essa questão, o autor discute quem foi o “bárbaro” e de fato causou mal. Nessa perspectiva, o poeta escreveu toda sua coletânea à luz dos personagens que foram vítimas na história americana. Ao fazer isso, Machado conta a história americana em oposição à Europa. Toda a coletânea é trabalhada dentro da antítese entre América e Europa, por isso o título *Americanas*. Para pensar tal correlação, podemos tomar o antagonismo entre índios e colonizadores. Porém, escolhemos refletir sobre um excerto da poesia “Sabina”, única na qual o autor trabalha a questão do escravizado. Na poesia, é contada a história do envolvimento entre a escrava Sabina e o filho de seu senhor, Otávio. Ao refletir sobre a beleza dos jovens, Machado trabalha com a antítese entre beleza

sociais segundo os cientistas. O papel dos “homens de letras” passaria a ser questionado por ser acusados de distanciarem dos problemas do país. SCHWARCZ, *op.cit.* p. 50.

Machado de Assis foi crítico da geração formada nos anos 1870, em seu artigo “A Nova Geração” de 1879 o autor fez uma censura aos intelectuais como Sílvio Romero que incorporaram as modas científicas em suas obras. Machado desaprovava a inspiração científica e a falta de estilo tanto dos textos críticos como literários de Sílvio Romero. Esse por sua vez, não aceitou a provocação, a partir de seus critérios naturalistas e evolucionistas procurou atacar a obra machadiana em *Machado de Assis: Estudo comparativo de literatura brasileira* de 1897. Ventura afirma que para Sílvio Romero, a obra de Machado era “fruto de um romantismo tardio” e “não teria valor por estar em desacordo com as tendências contemporâneas”. “Devido ao seu “atraso”, Machado não teria um papel saliente na “evolução intelectual”, devendo ser combatido pela “dubiedade de seu caráter político e literário”. O fator racial foi utilizado por Romero ao atacar a obra de Machado, Roberto Ventura afirma que: “Sílvio Romero abordou Machado segundo um critério nacionalista, de base etnográfica, como representante da “sub-raça brasileira cruzada” que revelaria, junto com suas personagens, a “psicologia mestiça” do povo. Seu estilo é criticado pela ausência de colorido e de força imaginativa, pela falta de paisagem e natureza, pela escassez das descrições. Afirma que o escritor, como mestiço, teria pouca facilidade no manejo do vocabulário e da frase, o que seria “a fotografia exata de seu espírito, de sua *índole psicológica indecisa*”. O pessimismo de Machado também foi submetido à análise etnográfica: Sílvio Romero “adverte que o brasileiro não é um povo pessimista, por não apresentar em sua psicologia étnica, as tendências ao desalento mórbido e à resignação consciente diante das misérias da existência, presentes entre as raças arianas”. Cf.: VENTURA, *op.cit.* p. 95-107.

²⁰⁴ Daniela Magalhães da Silveira em *Fábrica de Contos* analisa as coletâneas de contos machadianas *Papéis Avulsos* e *Histórias sem data*, respectivamente de 1882 e 1884. A historiadora mostra como as ideias científicas fizeram parte do repertório machadiano e influenciaram em sua literatura. Sobre *Papéis Avulsos*, Magalhães da Silveira afirma que a coletânea foi organizada “a partir dos principais debates científicos e filosóficos da segunda metade do século XIX”. Segundo Daniela da Silveira, “Machado de Assis explorou o arcabouço que estruturava a fala dos principais homens envolvidos em pensar o futuro do país naquele momento” e a “linguagem científica servia para justificar medidas políticas e invalidar qualquer outra opinião que não coubesse naquele padrão de pensamento”. Já em *Histórias sem data*, considerando a “maior disseminação do cientificismo nas famílias brasileiras”, com a imprensa exercendo papel fundamental para que isso ocorresse, Daniela da Silveira defende que “houve alargamento de algumas ideias levantadas em *Papéis Avulsos*”. Assim, a historiadora argumenta que o cientificismo marcou as discussões das coletâneas *Papéis Avulsos* e *Histórias sem data*. Cf.: SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de Contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 32-33.

negra e a clássica com traços muito valorizados entre os cientistas. Sobre Otávio e os cânones da beleza clássica, típicas da Europa, o narrador diz:

Vinte anos
Tinha Otávio, e a beleza e um ar de corte
E o gesto nobre, e sedutor o aspecto;
Um vero Adônis, como aqui diria
Algum poeta clássico, daquela
Poesia que foi nobre, airosa e grande
Em tempos idos, que ainda bem se foram...
Também eu a adorei, uma hora ao menos,
E suspirei destes remotos climas
Pelas formosas ribas do Escamandro,
Onde descia, entre soldados gregos,
A moça Vênus; frívolo suspiro
Que não pode acordar dos seus sepulcros
Esses numes brincões da velha idade,
Mortos por seus pecados- que os tiveram,
E por sossego nosso. Eram amáveis
E belos nos seu tempo.²⁰⁵

No trecho, o autor brinca com os símbolos da beleza europeia, poesia clássica, deuses gregos, a nobreza e beleza de um homem branco como é Otávio, mas coloca isso como algo ultrapassado. Reconhece a chegada de novos tempos, mas para o narrador são “tempos idos, que ainda bem se foram”. Para completar a antítese, o narrador trabalha com a imagem de Sabina:

Mãe d’água fora,
Talvez, se a cor de seus quebrados olhos
Imitasse a do céu: se a tez morena,
Morena como a esposa do Cantares,
Alva tivesse; e os raios de ouro fossem
Os cabelos da cor da noite escura,
Que ali soltos e úmidos lhe caem,
Como um véu sobre o colo.²⁰⁶

A descrição ocorre também num jogo dialético com a figura da beleza europeia valorizada. E mesmo não correspondendo com os traços europeus, Sabina ainda era bela e tinha suas qualidades e valores. Dessa forma, o autor constrói uma antítese entre europeus e americanos ou europeus e africanos. Desconstruindo assim uma noção de hierarquia entre a Europa e a América, visto que para Machado de Assis, as ideias europeias pareciam ultrapassadas.

²⁰⁵ ASSIS, Machado de. *op.cit.*, p. 161-162.

²⁰⁶ Idem, p. 163-164.

Ao relativizar hierarquias sociais e valorizar o novo, o mestiço americano, Machado foi influenciado por Montaigne, a quem dedicou epígrafe, notas da coletânea e uma galhofa na *Advertência*. De acordo com Bernardo Ricupero, autores como Montaigne e depois Rousseau, “meio entediados com a Europa, buscavam no novo mundo o frescor que pudesse renovar o Velho”²⁰⁷. Segundo Roberto Ventura, Montaigne, que em 1580 escreveu seus *Ensaio*s, conclui que “os canibais são menos bárbaros do que os povos civilizados, que tratavam seus inimigos de forma mais cruel”. Montaigne questionava a colonização da América numa perspectiva mais relativista, que no século XVIII seria retomada por Montesquieu e Rousseau. Em Montesquieu, segundo Roberto Ventura, “o direito de escravidão” emanava “do desprezo de uma nação por outra”, na qual a “diferença de costumes é interpretada como indício de inferioridade humana ou social”²⁰⁸. Já Rousseau tomou o homem americano como “equivalente histórico do *homem natural*, anterior à instauração do contrato social”, proclamando a superioridade do “selvagem”²⁰⁹. Conforme, Roberto Ventura, as ideias dos filósofos da Ilustração e as suas aplicações na Europa, legitimava o “sistema colonial pela crença na superioridade” do branco europeu sobre os outros povos²¹⁰. Foram as tensões internas das ideias de homens como Montesquieu, Rousseau, Buffon, De Pauw que, segundo Roberto Ventura, desencadearam o “debate sobre o racismo científico e a inferioridade dos povos não-brancos, que marcou a cultura brasileira do século XIX”²¹¹.

Além disso, a consequência natural de alguns dos discursos com visão negativa do homem americano, como exemplo a filosofia de Buffon, foi negar “a existência de sociedades com história, documentação e formas de escrita fora do espaço europeu e asiático”. De tal forma que “expulsaram o africano e o americano do território da história”²¹². Machado se opõe a ideia da exclusão na história sofrida pelo índio, negro e mestiço, desde a colônia até o Império. O autor dialogando com questões prementes de seu

²⁰⁷ RICUPERO, *op.cit.*, p. 154.

²⁰⁸ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 20.

Montesquieu adotava também “uma dupla posição diante do intrincado problema da escravidão”. Segundo Roberto Ventura, o filósofo “faz sua condenação ética e jurídica, ao mostrar a mútua degradação moral do senhor e do escravo, tomando o cativo como contrário à *natureza humana*, tema caro aos abolicionistas europeus e brasileiros do século XIX”. Assim como justificava que “a escravidão se funda em uma *razão natural*- os fatores climáticos- responsáveis pelo relaxamento orgânico e moral nos trópicos”. VENTURA, *op.cit.* p., 20.

²⁰⁹ VENTURA, *op.cit.*, p., 21-23.

²¹⁰ VENTURA, *op.cit.*, p. 21.

²¹¹ VENTURA, *op.cit.*, p. 23.

²¹² VENTURA, *op.cit.*, p. 23-24.

tempo, não pressupõe inferioridade das raças indígena, negra, e doravante, o mestiço. Sob essa perspectiva, traçamos um diálogo de Machado de Assis com Varnhagen, historiador que levou às últimas consequências as ideias de miscigenação da dissertação de Von Martius e que também era interlocutor das teorias raciais. Em discussões acerca da representatividade indígena na história brasileira, Varnhagen defendeu posições extremas. Partidário da “contra-ideologia indianista”, o historiador mostrava-se a favor do “cativo indígena temporário” em 1851 no seu “Memorial orgânico”, publicado na revista *Guanabara*, como afirma Kaori Kodama²¹³. E, em 1857, em *História Geral do Brasil*, manifestou-se “contra a representatividade nacional dos indígenas”²¹⁴. Segundo Varnhagen, os povos indígenas eram decadentes, mas serviam como importante mão de obra²¹⁵. O argumento da decadência ou degeneração foi crucial para outros autores ligados às discussões indianistas, tais como Martius e Gonçalves Dias. Todavia, a perspectiva de Gonçalves Dias foi mais relativista que a hipótese de Varnhagen, afinal, compreendia que a decadência não era o estado natural de todos os povos autóctones, pois, o destino das nações indígenas foi caminhar rumo à degeneração a partir do contato com o europeu. Assim, o poeta trabalha com a idealização de uma nação guerreira descendente de Tupis, o que era comum na época. Havia também na historiografia, maiores discussões sobre as nações indígenas, sobretudo pela etnografia do IHGB. Segundo Kaori Kodama, a função da etnografia nessa época era “desvendar o passado “misterioso” do Brasil” e “encontrar os motivos que teriam levado à extinção vários grupos indígenas e ao “afrouxamento” do caráter guerreiro”²¹⁶. Gobineau, que influenciou muitos dos intelectuais do IHGB, defendia que era a miscigenação que causava a ruína:

²¹³ A revista *Guanabara* era considerada “a expressão dos encaminhamentos sobre a temática indígena no Instituto [Histórico e Geográfico do Brasil]”. De acordo com Kodama, “na revista encontrava-se formada uma espécie de gradiente dos meios de defesa e de acusação do índio como elemento da nacionalidade”, que são perspectivas que de alguma maneira são formas de pensar a nação. Cf.: KODAMA, *op.cit.* p. 165.

²¹⁴ KODAMA, *op.cit.*, p. 164-165.

²¹⁵ Segundo Kaori Kodama, “ etnografia do Instituto [histórico e geográfico do Brasil], que tomava o elemento indígena como matéria, dava respaldo a uma reflexão sobre a “população” do Império. Como nem sempre a “população” equivalia a ideia de povo na forma almejada pelos letrados do instituto, estes almejavam definir as feições dessa mesma população mediante a positivação do elemento indígena. Curiosamente, essa proposição de formar um futuro “povo” com base em uma população constituída por brancos e índios, subtraindo-se o elemento negro, foi mais claramente formulado por Varnhagen, não obstante todas as críticas que recebera dos membros do instituto por seu posicionamento favorável à escravidão dos índios.”. A fim de convencer seus pares de seu argumento, Varnhagen afirmava que: “Teríamos com eles [índios] um aumento de braços menos perigosos que os dos negros, porque daqui a pouco estariam misturados conosco em cor e em tudo; e então teríamos em todas as províncias- povo- classe social que algumas não possuem”. KODAMA, *op.cit.*, p. 286.

²¹⁶ KODAMA, *op.cit.*, p. 173-175.

Eu penso que a palavra “degenerado”, se aplicada a um povo, deve significar, e significa, que esse povo não tem mais o valor intrínseco que outrora ele possuía, porque ele não tem mais em sua veias o mesmo sangue, cujos cruzamentos sucessivos têm gradualmente modificado seu valor; dito de outro modo: que com o mesmo nome ele não tem conservado a mesma raça dos seus fundadores; enfim, que o homem da decadência, este que se denomina o homem degenerado, é um produto diferente, do ponto de vista étnico, do herói das grandes épocas.²¹⁷

Gobineau defendia a superioridade da raça ariana sobre as demais, o autor defendia que os arianos possuíam uma espécie de “lei da atração” que se tratava de uma “sociabilidade civilizadora que promovia a mistura”²¹⁸. Para alguns intelectuais, como Gonçalves Dias, foi a colonização que causou ruína, e não a raça, mas para provar seu argumento, o literato inseria seus índios na superfície da idealização, recriando assim o “herói das grandes épocas”. Por outro lado, Machado de Assis ao caracterizar seus índios, não os insere no campo da idealização, não os identificando como heróis invencíveis em aventuras errantes pelas brenhas. Os índios machadianos permanecem com características humanas e emoções próprias da condição do homem, tais como medo, paixão e ciúme. Podemos tomar como exemplo Anajê, personagem de “Potira”, o caráter nobre e resignado foi completamente subvertido. Tal personagem não aceita a invasão, provoca mortes de colonos, busca a índia Potira que havia fugido com os estrangeiros, é violento e a mata. Contudo, Machado naturaliza as ações do índio como se fossem possíveis para qualquer humano, além de mostrar que é uma forma de resistência ao invasor, de modo que os índios agiam em legítima defesa de seu povo. Em outro poema no qual o caráter nobre do bom selvagem é subvertido é “Niani”, embora o tom dos versos remeta a algo cavalheiresco²¹⁹.

Conta-se histórias antigas
Pelas terras de além-mar,
De moças e de princesas,
Que amor fazia matar.

²¹⁷ GOBINEAU. Apud. GAHYVA, Helga, *op.cit.*, p. 556.

²¹⁸ GAHYVA, *op.cit.*, p. 557.

²¹⁹ Há evidências que “Niani” foi escrita em meados de 1873, numa carta de 15 de outubro deste mesmo ano, cujo remetente era Taunay, o autor de *Inocência* afirma ao vate de *Americanas* qual “o verdadeiro nome que deve ter a sua heroína Guaicuru”: Niani. Afinal de contas, “o vocábulo legítimo e que servia de apelido a algumas mulheres guaicurús é Nianni [niãni], que quer dizer – criança, pessoa fraca, débil”. A partir dessa carta, podemos inferir que Machado dialogava pessoalmente entre seus pares sobre possibilidades para a coletânea, no início, Taunay faz referência de uma conversa que tiveram no último encontro. Cf.: Correspondências de Machado de Assis: tomo II, 1870-1889 /coordenação e orientação Sergio Paulo Rouanet ; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. – Rio de Janeiro: ABL, 2009. (Coleção Afrânio Peixoto; v. 92). p.87.

Mas amor que entranha n'alma
E a vida soe acabar,
Amor é de todo clima
Bem como a luz, como o ar.

Morrem dele nas florestas
Aonde habita o jaguar,
Nas margens dos grandes rios
Que levam troncos ao mar.

Agora direi um caso
De muito penalizar,
Tão triste como os que contam
Pelas terras de além-mar.²²⁰

Machado inicia sua poesia afirmando que irá narrar uma história de amor “tão triste como” as demais, imprimindo um ar de universalidade, tal como defendia no “Instinto de Nacionalidade”. Desse modo, explora sentimentos universais à condição humana enquanto subverte a imagem do bom selvagem que será com o personagem Panenioxé, responsável pela tragédia que se segue²²¹. A poesia narra a história que acontece na tribo de índios Guaiakuru. Panenioxé é um guerreiro que “deixa a lança e o cavalo,/ entra com seu coração” na cabana da noiva. A moça, Niani, era de “nobre feição”. Não menos digno era seu noivo que tinha “limpo sangue” e era “filho de capitão”. Casam-se e vivem felizes, por pouco tempo, até que o tédio toma conta de Panenioxé, que “pulando no cavalo,/ sumiu-se... desapareceu”. Niani, “pobre moça sem marido”, sofre por esse amor sem saber do destino do marido. Até que um dia chega notícias que o índio havia casado com outra “porém de sangue vulgar”, o que faz Niani morrer de tristeza. Embora, Panenioxé, inicialmente seja colocado ao lado de guerreiros nobres, aos poucos, suas atitudes demonstram uma subversão de valores, de tal modo Machado inverte a imagem do bom selvagem com ações que não se espera do índio idealizado. Panenioxé é a antítese dos índios de Gonçalves Dias. Machado nos impele a indagar que mesmo antes da colonização, quem habitava a América eram homens como quaisquer outros. Nessa poesia, ao imitar o tom de uma poesia com ares cavalheirescos, o poeta toma como referências termos usados pelos intelectuais ligados ao cientificismo, os índios de “Niani” possuem o “sangue limpo”. Invertendo as expectativas do leitor, esses índios “nobres” também possuem divisões

²²⁰ ASSIS, *op.cit.*, p. 49-50.

²²¹ O excerto que inspirara Machado de Assis para essa poesia encontra-se no primeiro artigo do primeiro tomo da *Revista do IHGB* encontrado em: PRADO, Francisco Rodrigues. “História dos índios cavaleiros ou da nação Guaiakuru”. In: *Revista do IHGB*, tomo I, nº 1, 3ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. pp. 21-44.

rígidas dentro de suas sociedades, segundo Machado de Assis em nota, “os Guaiakurus dividem-se em nobres, plebeus ou soldados, e cativos”²²². Como Niani repugnava a amante de Panenioxé por ser de “sangue vulgar”, o autor afirma que os índios daquela tribo não aceitavam alianças com “pessoas de condição inferior”.

Machado poderia estar consciente de que para muitos de seus leitores os índios não eram considerados humanos. Como assevera, Manuela Carneiro da Cunha em “Política indigenista no século XIX”, a questão da alma dos nativos pode ter sido pauta de discussão no século XVI, mas não duvidaram que as sociedades americanas eram compostas por humanos. Porém, segundo a autora, “paradoxalmente, com efeito, é no século XIX que a questão da humanidade dos índios” é contestada pela primeira vez²²³. Foi no XIX que houve maior preocupação em “demarcar claramente os antropoides dos humanos, e a linha de demarcação é sujeita a controvérsias”. Segundo Manuela Carneiro da Cunha, um dos pioneiros da antropologia física, Blumenbach, ao analisar o crânio de índios da tribo dos Botocudos, os classificou como “meio caminho entre o orangotango e o homem”²²⁴. Outro critério utilizado era o da “perfectibilidade”, ou seja, “o homem é aquele animal que se autodomestica e se alça acima de sua natureza”, era muito utilizado por Von Martius e José Bonifácio²²⁵. Em discurso sobre os índios, o Senador Dantas de Barros Leite, no final da década de 1860 afirmava que:

No reino animal, há raças perdidas; parece que a raça índia, por um efeito de sua organização física, não podendo progredir no meio da civilização, está condenada a esse fatal desfecho. Há animais que só podem viver e produzir no meio das trevas; e se os levam para a presença da luz, ou morrem ou desaparecem. Da mesma sorte, entre as diversas raças humanas, o índio parece ter uma organização incompatível com a civilização²²⁶.

As ideias do Senador eram amplamente aceitas entre parte da elite intelectual brasileira. Como nos conta Manuela Carneiro da Cunha, Dantas de Barro foi interlocutor de Varnhagen. Por sua vez, Machado de Assis, em poesias como “Niani”, prefere demonstrar que as organizações das sociedades indígenas poderiam ser “compatíveis com a civilização”, em detrimento da argumentação de alguns de seus contemporâneos. Em “Niani”, o autor evidencia uma sociedade rígida, estratificada e paternalista, nada diferente

²²² ASSIS, Machado de. *op.cit.*, p. 202.

²²³ CUNHA, Manuela Carneiro da., *op.cit.* p. 134.

²²⁴ CUNHA, Manuela Carneiro da., *op.cit.* p. 134.

²²⁵ CUNHA, Manuela Carneiro da., *op.cit.* p. 134.

²²⁶ LEITE, Dantas de Barros. Apud. CUNHA, *op.cit.*, p. 135.

do que seria a civilização imperial. Para isso, Machado retoma inclusive as ideias de Montaigne, se no século XIX há quem duvidasse da humanidade dos índios, ao autor demonstra que no século XVI isso não era problema entre alguns pensadores.

A poesia “Última jornada” foi inspirada num fragmento dos *Ensaio*s de Montaigne, no qual ele atribui crenças morais aos indígenas. Segundo Montaigne, os nativos americanos acreditavam na existência da alma e que aqueles que tinham bons méritos iriam morar à direita do céu, na aurora, já os considerados maus iriam para a costa do Ocidente²²⁷. A partir dessa ideia, Machado de Assis escreve a poesia “Última jornada”, que narra a história do relacionamento conturbado de dois índios de tribos diferentes, sem especificar quais eram essas. A mulher havia ido embora para a tribo do índio. Mas depois de um tempo fica entediada e decide ir embora sem o consentimento de seu marido. Esse por sua vez fica irritado e decide matá-la, posteriormente arrependido, comete suicídio. O autor reflete sobre a vida após a morte desses índios, cada um seguindo o caminho proposto no fragmento de Montaigne. O índio arrependido narra a história e justifica suas atitudes a caminho de seu destino, “a noite escura” enquanto sua esposa é destinada para a “viva aurora pura”. A ideia principal que Machado imprime na poesia é a da existência de moralidade entre os índios, algo contrário a muitos dos conceitos difundidos por alguns segmentos que defendiam que os nativos brasileiros não eram humanos. Em “Última jornada”, e na coletânea de modo geral, Machado reflete sobre as “virtudes humanas” dos índios. Afinal, segundo o autor, na “Advertência” de *Americanas*, apesar do “estado agreste e rudimentário”, “as relações históricas” eram repletas de “qualidades boas, e ainda excelentes, dos nossos índios”²²⁸.

Machado demonstrava-se consciente que a colonização tinha gerado maior dano a população autóctone, para o autor, as tribos indígenas pareciam vítimas da civilização. A “sociabilidade civilizadora” dos brancos defendida por Gobineau apenas causou problemas aos nativos brasileiros. E mesmo as ideias científicas defendidas pela elite branca que condenava o mestiço não poderiam se esquecer de que foram os europeus que invadiram o território indígena e promoveram a miscigenação. As histórias narradas por Machado de Assis em *Americanas* recaem sobre essa constatação, que o mestiço foi concebido a partir da ocupação violenta dos europeus, esses mesmos que condenam a existência do hibridismo no miscigenado.

²²⁷ MONTAIGNE. Apud. ASSIS, Machado de. *op.cit.*, p. 173

²²⁸ ASSIS, Machado de. *op.cit.*, p. 6.

Havia cisões nas discussões sobre o lugar dos primeiros habitantes, enquanto o anti-indianista Varnhagen, em “Memorial Orgânico”, de 1851, e “Os índios bravos e o Sr. Lisboa”, de 1867, defendia a escravidão indígena. Havia fortes defensores da causa indianista tais como Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, João Francisco Lisboa e Manuel Antônio de Almeida. Essas questões abrigavam diferentes matizes, umas mais radicais e outras mais brandas, todavia a reflexão tinha um lugar-comum, o problema da civilização. Dependia da perspectiva se “os “filhos das brenhas” poderiam ser vistos como vítimas ou inimigos da civilização”²²⁹. Machado de Assis dialogava com essas questões, e a partir dos problemas suscitados na coletânea poética *Americanas*, demonstrava-se partidário da ideia de que os índios foram vítimas da colonização. Sobretudo, consciente que eram uma “raça forte de não comuns virtudes humanas”, porém o autor demonstrava não acreditar na idealização como caminho para entender o lugar do indígena na sociedade. A interlocução de Machado com seus contemporâneos ocorre na medida em que o autor coloca no primeiro plano de suas poesias os conflitos históricos prementes na formação do povo brasileiro. Assim, o autor tem em mente as particularidades da história brasileira. Enquanto muitos intelectuais da “geração de 1870”, tais como Araripe Júnior e Sílvio Romero, a partir de seus aparatos científicos acabam por reduzir, a “literatura e a cultura à ação de fatores naturais, tais como o clima, o meio, a natureza, a mestiçagem e o caráter”, colocando em segundo lugar “os conflitos culturais e a singularidade histórica dos objetos enfocados”²³⁰.

A situação dos mestiços

“De carpir não cansa!
Viúva e só a todo instante clama:
[...] Vem! Não mates minha esperança”²³¹
(Dante Alighieri)

David Treece afirma que o indianismo também tem “relevância para o problema mais estrutural da ordem imperial” que era a “escravidão negra”. José Bonifácio, entre 1824 e 1831, desenvolvia sua tese sobre a uma “sociedade plenamente mestiça”. Desse

²²⁹ KODAMA, *op.cit.*, p. 18.

²³⁰ VENTURA, *op.cit.*, p. 40.

²³¹ Epígrafe utilizada por Machado de Assis na poesia “Niani”, o trecho da *Divina Comédia* utilizado pelo escritor fluminense foi o original em italiano: “...que piagne/ Vedova sola”. Se trata de um trecho do sexto canto da parte do *Purgatório*. ALIGHIERI, Dante. “Purgatório”. In: *A Divina Comédia*. São Paulo: Atena Editora, 1955. (versão eBookBrasil, 2003). p. 310.

Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/eb00002a.pdf. Último acesso em: 09/06/2014

modo, a “integração social” e o “casamento entre índios, brancos e mulatos” eram vistos como alternativas viáveis para a exclusão da “mão de obra africana”²³². Conforme Kaori Kodama, “a finalidade de formar uma imagem do índio brasileiro” na história e na literatura era a forma de “discursar sobre o elemento que passava a ser visto como parte da gênese nacional”, ao mesmo tempo em que “apartava uma realidade mais complexa”. Assim, o que estava em pauta “era a negatividade imputada a uma realidade quase não dita” entre letrados, “a escravidão e o elemento negro da população”²³³. Machado de Assis, por sua vez, não negou a contribuição do negro para a formação brasileira. Embora haja poucos versos dedicados à escravizados, não podemos negar a importância de sua única poesia sobre o tema dentro da lógica da coletânea. A protagonista do poema “Sabina” tem suma importância como a representante dos escravizados em *Americanas*. Embora a maioria dos poemas tivesse como cenário o universo colonial, “Sabina” se destacava por ter sua narrativa inserida durante o período imperial, de um Brasil já independente, mas marcado pela presença da escravidão. “Sabina”, de alguma forma, pode ser tomada como uma espécie de releitura feita pelo autor sobre um conto publicado em janeiro de 1871 no *Jornal das Famílias*: “Mariana”.

A poesia narra o trágico envolvimento da protagonista, Sabina, com o filho de seu senhor, Otávio. A jovem escravizada apaixona-se pelo garboso senhorzinho, com quem se envolveu durante uma viagem de férias do moço que estudava na capital. Na fazenda, o “lépido” Otávio relaciona-se com Sabina, que por sua vez fica grávida. Todavia, como era de se esperar, o jovem Senhor, “tão volúvel”, a dispensa e escolhe uma mulher de sua classe social para se casar. Amargurada Sabina decide se matar, porém desiste do ato ao lembrar que seria mãe de um filho de Otávio, que para ela compensava a dor. As comparações com “Mariana” são inevitáveis, as histórias são parecidas, há poucas diferenças estruturais, como veremos. Mas a grande distinção encontra-se no final. Enquanto Sabina escolhe viver, pensando na liberdade conquistada por seu rebento, Mariana escolheu a morte, pois não via esperança em seu futuro. Como “Mariana” era um conto, Machado pode desenvolver mais elementos narrativos, todavia a poesia “Sabina” constitui-se num documento histórico tão importante quanto sua antecessora. Sidney Chalhoub, em *Machado de Assis Historiador*, desenvolve uma interpretação do conto ao perceber o paralelo de “Mariana” com *Helena*. Segundo Chalhoub, ambas narrativas

²³² TREECE, *op.cit.*, p. 141-143.

²³³ KODAMA, *op.cit.*, p. 91-92.

iniciam com tom de galhofa e terminam numa tragédia. E isso, sobretudo, porque “em ambos os casos, a ideologia paternalista dos senhores e as relações de dependência provocam situações de violência e humilhação”²³⁴. Tanto Mariana quanto Sabina eram escravas domésticas. No conto, “o narrador insiste em descrever a situação da escrava em sua casa aproximando-a da condição de liberdade”. Mariana “era como se fosse pessoa livre”, “escrava, és verdade, mas escrava quase senhora”. Assim como Sabina, “cativa, não entrava na senzala”, “acha-lhe uns certos modos singulares/ De senhora de engenho”.

A aproximação entre escravidão e liberdade, para enfatizar a precariedade e os limites de qualquer experiência de liberdade numa sociedade paternalista, organizada em torno da reprodução dos laços de dependência pessoal, politiza eficazmente o drama do processo de emancipação dos escravos, então em evidência. Escravidão e paternalismo, cativo e dependência pessoal, pareciam duas faces da mesma moeda.²³⁵

A partir dessa sentença, Sidney Chalhoub conclui que no conto “Mariana”, que estava “situado no centro do furacão político”, ou seja, no processo de discussões sobre a emancipação dos escravos, Machado de Assis “parece sugerir que não havia saída para o problema da escravidão *por dentro* das relações instituídas entre senhores e escravos” a partir da história dessa escrava. Desse modo, seria preciso que “o poder público [submetesse] o poder privado dos senhores ao domínio da lei”. A Lei de 28 de setembro de 1871 sinalizava, naquele ano, a “superação da instituição da escravidão, enfrentando decididamente os interesses sociais e econômicos que ainda a sustentavam”. Em “Sabina”, Machado novamente demonstrava como as “relações instituídas pelos senhores e escravos” ainda vigoravam. Na década de 1870, cativo ainda causava mal para os escravizados, os senhores ainda eram responsáveis pelas “dores cruas”, expressão utilizada pelo autor na poesia. Doravante, ainda se fazia mister que acabasse com essa instituição para que não houvesse mais pessoas “castigadas do céu” e “mortas entre os grilhões do cativo”, ainda para citar versos machadianos.

Para Sabina, o “materno sentir compensava os males”, afinal, não apenas parecia apaixonada pelo “tão volúvel” e “jovem senhor”, como sabia que o “sangue livre” palpitava em seu ventre. Sabina vive porque nela reside uma esperança que seu filho será liberto por causa da Lei de 1871, mesmo que sem Otávio. Desde o início desse relacionamento, o narrador já nos indica que essa história não acabaria bem, embora

²³⁴ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 134.

²³⁵ CHALHOUB, *op.cit.*, p. 135.

Sabina tivesse esperança. O autor diz que a consciência “lhe dormias”, a razão “lhe fechavas a vista interior”, e que não enxergava “o fundo abismo tenebroso e largo/ Que a separa do eleito dos seus sonhos”. Desde o início, é evidenciado qual seria o final dessa história e já podemos concluir que não seria uma relação positiva para o elo mais fraco, que era Sabina. O autor indica como a instituição da escravidão causava dano ao cativo. Machado também parece mostrar uma das formas que o povo brasileiro foi concebido, na relação entre os senhores e suas escravas. A relação do negro com o branco implicou em profunda dor para os primeiros, que em diversos momentos, a “lágrima pura” caiu em sua face. Da relação desigual entre senhores e escravos nasceu o mestiço. Nessa relação de poder que significava humilhação para os cativos. Sabina fora “sincera e ardente” nos seus sentimentos, mas relacionar-se com Otávio também significava para ela viver um momento de “terror”, “vergonha” e “medo”. Otávio a seduziu com sua conversa mansa:

Não me negues teu suave aroma!
Fez-te cativa o berço; a lei somente
Os grilhões de lançou; no livre peito
De teus senhores tens a liberdade,
A melhor liberdade, o puro afeto
Que te elegeu entre as demais cativas,
E de afagos te cobre!

Novamente há a reflexão entre a relação cativo e liberdade. Essa liberdade temporária prometida por Otávio evidencia ainda mais a situação de dependência de Sabina, que se torna vítima do jovem senhor. Para o narrador, aquele envolvimento era “horas mal furtadas/ Ao cativo e à solidão”. O leitor é advertido que para a conclusão da história poderia “pressentir a brevidade e a morte”. Dentro da lógica da coletânea, com a história de Sabina, o autor coroa *Americanas* com a concepção do mestiço entre negros e brancos, esse por sua vez exercia papel fundamental na formação do povo brasileiro.

As personagens femininas

“...filha melhor do Eterno, América!”²³⁶
(Gonçalves Dias)

O indianismo suscita problemas relacionados ao mestiço. Em alguns casos, em obras como *Iracema*, podemos tomar a literatura indianista como uma metáfora da história da América na perspectiva de seus respectivos autores. *Iracema* foi para José de Alencar

²³⁶ Epígrafe utilizada por Machado de Assis para abrir sua coletânea, se refere a uma passagem da obra *Timbiras* de Gonçalves Dias.

uma metáfora da gestação do povo americano. A experiência do mestiço é encontrada em algumas obras indianistas que se propõem tratar dessa concepção. Machado de Assis em *Americanas* tem uma proposta similar. O autor parece questionar a gestação do mestiço americano. Podemos considerar que as poesias da coletânea que possuem temática indianista ou que de alguma forma dialogam com a tradição, como demonstramos o caso “Cristã-Nova”, representam metáforas da concepção do povo americano. De tal forma que, entrelaçamos as narrativas de Machado como sua perspectiva da história da América.

Essa linha de análise privilegia principalmente as personagens femininas da coletânea, representadas principalmente por Potira, Ângela e Sabina. Entendemos essas personagens são as protagonistas da coletânea, são nossas principais americanas. Pensamos a experiência das três protagonistas como uma metáfora para a história da América. Potira, a primeira americana representa, a índia que teve seu território usurpado, passou pelo processo de “aculturação”, sofreu as consequências da colonização. Tanto em “Potira” como em outras poesias da coletânea, Machado escreveu sobre conflito inerente ao processo de colonização. O embate se trata do confronto direto de forças, como foi o caso da invasão, com subsequentes lutas e mortes. Mas, “Potira” também representa a divergência de ideias dentro do homem, como é o caso da índia que se tornou um ser híbrido, entre duas culturas. Ao voltar para sua tribo, a índia estava diferente, porque sua “natureza ingênua doutrinara” e “[vencia] na gentileza às mais da tribo”, havia nela “um sentimento novo,/ Pudor de esposa e de cristã”, embora que “ao índio acende a natural volúpia”. Entretanto, no final de sua tragédia pessoal, a “moça que renegou Tupã” se mostrava ainda devota de crenças antigas, perto de sua morte, ela vê um pássaro e fica imaginando se seria a “voz de seu pai” ou a “voz de seu esposo” a fim de dar-lhe um recado, portanto “restos havia dessa crença antiga”. Desse modo, Machado defende a ideia de que é raro “o peito humano” que “de obscuros elos se liberta”. A protagonista transita entre duas culturas, embora tenha escolhido viver entre portugueses e jesuítas.

Nessa mesma perspectiva, Ângela representa a influencia de outras nações na sociedade brasileira, Machado escolheu uma judia talvez por considerar o influxo desse povo na formação da colônia, e conseqüentemente a importância para a constituição da identidade nacional. Ângela, na Guanabara, também se transforma nesse ser híbrido que transita entre culturas. Assim como o pai dela olhava para a Guanabara e lembrava-se da Palestina, Ângela embora batizada e convertida numa cristã nova, ainda guardava no seu interior restos de uma crença antiga. O autor a descreve a ambivalência de Ângela até

mesmo na constituição de seu físico, era “levemente pálida”, ao mesmo tempo “morena”, pois havia sido “corada ao sol da juvenil América”. Ângela atua como esse primeiro contato do imigrante exilado na América, não considerando os colonos portugueses, e sim outros povos que constituíram a nação. Os judeus do poema são exilados na nova terra e de alguma forma incorporam elementos culturais da realidade colonial, tornam-se pessoas que “nem toda era de Cristo” e “nem toda de Moisés”. Eles eram personagens que foram incorporadas pelas “terras do exílio”. A própria cristã-nova reconhecia a receptividade da América, que “no regaço recebe a alma que chora”. A América se torna lar para os exilados e imigrantes, muito embora sob o túmulo do “povo que acabou”, “que viu tudo perder-se no passado”. Ângela lembra-se que a praia onde ela habita um dia fora lar de um povoado de “Tupã”. Ela, a estrangeira que foi viver no seio da América, é assimilada nessa cultura nova, transita entre dois mundos, a nova e a velha crença. Todavia representa uma estirpe que também deveria ser sacrificada de acordo com a hegemonia lusitana e cristã a fim de homogeneizar o povo americano.

A outra estrangeira da coletânea, Sabina, é mais uma correspondente daqueles que não tiveram escolha sobre o exílio e o cativeiro. Sabina é uma descendente de africanos escravizada que concebe um dos milhares de filhos bastardos dos Senhores. Ela mesma era uma mestiça de vinte anos, segundo a descrição do autor. Representa a mãe de mestiços, vítima de uma relação desigual entre escravo-senhor, mas que guarda uma esperança de seu rebento ser livre, pois seria protegido pela “Lei do ventre livre”. Sabina sintetiza o povo que se formara na América, sobretudo vítima de uma realidade paternalista e escravagista. O mestiço era o povo que havia se formado a partir do processo de colonização. Era o resultado de séculos de dominação e intercâmbio de culturas.

Na coletânea, Potira, Ângela e Sabina conseguem exprimir a síntese da formação da América. Notável ressaltar as características análogas destas mulheres: são personagens com identidade híbrida que circulam entre dois mundos, entre as novas e as velhas culturas e crenças, no mundo escravagista e senhorial. De tal modo que elas parecem sintetizar a experiência da América em relação à formação do povo e a crise de identidade do mestiço. As “americanas” da coletânea nos seus dilemas e problemas de identidade nos mostram como culturas se modificam em contato com outras bem como os personagens que se formam a partir do processo de invasão da América. Essas três personagens parecem ser para Machado de Assis o principal fio condutor da coletânea. São, para o autor, as mulheres que representam o continente na coletânea, são as “americanas” evidenciadas. As

protagonistas figuram o processo violento perpassado pela América em sua história. Assim como o continente americano, as personagens viveram os modos de dominação de um mundo violento e paternalista. Foram as grandes vítimas e cativas da coletânea, assim como o povo do continente americano parecia ser deteriorado no decurso da colonização europeia.

Capítulo III

Machado de Assis: poeta-historiador

“Um contador de histórias é justamente o contrário de um historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias. Por que essa diferença? Simples, leitor, nada mais simples. O historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado, humanista; o contador de histórias foi inventado pelo povo, que nunca leu Tito Lívio, e entende que contar o que se passou é só fantasiar.”²³⁷(Manassés)

A literatura indianista desde suas origens tem como pretensão criar uma espécie de “mito nacional”. Os autores indianistas contribuíram com a retórica da construção da identidade nacional. Para isso, a literatura indianista se valeu de alguns métodos, tais como uso de personagens históricos, incorporação de costumes e termos indígenas, diálogo com a história para legitimar a ficção. Dessa maneira poderiam forjar uma possível epopeia brasileira. A fim de legitimar as narrativas, muitos dos literatos utilizaram notas no final da edição de seus livros com intuito de dialogar com textos considerados científicos. Talvez um dos precursores do uso de notas com finalidade de fundamentar a narrativa no campo da história tenha sido Basílio da Gama, com sua epopeia, *O Uruguay*, de 1769²³⁸. Em sua obra, Basílio da Gama utiliza o termo “Relação” para o espaço no qual o cita documentos históricos e explica a existência de alguns dos seus personagens históricos como missionários Jesuítas. Para confeccionar tais explicações, Basílio da Gama utilizou-se de textos de cronistas, principalmente os de Simão de Vasconcellos. Talvez inspirado na forma como Basílio da Gama munuiu-se de documentos históricos para fundamentar sua narrativa, os autores dos oitocentos resolveram imitar essa técnica por acreditar que fosse uma maneira ideal de forjar verossimilhança com intenção de fundamentar as origens da nação.

Assim, os intelectuais do século XIX que se incumbiram da missão de construir a base da nação, utilizaram textos científicos - ditos com caracteres verídicos - na urdidura ficcional. Gonçalves Dias usou notas no final da edição de dois dos livros voltados para a

²³⁷ ASSIS, Machado de. *História de 15 dias*; organização, introdução e notas: Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p. 175.

²³⁸ *O Uruguay* é um dos primeiros livros nos quais o indígena é personagem de um texto ficcional- Kakambo e Lindoia, todavia não são protagonistas. Segundo Fernando Carvalho, “a intenção principal do poema é o ataque aos jesuítas, motivo pelo qual o índio irá assumir um papel secundário, apesar de toda a beleza com que o autor procura impregnar o célebre episódio de Lindoia”. Mas, mesmo secundários, são retratados com certo lirismo que seria apropriado pelo Romantismo. (CARVALHO, Fernando. “A presença indígena na ficção brasileira”. In: *Intinerários*, Araraquara, nº 11, 1997. p. 49.)

temática indígena: *Segundos Cantos e Sextilhas de Frei Antão*, de 1848, e *Últimos Cantos*, de 1851. Em *Segundos Cantos*, o autor usa as notas basicamente para explicar algumas de suas escolhas ao longo do período da escrita. Em *Últimos cantos*, as utiliza para traduzir alguns termos e objetos indígenas, citando, porém, pouca bibliografia. Essa fórmula foi incorporada por Gonçalves de Magalhães na sua obra *Confederação de Tamoios*, de 1856. Nela, o autor usa o espaço das notas para traduzir termos e para fundamentar casos em que o leitor pudesse duvidar da narrativa, como, por exemplo, o fato dos índios Tamoios serem considerados bons cantores e possuírem talentos poéticos, algo que poderia causar estranheza no leitor:

Diz Rocha Pitta, apoiado em uma tradição, que as águas do Carioca têm a virtude de dar boas vozes aos músicos. Vem esta crença dos Índios, por quanto os Tamoios, que habitavam o Rio de Janeiro, eram mui dados à música, e mui conhecidos e estimados entre todos os selvagens pelo seu trabalho poético, como afirma Gabriel Soares. Por muito tempo foram os filhos do Rio de Janeiro apelidados Cariocas por causa do grande chafariz da sua capital, onde correm as águas desse rio, se bem que já hoje misturadas com as de outros: e sabem todos quando os Fluminenses amam e cultivam a música e a poesia; e nisto como na bravura, no amor da pátria e liberdade, parecem-lhe com os antigos Tamoios.²³⁹

Gonçalves de Magalhães procura exprimir veracidade para seu texto a partir dos antigos cronistas Rocha Pitta e Gabriel Soares, ao mesmo tempo em que cria uma origem mítica para o bom gosto dos fluminenses para a música. Cria-se de forma, quase que genealógica, a base da cultura e da bravura fluminense, calcada na origem nobre na tribo Tamoio. A fórmula das notas foi seguida também por José de Alencar em seus romances indianistas - *O Guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*. Em suas notas, o autor manteve características semelhantes aos seus antecessores, ao fundamentar as bases da nação no texto ficcional e traduzir termos indígenas. Entretanto, José de Alencar ao usar as notas, foi ainda mais sistemático que Gonçalves Dias ou Gonçalves de Magalhães. Além das fontes tradicionais, como as *Crônicas da Companhia de Jesus*, José de Alencar utilizou textos mais contemporâneos a ele, tais como as obras de Aires de Casal e cronistas protestantes como Lèry. José de Alencar urdia uma narrativa embasada no campo da história e com uma forma própria de escrever tentou forjar ainda uma maneira próxima à linguagem falada no Brasil.

²³⁹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *A Confederação de Tamoios*. Rio de Janeiro: Typog. Dous de Dezembro, 1856. p. 341

Machado de Assis, ao escrever uma literatura voltada para a temática indígena, apropriou-se da fórmula das notas, visto que era muito utilizada pelos indianistas. As notas eram uma forma de Machado explicar à maneira dele algumas das inspirações para poesias e inserir as informações que incorporou na coletânea. As informações das notas não são meros detalhes na coletânea poética *Americanas*, representam um artifício machadiano para realizar uma espécie de dupla narrativa. Por essa razão, esse capítulo tem como proposta lançar luz sobre as últimas páginas da edição da coletânea, onde se encontram as notas explicativas. Propomos entender as diferentes atribuições para as notas machadianas, bem como inseri-las num diálogo com a tradição indianista, precursora desse espaço para urdir um relato duo, ficcional e científico. Também procuramos inserir o autor num debate com a história e a tarefa política do maior centro de produção historiográfica do século XIX, o IHGB.

Concílio entre história e literatura

Na produção intelectual do século XIX havia intensa aproximação entre história e literatura. Sobretudo no Romantismo brasileiro, pois o movimento indianista mantinha um debate que se consolidava entre a história e a literatura. Na história, tivemos o nascimento do IHGB e uma etnografia com fins de reconstituir o passado nacional. E na literatura com homens como Gonçalves Dias e José de Alencar surgiram obras com intuito de se criar referências da nação com personagens tipicamente brasileiros de acordo com a sociedade e a historiografia nacionais. Sobre essas construções literárias ou historiográficas, devemos ter como referência que os dois ofícios são essencialmente operações políticas. Conforme Bernardo Ricupero afirmou, em *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil*, tanto a história como a literatura, “ordenam dados, elaboram quadros inteligíveis”, selecionam “fatos e valores” de forma política. Além disso, se tratando de uma literatura do século XIX, devemos considerar que nessa época, “passou a ser bastante comum romances reivindicarem a condição de realistas”. Sobretudo quando a literatura intervinha na história, estabelecendo como inspiração “muitos de seus temas e problemas, o que é particularmente verdadeiro quando os dois campos não estão bem definidos”²⁴⁰. Tendo essa aproximação em vista, fazia-se mister que, no século XIX, se criasse na literatura

²⁴⁰ RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil* (1830-1870). São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 141.

formas e técnicas típicas de um romance nacional. Nesse contexto, a obra indianista de José de Alencar torna-se fundamental para a análise dos limites entre a literatura e a história que se pretendia construir para a nação.

José de Alencar consegue levar a literatura indianista para um novo patamar. Tivera tempo para estudar e criticar seus antecessores, tais como Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias, e, de acordo com aquilo que julgou insuficiente na literatura dos autores da *Confederação de Tamoios* e *Os Timbiras*, pôde organizar ideias acerca do romance brasileiro. A contribuição de Alencar para o romance nacional está em obras como *O Guarani* e *Iracema*, nos quais ele pôde reinventar o indianismo com formar próprias de escrever. Alencar distanciava-se da forma clássica de versos de Gonçalves de Magalhães, que pareciam imitar as grandes epopeias tradicionais da fundação de grandes civilizações como a grega, a romana, dentre outras. Além disso, Alencar, ao incorporar termos indígenas e escrever de forma mais simples, tentou forjar uma língua portuguesa que seria próxima à maneira de falar no Brasil. Uma das maiores contribuições de José de Alencar para a literatura foi o estilo de linguagem novo que, “sem perder a correção gramatical”, se aproximava da “maneira brasileira de falar”, segundo Antonio Candido, criava por meio da diferenciação linguística uma suposta “independência estética em relação a Portugal”²⁴¹. A questão linguística foi cara aos românticos de modo geral, segundo Sílvio Elia em “Romantismo e Linguísticas”. A fim de conhecer as origens da nação, houve ensejo para pesquisas linguísticas, ou seja, conhecer um país era também conhecer a língua que se falava²⁴². No Brasil, isso ocorre em dicionários linguísticos com significados de termos tupis publicados na *Revista do IHGB*, dentre outros periódicos²⁴³. Esses dicionários sem dúvida foram inspiradores para José de Alencar.

A partir das notas, a literatura indianista possibilitava um mergulho na origem da nacionalidade. Segundo Flora Süssekind, os textos dos viajantes provocava “confiabilidade”, porque primeiramente era uma “experiência da viagem” e por seu um

²⁴¹ CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, SP, 2002. p. 63.

²⁴² ELIA, Sílvio. “Romantismo e linguística”. In: GUINSBURG, Jacob (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978. pp. 113-135.

²⁴³ Algumas *Revistas do IHGB* possuem dicionários léxicos com termos indígenas, cujos principais troncos são o Tupi-Guarani e Macro-Jê. Segundo Dantielli Garcia e José Nunes, “a elaboração/divulgação de vocabulários bilíngues pela *RIHGB* está relacionada à formação de uma história do Brasil que busca constituir uma identidade aos brasileiros, com um passado linguístico de origem indígena”. GARCIA, Dantielli Assumpção e NUNES, José Horta. “Vocabulários de línguas indígenas na *Revista do IHGB*: o processo de gramatização”. In: BARROS, Lídia Almeida e ISQUEREDO, Aparecida Negri. (orgs). *O léxico em foco: múltiplos olhares*. São Paulo: Editora Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 154.

“olhar de estrangeiro”²⁴⁴. Quando alguns dos literatos do século XIX apropriam-se dos relatos, “não há propriamente um diálogo crítico”, não obstante há uma “absorção pragmática, do que “serve” ao projeto de afirmação de uma literatura nacional”, portanto se exclui dados que não queriam que fossem transmitidos. Flora Süssekind percebe principalmente que, tanto na ficção do século XIX, quanto nos relatos de viagem, havia “a necessidade de uma reiterada afirmação de verdade e confiabilidade do narrador”²⁴⁵. Esse tipo de recuo histórico e a incorporação das fontes no texto literário inseria um caráter de verossimilhança, tornando o relato mais legítimo aos olhos do leitor - que era convencido da nobreza do indígena. As notas pareciam representar um selo de veracidade, uma vez que continham dados científicos. De acordo com Mirhiane Abreu, a função da nota de rodapé alencariana era “solidificar a imagem heroica da origem do país”, fazendo circular, indiretamente, “a documentação da suposta virtude oral dos antecessores nacionais.”²⁴⁶ Conforme Mirhiane Mendes Abreu, o recurso da nota de rodapé é utilizado com uma segunda narrativa, com uma pretensa feição científica. O olhar de Alencar é como o do historiador, de acordo com Valéria Marco:

[...] os modos usados por Alencar para apropriar-se da crônica histórica contribuem decisivamente para esboçar as imagens que ele quer divulgar da história do país, para perscrutar como e por que romanceia certos dados e não outros, para tentar compreender que razões movem na escolha do alvo em que investe a sua imaginação.²⁴⁷

Assim, as notas de Alencar não são um pormenor, mas um espaço no qual o autor pode produzir sentidos de veracidade para a narrativa com intuito de afastar possíveis desconfianças do leitor. Sob esse prisma, Mirhiane Mendes Abreu indica que as notas valem-se como “recurso de compreensão do projeto de construção do Brasil”²⁴⁸. O escritor d’*O Guarani* buscava os textos dos primeiros “viajantes, missionários e cronistas” a fim de selecionar dentre as opções disponíveis os autores que gerassem “maior relevo ao retrato brasileiro almejado.”²⁴⁹ Desse modo, a partir do “respaldo dito científico” de autores como Aires de Casal e Baltasar da Silva Lisboa, o leitor poderia se render “às “evidências” de ter

²⁴⁴ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 49.

²⁴⁵ SÜSSEKIND, *op.cit.* p. 128-129.

²⁴⁶ ABREU, Mirhiane Mendes. *Ao pé da páginas: a dupla narrativa em José de Alencar*. 2002. 185 p. Tese (doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, SP. p. 10.

²⁴⁷ MARCO, Valéria. *A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. p. 35.

²⁴⁸ ABREU, *op.cit.* p. 57.

²⁴⁹ ABREU, *op.cit.* p. 58.

havido num passado remoto um índio herói.”²⁵⁰ Nessa perspectiva, as notas tomam caráter educativo ao apresentar comprovação de autores respeitados. Sobre as notas de Alencar, Mirihane Mendes Abreu sintetiza a discussão:

O olhar que Alencar dirigiu ao passado será o ideal; entretanto, trata-se de um ideal documentado, fazendo com que a narrativa constantemente se harmoniza com as notas. Os rodapés exercem a função determinada de criar conjuntos significativos que interagem entre si e explicam a imagem da história nos romances alencarianos, alimentada em torno de dois pontos essenciais: o registro de personagens, compreendidas numa perspectiva biográfica, e seus comportamentos, descritos sob a ótica exemplar. A observação desses elementos leva-o a estabelecer estrutura épica no livro (uma vez que ressalta os feitos dos chamados “grandes homens” do passado, pensando sempre na visão romântico-nacionalizante que fundamentou sua escrita) e a vincular a arte à realidade palpável, isto é, aquela que se pode comprovar.²⁵¹

Em suma, Alencar cria um exemplar de romance de fundação, com a dinâmica de circularidade entre memória e esquecimento. Alencar mistura sua narrativa com lendas e textos históricos, dessa forma, segundo Lucia Helena em *A solidão tropical*, o autor “resolve o problema da verossimilhança”. Assim, memória e esquecimento são as duas faces da ficção que se propõe criar um “imaginário nacional incumbido de cimentar as diferenças raciais, de classe e ideológicas”²⁵². Com a narrativa dupla na qual incorpora documentos históricos e lendas, Alencar demonstra domínio da retórica romântica de criar uma identidade nacional legítima.

As notas machadianas

Machado de Assis em *Americanas* dialoga com a tradição indianista com muitas ressalvas e resignificações, de tal modo que amplia a discussão do lugar do indígena. Ao bailar com as obras tradicionais, Machado de Assis também utiliza de recursos similares, a fim de urdir sua própria versão indianista. Dentre os recursos da tradição indianista aproveitados por Machado está o emprego de notas no final da edição de *Americanas*. Tais notas tinham para o autor diversas aplicações. Ao longo do texto, analisamos algumas das utilidades das notas machadianas em *Americanas*, partindo da hipótese de que o autor mantinha contato direto com a literatura de José Alencar. Havia diversas funções para suas

²⁵⁰ ABREU, *op.cit.* p. 64.

²⁵¹ ABREU, *op.cit.* p. 117.

²⁵² HELENA, Lucia. *A solidão tropical: o Brasil de Alencar e da modernidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 108.

notas, a principal parece ter sido imitar a tradição, a fim de afugentar as dúvidas e desconfiças dos leitores acostumados com maiores explicações dos autores.

Ao final da edição de *Americanas* encontramos 28 notas, organizadas por letras. Para o leitor saber onde a nota se encaixa, há na frente de cada uma delas o verso que Machado de Assis julgou requerer maior explicação. Algumas das notas são bem parecidas com as de José de Alencar, em *Iracema*, sendo uma delas igual, que serve para indicar o significado de *anajê*, que ambos os autores traduzem como “gavião”. Para compreender as diferentes notas de Machado, partimos do diálogo com as notas de José de Alencar, que as usavam principalmente para traduzir termos indígenas. Machado de Assis, por sua vez, amplia a função das notas, afirmando não querer utilizá-las para traduzir termos indígenas:

É ocioso explicar em notas o sentido desta palavra [cauim] e de outras, como *pocema*, *muçuruna*, *tangapema*, *canitar*, com as quais todo leitor brasileiro está já familiarizado, graças ao uso que delas têm feito poetas e prosadores. É também desnecessário fundamentar com trechos das crônicas a cena do sacrifício do prisioneiro, na estância XI; são cousas comezinhas.²⁵³

O autor parece debochar da literatura indianista que, de tanto desgastar-se para utilizar termos indígenas, já acostumara o leitor com significados mais comuns, afirmando, assim, que não precisava mais perder tempo com isso. Além disso, afirma que não iria “fundamentar” a partir das crônicas dos colonizadores os costumes mais comuns utilizados na literatura. Ao fazer essa afirmação, Machado referia-se ao trecho em que ocorre o sacrifício de um índio da nação Guaianá, no poema “Potira”. Contudo, ao longo das notas, percebemos que o autor decide “fundamentar” uma série de episódios e costumes indígenas utilizando textos tomados como científicos. Ao demonstrar de onde havia tirado algumas das histórias para sua coletânea, Machado consegue dar um passo diferente de Alencar que, em suas obras, utilizava basicamente documentos legados pelos cronistas, e raríssimos textos de seus contemporâneos. O autor de *Americanas* também utilizou obras desde autores como Padre Anchieta, Simão de Vasconcelos, Padre João Daniel, Fernão Cardim, mas também dialogou, e muito, com autores do próprio século XIX, tais como Ferdinand Dênis e Aires de casal e, fazendo referências ainda à *Revista do IHGB*²⁵⁴.

²⁵³ ASSIS. Machado de. *Americanas*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1875. p. 198-199.

²⁵⁴ Há evidências que José de Alencar também dialogou com a produção do IHGB, embora não tenha citado claramente. Isso se dá primeiramente porque “grande parte de suas fontes históricas circulavam na revista do Instituto”. E em outro momento, pode-se especular sobre a escolha de Antônio Mariz como fidalgo d’*O Guarani* e a relação do romance com a história. De acordo com Valéria Marco, foi publicada numa *Revista do IHGB* em 1854, “uma notícia sobre Dom Antônio Mariz” escrita por Joaquim Norberto. Valéria Marco

Machado de Assis já usava as notas em suas coletâneas de poesias anteriores, mas em *Americanas*, o poeta foi mais sistemático na utilização desse recurso²⁵⁵. O autor, em sua literatura indianista também modificou o uso da nota ao atribuir a elas outras funções, tais como fazer uma discussão bibliográfica entre autores, dar explicações sobre os motivos de ter escrito sobre determinados episódios e, finalmente, oferecer também créditos aos excertos e autores citados, fossem eles históricos ou literários. Ao fazer isso, Machado conseguia dar informações mais completas que José de Alencar, por vezes citando, tal como um historiador, o autor, a obra, e o capítulo usado. Vale ressaltar que Machado de Assis parecia não ter o compromisso de verossimilhança proposto por Alencar, pois as notas machadianas, em *Americanas*, não serviam para respaldar o índio que se queria construir como símbolo na nação, mas carregavam consigo o rastro da autenticidade histórica para legitimar a imagem do nativo que se pretendia forjar. Machado de Assis tentava forjar verossimilhança para o seu índio que acreditava ser próximo do real, seu índio plausível como ser humano. Desse modo, o autor amparava, de alguma forma, suas escolhas a partir da “comprovação histórica”, mostrando que as narrativas eram episódios possíveis. Ao tecer sua própria verossimilhança, agregando suas narrações no campo histórico, o autor também parecia ter intenções de fundamentar as suas construções literárias. Além disso, o autor conseguia manter a tradição de Alencar, eliminando a desconfiança do leitor habituado ao indianismo alencariano e suas comprovações alicerçadas em documentos históricos. Podemos entrever isso desde a primeira nota da coletânea, referente à “Potira”, nessa nota há uma discussão entre cronistas da época da colonização:

Simão de Vasconcelos não declara o nome da índia, cuja ação refere em sua *Crônica*. Achei que não foi o caso desta tamoia o único em que tão galhardamente se manifestou a fidelidade conjugal e cristã. O padre Anchieta, na carta escrita ao padre-mestre Lainez, a 16 de abril de 1563, menciona o exemplo de uma índia, mulher de colono, a qual, depois de lho matarem os índios, caiu em poder destes, cujo Principal a quis violentar. Ela resistiu e desapareceu. Os índios fizeram correr a voz de que se matara; Anchieta supõe que eles mesmos lhe tiraram a vida. Caso análogo é referido pelo padre João Daniel (*Tesouro descoberto no*

afirma que “da crônica histórica Alencar quer resgatar a imagem singular de um fidalgo português caracterizado como valoroso guerreiro e perfeito súdito.” Cf.: MARCO, Valéria. *A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. p. 46-50.

²⁵⁵ A coletânea *Crisálidas* possui 11 notas e *Falenas* possui 7, tanto as notas da primeira como as da segunda têm as mesmas funções: para explicar referências literárias as quais os versos aludem, para dar créditos aos autores originais de suas traduções. (ASSIS, Machado de. *Toda poesia de Machado de Assis*; organização e prefácio: LEAL, Cláudio Murilo. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Amazonas, p. 2^a, cap. III); essa chamava-se Esperança e era da aldeia Cabu.²⁵⁶

Nessa nota, o autor esclarece a inspiração da poesia “Potira”, ao passo que indica outros autores que escreveram sobre casos análogos. Desse modo, Machado de Assis parece demonstrar como o episódio que narrou era plausível e até mesmo foi um caso comum, comprovado por diversos autores de lugares diferentes. Notas parecidas são encontradas em outras poesias com temática indígena, tomamos como exemplo o caso de “Niani”, poesia na qual temos índios convivendo entre si, mas o autor indica uma possível aproximação da tribo com colonizadores. Na poesia, os índios guerreiros na nação Guaiacuru utilizam lança e facão, armas típicas de portugueses e espanhóis, para justificar o uso dessas armas, o autor cita em nota o historiador Rodrigues Prado:

“Estas duas armas (lança e facão) têm sido tomadas aos portugueses e espanhóis, e algumas compradas a estes que inadvertidamente lhas têm vendido”. (RODRIGUES PRADO, *História dos Índios Cavaleiros*).²⁵⁷

Esse excerto é encontrado no primeiro artigo do Tomo I da *Revista do IHGB*²⁵⁸. E, ao incorporá-lo na coletânea, Machado também forjava veracidade em sua poesia, o justificando costumes de seus índios, mas não com pretensão de criar um guerreiro próximo ao cavaleiro medieval como fizera Rodrigues Prado e posteriormente José de Alencar. Em “Niani”, presenciamos um dos raros momentos em que o autor decide explicar termos. Machado às vezes demonstra o significado dos nomes de seus personagens, talvez para descrever de forma indireta um traço fundamental da característica de cada personagem. O autor explica o nome de Niani:

Nanine é o nome transcrito na *História dos Índios Cavaleiros*. Na língua geral temos *niaani*, que Martius traduz por *infans*. Esta forma pareceu mais graciosa; e não duvidei adotá-la, desde que o meu distinto amigo, Dr. Escragnolle Taunay, me asseverou que, no dialeto guaicurú, de que ele há feito estudos, *niani* exprime a ideia de *moça franzina, delicada*, não lhe parecendo que existia a forma empregada na monografia de Rodrigues Prado²⁵⁹.

²⁵⁶ ASSIS, *op.cit.* p. 197.

²⁵⁷ ASSIS, *op.cit.* p. 201.

²⁵⁸ PRADO, Francisco Rodrigues. “História dos índios cavaleiros ou da nação Guaiakuru”. In: *Revista do IHGB*, tomo I, nº 1, 3ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

²⁵⁹ ASSIS, *op.cit.* p. 201.

O diálogo com Taunay se deu por cartas como demonstramos no capítulo anterior²⁶⁰, a partir da nota de Machado podemos vislumbrar a pesquisa histórica do autor a fim de assegurar veracidade de fatos, dados e significados. Em outro momento de “Niani”, o autor nos mostra o possível significado de outro personagem da poesia, o amásio da protagonista Panenioxé:

Tratando de descobrir a significação de *Panenioxé*, conforme escreve Rodrigues Prado, apenas achei no escasso vocabulário gnaicuru, que vem de Aires de casal, a palavra *nioxé* traduzida por jacaré. Não pude acertar com a significação do primeiro membro da palavra, *pane*; há talvez relação entre ele e o nome do rio Ipané.²⁶¹

Dessa forma, Machado explana a impossibilidade de assegurar com precisão o significado do nome de Panenioxé. A fragilidade do significado nos demonstra o desejo do autor de procurar de fato um termo para a palavra do vocabulário indígena, elucidando um possível anseio por veracidade. Machado distanciava-se do modo de produzir notas de José de Alencar que, em suas obras, explicava termos sem citar claramente autores. Ao esclarecer o nome de Iracema, por exemplo, o autor mostra o significado sem sequer de fato informar de onde tirou a informação: “Iracema: em guarani significa lábios de mel, de *ira-* mel, e *tembe-* lábios. *Tembe* na composição altera-se e *ceme*, como na palavra *ceme iba*”²⁶². Além desse trecho, podemos tomar como exemplo outro fragmento de *Iracema*, na qual os índios Tabajaras estão festejando “Jaci”, a lua, “brandindo os arcos”, lançando ao céu uma “chuva de flechas” a fim de comemorar a lua nova. Em nota, José de Alencar explica esse costume: “Jaci: a lua. Do pronome *já-* nós, e *cy-* mãe. A lua exprimia o mês para os selvagens; e seu nascimento era sempre, por eles festejado”²⁶³. Já em “Lua nova”, poema que integra *Americanas*, Machado de Assis escreve sobre uma tribo de índios, possivelmente habitantes da Amazônia, e que também comemora a chegada da lua nova. O autor, ao explicar esse costume, citava a bibliografia utilizada:

...E na verdade tem ocasiões em que festejam muito a lua, como quando aparece nova; porque então saem de suas choupanas, dão saltos de prazer. Saúdam-na e dão-lhe as boas-vindas. (JOÃO DANIEL. *Thes. Descob. no Amaz.*, part 2ª, cap X).²⁶⁴

²⁶⁰ Correspondências de Machado de Assis: tomo II, 1870-1889 /coordenação e orientação Sergio Paulo Rouanet ; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. – Rio de Janeiro: ABL, 2009. (Coleção Afrânio Peixoto; v. 92). p.87.

²⁶¹ ASSIS, *op.cit.* p. 200-201.

²⁶² ALENCAR, José. *Iracema: a lenda do Ceará*. Rio de Janeiro: Typ. de Vianna & Filhos, 1865. p. 164.

²⁶³ Idem, p. 178.

²⁶⁴ ASSIS, *op.cit.* p. 208.

O fragmento citado por Machado de Assis encontra-se na exata parte que o autor indicou e fala dos costumes, da religião e da “vida dos índios do rio máximo Amazonas”²⁶⁵. Machado de Assis, ao explicar os costumes indígenas, demonstra de onde tirava as informações, era específico e mostrava exatidão ao mencionar a bibliografia ou os documentos utilizados. De tal modo que eleva o patamar da tentativa de gerar verossimilhança, que por vezes encontramos em *Americanas*. Os costumes dos indígenas foram fonte de inspiração para Machado e também um problema para abordar nas notas, ainda sobre a religião e os rituais dos índios, o autor preocupa-se em delinear os limites da tradição indianista e os fatos históricos:

Tinham os índios a religião monoteísta que a tradição lhes atribui? Nega-o positivamente o Sr. Dr. Couto de Magalhães em seu excelente estudo acerca dos selvagens, asseverando nunca ter encontrado a palavra *Tupã* nas tribos que frequentou, e ser inadmissível a ideia de tal deus, no estado rudimentário dos nossos aborígenes.

O Sr. Dr. Magalhães restituiu aos selvagens a teogonia verdadeira. Não integralmente, mas só em relação ao sol e à lua (*Coaraci e Jaci*), acho notícia dela no *Tesouro* do padre João Daniel (citado na nota a); e o que então faziam os índios, quando aparecia a lua nova, me serviu à composição que vai incluída neste livro.

Sem embargo das razões alegadas pelo Sr. Dr. Magalhães, que todas são de incontestável procedência, conservei *Tupã* nos versos que ora dou a lume; fi-lo por ir com as tradições literárias que achei, tradições que nada valem no terreno da investigação científica, mas que têm por si o serem aceitas e haverem adquirido um como direito de cidade.²⁶⁶

Nessa nota de “Potira”, num momento que usava o termo “*Tupã*”, o autor julgara necessária a discussão sobre a existência ou não desse deus criado pela tradição. O autor refere-se à obra *Viagem ao Rio Araguaia*, de Couto Magalhães, publicada em 1863. Nesse trecho, o autor demonstra o limite entre literatura e ciência, limite tão procurado por alguns autores realistas do século XIX, e que pode ser percebido na suposta necessidade de comprovação de plausibilidade. Embora demonstre consciência de que “*Tupã*” era uma

²⁶⁵ DANIEL, João. “Da lei dos índios do Rio Amazonas”. In: *Tesouro descoberto do Rio Amazonas*. Introdução de Leandro Tocantins. Relatório da diretora da Biblioteca Nacional, 1975. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional 1976, pp. 236-240.

Tesouro descoberto no rio Amazonas foi escrito pelo Padre Jesuíta João Daniel entre 1757 e 1776. Segundo Leandro Tocantins na introdução da cópia existente na Biblioteca Nacional, o padre escrevera a obra em cárcere em Lisboa, estava preso por ordem nas leis pombalinas. Se trata de uma livro de memórias da estadia do Padre em alguns lugares da Amazônia Tropical. E talvez por se tratar de uma obra posterior à expulsão dos Jesuítas do território brasileiro, o estilo do autor é diferente das “crônicas sobre sucesso particulares, viagens, missões da Companhia de Jesus”, e consegue traçar uma “peça composta em várias potências de sentidos” ao voltar-se para a natureza e os povos habitantes da terra, escrevendo por vezes uma “vertiginosa experiência ecológica”, e porque não dizer também social. (TOCANTIS, Leandro. “A Bíblia ecológica do Padre João Daniel”. In: DANIEL, João. *Op.cit.* pp. 7-24.

²⁶⁶ ASSIS, Machado de. *op.cit.* p. 198.

invenção, o autor preferiria seguir a tradição que consolidara esse deus indígena. Assim, Machado demonstrava como dialogava com a tradição indianista e sinalizava que, mesmo duvidando de alguns dos termos e costumes criados pela literatura romântica de Gonçalves Dias e José de Alencar, ainda iria segui-los em *Americanas*, pois eram escritos consagrados e reconhecidos pelo público. Ao mostrar que a tradição havia criado mitos que o público acabou por tomar como verdadeiro, Machado evidenciava a fragilidade do uso indiscriminado das fontes, como feito por José de Alencar. Todavia o autor mostrava-se também com o propósito de forjar uma plausibilidade para seus versos. O autor demonstrava querer caminhar entre a “verdade” e o “acerto”, sobretudo ao utilizar ao longo de suas notas termos como: “verdadeira”, “informações geralmente exatas”, “ar de verossimilhança”. Machado de Assis por alguma razão pretendeu seguir o “lastro de veracidade” da literatura de Alencar, seja para imitar a tradição a fim de tirar a desconfiança do leitor ou para quiçá debochar do fato de alguns indianistas tentarem imprimir voz de autoridade num texto ficcional.

No lastro da história

Após a publicação de *Falenas*, os críticos de Machado de Assis pediram que o literato se voltasse para temas e personagens tipicamente nacionais. Os críticos sugeriram que o autor fluminense se inspirasse em trabalhos sobre a história do Brasil para que então pudesse escrever uma literatura mais próxima aos temas brasileiros e assim dar sua contribuição para as letras nacionais. Em *Americanas* podemos perceber que parte das exigências foram acatadas, Machado de Assis demonstra ter pesquisado em diversas fontes a história do Brasil para escrever uma coletânea de “poesias americanas”. A evidência da pesquisa encontra-se nas notas no final da coletânea, nas quais há citações e referências de diversos autores que escreveram parte da história do Brasil, fossem eles cronistas como Simão de Vasconcellos ou pesquisadores do século XIX como Aires de Casal. Buscar inspiração em textos que abordavam a história brasileira foi uma das sugestões recebidas por Machado de Assis e dentre os escritos historiográficos a que recorreu para confeccionar sua coletânea poética estava a leitura das *Revistas do IHGB*. Na poesia “Orizes”, por exemplo, Machado de Assis esclarece que foi o Barão de Santo Ângelo que na época da publicação de *Falenas* chamou a atenção dele para a história dessa tribo do

sertão da Bahia, informação que se encontrava no oitavo tomo de uma *Revista do IHGB*²⁶⁷. Se por conta da crítica ou não, o fato é que Machado deixou indícios de que se interessava pela leitura da *Revista do IHGB*. Exemplo disso é que em 20 de outubro de 1871, Machado de Assis escrevia uma carta à Fernandes Pinheiro agradecendo a coleção de *Revistas* recebidas por ele²⁶⁸. Segue abaixo o trecho específico sobre as *Revistas do IHGB*:

Estou de posse da coleção de Revistas, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a pedido do seu ilustrado 3.º vice-presidente, o *Senhor Doutor Joaquim Norberto de Sousa e Silva*, resolveu me fosse remetida.

Rogo a *Vossa Senhoria* queira transmitir à ilustre associação, de que é muito digno secretário, os meus cordiais agradecimentos.²⁶⁹

Com a posse de uma coleção de *Revistas*, Machado inicia um diálogo com a produção do IHGB. Ao longo da coletânea, Machado de Assis tenta se aproximar de um índio histórico, considerado inviável para a civilização e se distancia da construção dos literatos indianistas que criaram um guerreiro quase medieval. A produção historiográfica do IHGB, desde o princípio, abordava a questão indígena, uma vez que isso significava, entre outras coisas, estudar a população do Império. Uma sociedade constituída por nações indígenas e por uma imigração originada pela escravidão parecia representar obstáculos para a manutenção do projeto nacional. Sem dúvida uma das instituições mais importantes para “traçar a gênese da nacionalidade brasileira” foi o IHGB, cuja fundação ocorreu em 1838. Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães, o IHGB tinha como proposta, desde a sua inauguração, realizar um projeto moderno cujo caráter era a “soberania do princípio nacional enquanto critério fundamental definidor de uma identidade social”²⁷⁰. Dessa forma, segundo o autor, os homens do Instituto Histórico empenhavam-se em “escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador”²⁷¹.

²⁶⁷ ASSIS, *op.cit.* p. 209.

²⁶⁸ De acordo com a edição da ABL das correspondências completas de Machado de Assis, o original dessa carta se encontra no arquivo do IHGB. (Correspondência de Machado de Assis: tomo II, 1870-1889 /coordenação e orientação Sergio Paulo Rouanet ; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. – Rio de Janeiro: ABL, 2009. (Coleção Afrânio Peixoto; v. 92). p. 36.)

²⁶⁹ Correspondência de Machado de Assis: tomo II, 1870-1889 /coordenação e orientação Sergio Paulo Rouanet ; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. – Rio de Janeiro: ABL, 2009. (Coleção Afrânio Peixoto; v. 92). p. 35.

²⁷⁰ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. n.1, 1998, pp. 5-27. p.7.

²⁷¹ GUIMARÃES. *op.cit.* p. 10.

A partir da década de 1850, o IHGB se profissionalizou ainda mais, de tal maneira que os estudos de ordem etnográfica e arqueológica tinham como função tratar a história como um “processo linear e marcado pela noção de progresso”, de forma que poderiam “explicitar para o caso brasileiro essa linha evolutiva”. Assim, os intelectuais do IHGB se voltavam para estudos das nações indígenas, para que a suposta inferioridade indígena em relação ao branco fosse justificada cientificamente. Essa perspectiva gerou uma disputa entre os campos históricos e literários, sobretudo marcada pela presença de Varnhagen. Segundo Varnhagen, o indianismo vinculava “ideias que acabam por ser subversivas” porque trabalhava com a ideia do índio como portador da “brasilidade”²⁷². A perspectiva desse historiador era radical, Varnhagen em sua ideologia “anti-indianista” se posicionava favorável ao cativo indígena²⁷³. Machado de Assis, por sua vez, demonstra ser contrário às ideias do historiador, o literato tinha consciência que a nacionalidade brasileira não poderia ser entendida exclusivamente nos povos indígenas, todavia não poderia excluí-los do projeto de nação. Em seu “Instinto de Nacionalidade”, de 1873, Machado de Assis se inseria nesse diálogo ao ironizar o Sr. Varnhagen e seus partidários que negavam tudo “aos primeiros povos deste país” e por essa razão, eles deveriam excluir os índios da poesia. Mas se considerarmos a obra de Gonçalves Dias, inclusive publicada no IHGB, e os escritos de Couto de Magalhães, autor de *Viagem ao Rio Araguaia*, de 1863, não seria “lícito arredar o elemento indiano da nossa aplicação intelectual”. Do mesmo modo que não eram “exclusivo patrimônio da literatura brasileira”, seria um “erro” a “absoluta exclusão”²⁷⁴. Dialogar com o IHGB também implicava em discutir com diferentes perspectivas encontradas no seio do Instituto.

Mesmo depois de *Americanas*, Machado continuou em outros momentos de sua carreira literária com uma interlocução com a história. Jefferson Cano, em “Machado de Assis, historiador”, reflete sobre os “possíveis fragmentos de um debate” entre Machado e Capistrano de Abreu “sobre o sentido histórico e político da literatura”²⁷⁵. A literatura era, para Capistrano de Abreu, “uma expressão da sociedade”. Segundo Jefferson Cano, sendo esse historiador um “franco admirador de Comte e Spencer, isto significaria que a análise

²⁷² VARNHAGEN. Apud. GUIMARÃES, *op.cit.*, p.12.

²⁷³ KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.. P. 164-165.

²⁷⁴ ASSIS, Machado de. “Notícia da atual literatura brasileira- Instinto de Nacionalidade”. In: *O Novo Mundo*. New York, 23 de março de 1873, vol. III, nº 30. pp. 107-108.

²⁷⁵ CANO, Jefferson. “Machado de Assis, historiador”. In: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 38.

da literatura era passível de rigor científico, do mesmo método próprio da análise sociológica”. Por outro lado, é possível que, para Machado de Assis, fosse “exatamente o oposto, que era a própria obra literária que podia servir à análise da sociedade”. A fim de comprovar seu argumento, Jefferson Cano estabelece como objeto central de seu texto a interlocução de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* com a história. Segundo Jefferson Cano, em *Memórias*, Machado pode ter escrito uma espécie de alegoria que “apresentava uma história do Brasil (Brás), ou de uma representação do Brasil a partir de um olhar particular das classes proprietárias”. Além disso, também “dialogava com toda uma produção historiográfica já estabelecida e com a qual Machado devia estar familiarizado.” O autor de *Memórias póstumas* assumia um “debate com os historiadores contemporâneos a respeito do caráter que deveria assumir uma “história nacional”.”²⁷⁶ Assim, Jefferson Cano entende a narrativa de *Memórias póstumas* como sendo uma “crítica ao conceito de história nacional”. Ao se debruçar sobre a construção da genealogia de Brás Cubas, Jefferson Cano percebe o esforço de Cubas em criar a própria história familiar pautada numa grandeza e eliminando os antepassados que não colaborariam para a nobreza e criando outros parentes fidalgos²⁷⁷. Ao “criar para si uma genealogia mais de acordo com sua riqueza”, segundo Jefferson Cano, constitui-se numa espécie de “ideia fixa” nos três primeiros capítulos do livro de *Memórias*. Essa também fora a “ideia fixa” da criação do IHGB, narrar a história da nação e colaborar para a formação da identidade nacional, silenciando os agentes que se queria enterrados, evidenciando e selecionando fatos que fossem símbolos de grandeza. O projeto do IHGB e “seu sentido político”, encontrava a partir da década de 1870, “elementos pelos quais se fazia a crítica de história”²⁷⁸. Em *Memórias póstumas*, Machado parece, entretanto, não remeter a discussão com a história para algum membro específico do IHGB. O que Jefferson Cano aponta “é a existência de duas concepções distintas de história, que neste momento mostram-se opostas, e cujos maiores expoentes foram Varnhagen e Capistrano de Abreu”²⁷⁹:

E se, às portas da década de 80, Machado podia desacreditar uma história que ele via entre a inventiva e a falsificação, era por compartilhar de uma outra concepção de história, por assim dizer “mais moderna”, em que o valor dos ensinamentos morais e políticos, da “volúvel história que dá pra tudo”, já fora superado pelo conhecimento cujo valor não se resume à utilidade, e no qual a verdade suplantara a verossimilhança da narração.

²⁷⁶ CANO, *op.cit.* p. 38.

²⁷⁷ CANO, *op.cit.* p. 41.

²⁷⁸ CANO, *op.cit.* p. 55.

²⁷⁹ CANO, *op.cit.* p. 58.

Esta, paradoxalmente, a concepção de história que Machado expressava através da literatura, mostrando, ao mesmo tempo, sua discordância com relação a uma historiografia “positiva”, que emergia pleiteando uma censura completa entre ciência histórica e o discurso literário, e que não podia também compreender que um romance fosse veículo adequado para propor a explicação de uma realidade social, e seu processo de transformação, como fazia Machado.²⁸⁰

Retomando aqueles primeiros anos da década de 1870, vemos Machado de Assis utilizando de fontes do século XVI ao XVIII e, desse modo, realizando uma interlocução entre as diferentes perspectivas dos autores, contribuindo assim com a discussão a partir de obras historiográficas escritas em diferentes contextos. Das histórias narradas em *Americanas*, das quais o autor indica especificamente de onde tirou inspiração, está “Potira”, “Lua Nova”, “A última jornada”, “Niani” e “Os Orizes”. Essas duas últimas são importantes para compreender o outro lado do diálogo machadiano com as *Revistas do IHGB*. O autor indica que ambas foram inspiradas em artigos da *Revista*²⁸¹. Outro momento de diálogo entre Machado e as revistas do IHGB encontra-se no poema *O Almada*, que embora não tenha sido inspirado numa produção historiográfica do IHGB, possui em suas notas interlocução com a *Revista*. *O Almada* é um “poema herói-cômico” com teor histórico, inspirado em um texto da obra *Anais do Rio de Janeiro*, de Baltazar da Silva Lisboa²⁸².

²⁸⁰ CANO, *op.cit.* p. 58.

²⁸¹ Além disso, as diferentes fontes do tempo colonial, tais como os textos de Anchieta, Antonio Vieira, João Daniel, Gabriel Soares de Souza, eram publicados dentro da *Revista do IHGB*, segundo Kaori Kodama. Portanto, é possível pensar que Machado tivesse acesso a algumas das fontes dos primeiros cronistas por meio da *Revista* e não necessariamente tenha lido a obra original. Segundo Kodama, alguns dos textos dos cronistas eram coligidos por Gonçalves Dias. Os trabalhos dos cronistas jesuítas eram importantes porque dentre as preocupações dos intelectuais estava a conversão dos indígenas, crucial para o progresso dessa população. (KODAMA, *op.cit.* p. 113.)

Ainda sobre a publicação de fontes coloniais na *Revista do IHGB*, Flora Sússekink nos alerta para o fato que para a época, eram textos recentes, afinal alguns desses documentos foram publicados pela primeira vez para o público geral no século XIX, na *RIGHB*. Segundo a autora em *O Brasil não é longe daqui*, o uso das fontes históricas na literatura era, porque “em parte pelo fato de serem essas as fontes de consulta obrigatórias para quem quer que pretendesse escrever sobre o Brasil colonial”, mas ainda devemos considerar como as fontes de Alencar eram recentes para a época. Segundo Flora Sússekink, “a maior parte desses tratados, cartas e informes sobre o país entre os séculos XVI e XVIII”, eram publicações recentes, sendo reveladas no século XIX. (SÚSSEKIND, Flora. *Op.cit.* p. 192)

²⁸² O caráter vil da dominação europeia fez com que Machado imprimisse um ar também violento em *Americanas*. Talvez por essa razão o autor excluiu o poema *O Almada* da coletânea. Com uma a narrativa que se passa durante a colônia, a poesia poderia estar facilmente na coletânea, e talvez fizesse parte do projeto de Machado integrá-la em *Americanas*. *O Almada* é de 1873, um trecho foi publicado na *Revista Brasileira*, pode ter sido excluída de *Americanas* porque trás em sua estrutura narrativa um humor que seria dissonante para a coletânea de 1875. O poema “tragi-cômico” de Machado seria publicado postumamente em *Outras Relíquias* em 1910. O poeta anuncia em sua “Advertência” que “o assunto deste poema é rigorosamente histórico”. Se trata de um episódio de 1659 no qual o tabelião Sebastião Ferreira Freire sofreu um atentado contra sua vida, os autores do delito eram protegidos do presbítero Manuel de Sousa Almada.

João Cezar de Castro Rocha, em “Machado de Assis, leitor (autor) da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*”, se propõe a analisar o diálogo do escritor fluminense com a produção do IHGB. João Cezar de Castro contribui com a discussão na medida em que compreende a ligação de Machado com a história em parte de sua obra. E afirma que a história na obra de Machado de Assis “não é um conjunto disciplinado de fatos, teleologicamente ordenado numa sequencia linear”, porém, é “texto, ou seja, uma forma narrativa determinada”²⁸³. De acordo com Castro Rocha o tipo de história conduzida pelo IHGB, que em suma era artigos relevantes para a nacionalidade, era um “farto material para a corrosiva ótica machadiana”, afinal, “o esforço de reunião do material revela, por contraste, a insuficiência da tradição que deveria estar na base de um tal Instituto”²⁸⁴. À luz disso, Castro Rocha tenta responder o questionamento se Machado seria leitor das *Revistas do IHGB*. Sem ter uma resposta satisfatória, o autor constata a existência de toda a coleção das revistas de 1839 até 1870 na biblioteca machadiana, e percebe anotações em algumas edições. Todavia, para Castro Rocha isso por si só, não garante que Machado tenha lido as *Revistas*. A cautela metodológica do autor é importante, porém, não considera que foi o próprio Machado de Assis que havia pedido a coleção e tampouco consegue responder o motivo de buscar as *Revistas do IHGB*. Ressaltamos também que o fato de não pesquisar a maneira como o autor dialogou diretamente com

Sebastião Freire foi prestar queixa ao ouvidor-geral Pedro de Mustre Portugal, que foi intimado por Almada que exigia que acabasse com a devassa. Como não obedecera ao Almada, o ouvidor foi excomungado, tendo que recorrer ao governador da cidade, Tomé de Alvarenga para que suspendesse sua pena de excomunhão. A inspiração, como havíamos dito anteriormente foi em cima de um trecho da obra *Anais do Rio de Janeiro* de Baltazar da Silva Lisboa, escrita entre 1834 e 1835. Machado de Assis afirma que acrescenta alguns detalhes, afinal isso era “de regra e direito fazer numa obra de imaginação”, mas o poeta busca, sobretudo, “o cômico onde ele estava”, ou seja, “no contraste da causa com os seus efeitos, tão graves, tão solenes, tão fora de proporção”. Machado é exagerado nos traços que fez do Almada, sua galhofa é destinada a esse representante do clero e dos colonizadores. O autor faz piada principalmente por causado final da história, no qual se descobre que a emboscada contra Sebastião Freire foi planejada pelo próprio Almada que queria se colocar no lugar de vítimas do “ódio popular”. Esse cômico não caberia em *Americanas*, nos quais os personagens não são os fidalgos da colônia e sim as vítimas do mundo senhorial.

ASSIS, Machado de. “O Almada”. In: *Outras Relíquias*. RJ: Garnier, 1910.

²⁸³ ROCHA, João Cezar de Castro. “Machado de Assis, leitor (autor) da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*”. In: JOBIM, José Luís. *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2001. p. 321.

²⁸⁴ ROCHA, *op.cit.* p. 324.

Cezar de Castro Rocha completa ainda: “Por fim, Machado concentrou sua reflexão na história que lhe era contemporânea e, ao fazê-lo, contrariava radicalmente a orientação dominante no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No incisivo questionamento de Lúcia Guimarães: “Como explicar que uma entidade, que se dizia voltada para o ‘esclarecimento de todos os brasileiros’, protelasse a divulgação de documentos importantíssimos sobre determinados fatos e personagens da história pátria recente, alegando aguardar o juízo do ‘tribunal da posteridade’ acerca dos mesmos?”(GUIMARÃES, 1995, 457). Ora, o projeto machadiano sem dúvida caminhava a contrapelo dessa prudente deliberação e contaminava a história contemporânea com sua irônica percepção dos processos estruturais negligenciados pela narrativa oficial, quase exclusivamente interessada no elogio da formação do Estado”. (ROCHA, *op.cit.* p. 327-328)

artigos do IHGB em sua poesia, pode ter prejudicado a conclusão de Castro Rocha, que afirmou que estudar Machado “leitor da *Revista do Instituto*, não [parecia] muito promissor”²⁸⁵. Machado pôde não ter lido toda a coleção, mas demonstra conhecer alguns artigos, pois os cita em notas e se apropria deles para escrever poemas para a coletânea *Americanas*.

Em “Orizes”, Machado de Assis se inspirou no texto de Monterroyo Mascarenhas, português que viveu no Brasil no século XVIII. O texto foi publicado no oitavo tomo da *Revista do IHGB*, intitulado “Os Orizes conquistados” e narra a história de uma tribo que habitava a Bahia, os eventos evidenciados são os que giram em torno da conversão dos Orizes Procazes, que ocorreu por volta de 1713. O subtítulo nos dá uma noção melhor do que o texto “Os Orizes conquistados” trata:

Notícia da conversão dos indômitos Orizes Procazes, povos habitantes e guerreiros do sertão do Brasil, novamente reduzidos à santa fé católica, e à obediência da coroa portuguesa. Com a qual se descreve também a aspereza do sítio da sua habitação, a cegueira da sua idolatria, e a barbaridade dos seus ritos.²⁸⁶

A publicação de obras como essas que fazem um elogio à ação dos padres católicos no processo de conversão dos indígenas têm como função evidenciar a possibilidade de civilização de algumas tribos, no caso dos Orizes, até mesmo as mais “bravias”. O texto de Mascarenhas evidencia a introdução paulatina da língua e da fé portuguesas na tribo, demonstrando a cultura “rude” dos Orizes, que possuíam certo “ódio da cristandade”. Aos poucos os indígenas foram cedendo ao Evangelho e o líder Ureth é aclamado como um homem que negociava vantagens para a tribo ao mesmo tempo em que conseguia impor limites para a aproximação dos padres. A conclusão do texto é o batismo dos quase 2000 membros da tribo, ganhando destaque a transformação do líder Ureth em Rafael. Machado de Assis ao apropriar-se desse episódio, prefere evidenciar outros aspectos. O autor não terminou sua história, mas podemos prever que o final seria o mesmo, a conversão dos indígenas, mas não sem muitas batalhas. Até o ponto que escreveu, o poema inacabado de Machado parecia querer transmitir a beleza dos modos “rudes” e a resistência à cultura europeia. O que Machado afirmava ser poético na história dos Orizes era a “aspereza dos costumes”, a “sua rara energia, as circunstâncias singulares da conquista e conversão da

²⁸⁵ ROCHA, *op.cit.* p. 325.

²⁸⁶ MONTERROYO, Joseph Freyre Mascarenhas. “Os Orizes Conquistados”. In: *Revista do IHGB*. Tomo VIII, 3º trimestre. 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1867. p. 494.

tribo”²⁸⁷. Por essa razão, o autor ao compor seu quadro poético, lança luz sobre a resistência dos indígenas frente à colonização. Subvertendo assim a ideia transmitida pela *Revista*, que, ao elogiar a conversão, tratava a tribo como “bárbara”.

A outra história claramente inspirada num artigo de uma *Revista do IHGB* foi “Niani”, que vem na primeira revista em “Índios cavaleiros ou da Nação Guayacuru”, de Francisco Rodrigues do Prado. O artigo na *Revista* é um relato sobre a tribo Guayacuru de modo geral. Ao longo das descrições sobre a cultura, os costumes, a organização social e econômica, os aspectos físicos da tribo, Rodrigues do Prado nos conta episódios isolados de alguns índios com quem conviveu nas margens do Rio Paraguai por volta do final do século XVIII. O autor dedicou um parágrafo para a história da índia Nanine ou Niani como Machado preferiu chamá-la. A partir do trecho a seguir Machado escreveu sua poesia:

Desde então cobriu-se Nanine de uma mortal melancolia, sendo seus olhos sempre chorosos. Assim se passaram três meses, quando um dia, estando deitada na sua rústica cama, lhes deram a notícia que seu desleal marido se tinha casado com uma rapariga de menor esfera. Senta-se então Nanine na cama, como arrebatada, chama para junto de si um pequeno índio que era seu cativo, e diz-lhe na presença de vários antecris: “És meu cativo, dou-te a liberdade, com a condição que chamarás toda a vida Panenioxé.” Então seus olhos deixaram correr dilúvios de lágrimas pelas suas tristes faces, que ela de envergonhada quis ocultar, mas o amor ofendido não o permitia. Parece que esta violenta contenda de duas poderosas paixões lhe motivou uma febre ardente, com a qual ao outro dia perdeu a vida²⁸⁸.

Dentro da lógica do artigo de Rodrigues do Prado, a história de Nanine surge como uma galhofa, um momento engraçado vivido na tribo dos Guaiakurus. O autor parecia querer provar seu argumento de que as mulheres Guaiakurus amavam em excesso e não possuíam temperança em alguns momentos de suas vidas. A indicação desse sentido pode ser encontrada no início da sentença quando o autor utiliza a expressão “a anedota seguinte”. Para Machado, a sofrimento da mulher, vítima do descaso do marido, não era piada. A poesia foi construída com tom melancólico, como sendo uma história de amor, ciúme e traição, de caráter universal, plausível de acontecer em qualquer lugar. Novamente Machado de Assis subverte as intenções dos autores dos artigos, imprimindo às histórias novos significados e sentidos.

²⁸⁷ ASSIS, *op.cit.* p. 207-208.

²⁸⁸ ASSIS, Machado de. *op.cit.* p. X; PRADO, Francisco Rodrigues. “História dos índios cavaleiros ou da nação Guaiakuru”. In: *Revista do IHGB*, tomo I, nº 1, 3ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. p. 26.

A coletânea *Americanas* foi, sem dúvida, um dos marcos da interlocução entre literatura e história na obra machadiana, na qual o autor evidencia críticas aos sentidos políticos da constituição da identidade nacional suscitada pelo Estado e institucionalizada no IHGB. Por fim, outro aspecto do sentido político das ideias do IHGB que Machado de Assis demonstra estar em oposição é a definição do “outro”. Entendemos que identidade se define na interação com o “outro”. Logo, na constituição de identidade nacional não seria diferente, e, para isso, segundo Manoel Salgado, “defini-se o “outro” desta Nação a partir do critério político das diferenças quanto às formas de organização do Estado”. À luz disso, os inimigos seriam “as repúblicas latino-americanas, corporificando a forma republicana de governo, ao mesmo tempo, a da representação da barbárie”. Evidentemente que a “oposição às repúblicas do continente trouxe consequências à política externa do Segundo Reinado e nos desdobramentos futuros da história da região”. Conforme Manoel Salgado, “é sobre esse pano de fundo mais amplo” que se encaminhavam as “reflexões acerca do Brasil”, “realizando a tarefa de sistematizar uma produção historiográfica capaz de contribuir para o desenho dos contornos que se quer definir para a Nação brasileira”²⁸⁹. Em tempo nos quais se declarava as Repúblicas latino-americanas como inimigas, em sua coletânea Machado incorpora a América num todo, demonstrando como sofreram o mesmo processo histórico violento de colônia. Ao entender a América como unidade, da qual o Brasil fazia parte, o poeta ainda parece sensibilizado pela guerra que havia arrasado o sul americano anos antes, a Guerra do Paraguai. A guerra e seus impactos pareciam ter afetado Machado que, em *Americanas*, interveio no sentido de pensar a unidade da América. Em *Americanas*, Machado de Assis vincula todo o continente no mesmo processo de história colonial e subjugação, embora houvesse quem tentasse eliminar a estirpe negativa da história do Império do Brasil. O “outro” não eram os vizinhos americanos, esse “outro” estava do outro lado do Atlântico, era a Europa, tão valorizada, mas que, ironicamente foi o algoz durante séculos de dominação, segundos os versos da coletânea estudada.

²⁸⁹ GUIMARÃES, *op.cit.* p. 7.

Considerações finais

O desfecho dos anos 1870

Em dezembro de 1875 vieram a lume as *Americanas* de Machado de Assis. A coletânea poética com características aparentemente dissonantes das outras produções machadianas, evidentemente causou estranhamento entre seus críticos, embora alguns se mostrassem contentes com a tomada de decisão do poeta de escrever sobre temas brasileiros. A segunda crítica de *Americanas* saiu na *Gazeta de Notícias* no dia 11 de janeiro de 1876, na seção “Crônica Bibliográfica” assinada por L., que segundo Magalhães Jr. era a abreviação do pseudônimo de Lulu Sênior²⁹⁰. O artigo sobre *Americanas* foi o primeiro dessa coluna da *Gazeta* que havia sido fundada há poucos meses. L. afirmava que “ninguém mais no Brasil escreveria livro igual”, elogiava o talento e o esmero com que Machado tinha com as letras, conservando uma forma poética “formosa”. Entretanto, as restrições viriam devido aos raros “arrojos” do poeta na coletânea e L. concluía que:

Entretanto, ao ler o título do seu último livro, era lírico supor que se ia admirar nova face de tão claro estro, que a alma americana ainda um pouco tolhida nas vestes com que usa apresentar-se a musa do ilustre poeta, palpitasse nessas páginas. Mas não. Não falamos já do estilo demasiado *português*; referimo-nos ao ‘essencial’, que ‘é a alma do homem’. Essa é que, nas *Americanas*, não é americana. Onde os pensamentos virgens como a flora opulenta das nossas selvas? Onde as paixões generosas e indômitas como os leões dos nossos ermos? Onde a poética singeleza do dizer primitivo? E as paisagens sempre várias desta natureza sem par? Onde, em suma, a grandiosidade incorreção que é o cunho da incauta beleza do mundo novo?²⁹¹

L. mostrava-se eloquente, sentia falta de arrebatamentos e de “paixões generosas e indômitas” como os nossos “leões”. L. aparentemente entendia o indianismo ainda com muita grandiosidade no cenário e na construção dos personagens. Os índios machadianos não agradavam com sua simplicidade, o que leva o crítico a pensar que a “alma” dos personagens da coletânea não era americana. Ao referir-se a palavra “alma”, referia-se a frase “o essencial é a alma do homem”, contida na “Advertência” da coletânea. Usar a “Advertência” de *Americanas* contra seu próprio autor não foi exclusividade dessa coluna, já havia acontecido imediatamente à publicação de *Americanas*. A primeira crítica à

²⁹⁰ Segundo Magalhães Jr., quem escrevia sob o pseudônimo de Lulu Sênior era Ferreira de Araújo. (MAGALHÃES Jr., R. *Machado de Assis: Vida e obra*, vol 2: Ascensão. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 236.)

²⁹¹ L. “Crônica Bibliográfica: *Americanas* por Machado de Assis”. *Gazeta de Notícias*. 11 de janeiro de 1876.

coletânea ocorreu no dia 20 de dezembro de 1875, no periódico *Brazil Americano*, na coluna “Bibliografia”, que se encontra sem assinatura. A crítica anônima analisa somente a “Advertência” do autor, principalmente o trecho final, no qual Machado afirma que:

A generosidade, a constância, o valor, a piedade hão de ser sempre elementos da arte ou brilhem nas margens do Scamandro ou nas do Tocantins. O exterior muda; o capacete de Ajax é mais clássico e polido do que o kanitar de Itajuba; a sandália de Calipso é um primor de arte que não achamos na planta nua de Lindoia. Esta é, porém, a parte inferior da poesia, parte acessória. O essencial é a alma do homem²⁹².

O crítico, afirmava que “o sentimento americano não apossou-se [da alma do poeta], mais subjugada por natureza alheia”. Então, explica o porquê de ter proferido tal sentença. Primeiramente, as observações de Machado no excerto anterior da “Advertência” eram, segundo o autor da crítica, “considerações desnecessárias para um brasileiro” e davam uma “ideia antecipada do errôneo plano do livro”. O autor anônimo explicou qual foi o erro de Machado, segundo ele:

O poeta não altera as leis da organização humana; as faculdades da alma não se modificam segundo os climas ou os temperamentos. Mas ele escreve uma obra de imaginação e não uma dissertação fisiológica; para seguir os princípios da arte, ele os deve apresentar o homem não acima de sua espécie, mas com fisionomia própria, e essa fisionomia não lhe é imposta senão pela educação que recebeu ou pelas ideias que tem, inspiradas pelas condições do mundo exterior.²⁹³

O crítico anônimo mostrava-se adepto de ideias deterministas, e ao construir a imagem de seu índio como sendo um homem como qualquer outro, Machado parecia incomodar alguns intelectuais atrelados ao cientificismo. Afinal, para esses a moralidade de alguém dependia das condições físicas, da espécie e do mundo a sua volta e, por isso, para o crítico, “os elementos exteriores” eram fundamentais para a obra poética e o homem jamais poderia encontra-se “acima de sua espécie”. O melhor exemplo do crítico é o caso de *Othello*, de Shakespeare, segundo o autor do artigo, não era o “ciúme que [desvairava] o esposo”, o que todos viam “naquele movimento rápido, feroz e louco” era a “influência da natureza ardente da África”. Em suma, Machado não havia encarado seus personagens “cientificamente”, havia desprezado a fisionomia que a sociedade em que se vivia imprimia no indivíduo.

²⁹² ASSIS, Machado de. “Advertência”. In: *Americanas*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1875. p. 6.

²⁹³ Autor desconhecido. “Bibliografia: *Americanas*, poesias de Machado de Assis”. *Brazil Americano*. 20 de dezembro de 1875, p. 4.

Também em outras críticas ficava evidente o estranhamento frente a uma espécie de “indianismo tardio” por parte de Machado. Em algumas, com autores ainda em luto pela recente morte de Fagundes Varella, havia felicitações pelo fato de Machado ter escolhido escrever sobre temas brasileiros, embora, de forma “errônea”. A simplicidade da narrativa indianista machadiana não agradava, nem a crítica nacionalista que concluía que a coletânea não era americana, tampouco a crítica determinista que não gostava de ver índios como homens e mulheres “acima de sua espécie”. Evidentemente que em *Americanas*, Machado dialogava com essas duas concepções literárias diferentes e se foi criticado pelas duas vertentes, aparentemente o poeta conseguiu cumprir seu objetivo. E se antes da publicação de *Americanas*, Machado combatia principalmente uma visão cristalizada de literatura nacional, o que fica mais claro no artigo “Instinto de Nacionalidade”, nos anos subsequentes o autor continuará a encarar uma contenda com a “nova geração” e a literatura com inspiração científica. Para a crítica, há nessa final de década de 1870, uma transição literária na carreira de Machado de Assis, uma espécie de “virada antirromântica”. Entendemos que essa mudança ocorreu de forma lenta e gradual e *Americanas* se encontra num dos degraus da modificação literária machadiana. Nos próximos anos, Machado irá encarar batalhas e transições que modificará sua prosa.

A partir daqueles últimos anos da década de 1870, Machado continuaria a encarar novas formas e temáticas para a literatura. A partir de 1875, os desdobramentos da literatura machadiana mostrará que há outras formas de pensar a sociedade e a literatura. Tendo em vista que o autor já indicava refletir sobre como a literatura dialogaria de forma mais direta com a sociedade desde o artigo “Instinto de Nacionalidade”. Segundo Leonardo Pereira, em sua edição comentada da série *História de 15 dias*, no final da década de 1870 Machado deixava “de lado os modelos românticos com os quais dialogara nos primeiros romances e contos, começava a buscar novas formas narrativas de expressão, que viriam a alterar-lhe substancialmente a prosa”²⁹⁴. A partir disso e considerando a importância do gênero cronístico para a formação de Machado de Assis, Leonardo Pereira analisa a série de crônicas *História de 15 dias* publicada pelo autor na *Revista Ilustração Brasileira*. Em 1876, Machado de Assis assumiria a coluna na *Revista Ilustração Brasileira* na qual, dentre outras coisas, pode refletir sobre como a literatura trataria de temas prementes à sociedade. A partir do dia 1º de julho de 1876, Machado publicava a

²⁹⁴ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Introdução”. In: ASSIS, Machado de. *História de 15 dias*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. p. 9.

série assinada pelo pseudônimo Manassés, que seria uma espécie de narrador-personagem com um posicionamento supostamente conservador. O pseudônimo era um “artifício literário” de acordo com Leonardo Pereira²⁹⁵.

Segundo Leonardo Pereira cabia, à Manassés, “historiar” as mudanças da década de 1870, e, sobretudo, “julgá-las”. Manassés demonstrava-se nostálgico, e se opunha aos “ventos liberais”. Assim, segundo Leonardo Pereira, “Machado de Assis construía sua ironia através do exagero dos traços que evidenciavam as fissuras de seu próprio discurso”. Ao lamentar as mudanças, Machado “evidenciava o caráter elitista e excludente de seu argumento”. Por exemplo, em sua primeira crônica, o autor lamentava as mudanças do regime tradicional turco, que a partir de então teria “um sistema político, legal e econômico capaz de garantir liberdade e cidadania para todos os seus habitantes”, conforme Leonardo Pereira. As mudanças não pareciam tão indesejáveis, se pensarmos a partir do ponto de vista dos dependentes. O Oriente iria perder sua “poesia” para Manassés, mas ironicamente Machado explicitava “o autoritarismo e a violência inerentes ao mundo tradicional”, como afirma Leonardo Pereira²⁹⁶.

Segundo Sidney Chalhoub, em *Machado de Assis, historiador*, a série *História de 15 dias* está completamente atrelada à experiência histórica de Machado como funcionário público. Como secretário do Ministério da Agricultura, enquanto tentava fazer valer a Lei de 1871, convivía com tipos sociais da elite escravocrata. Chalhoub afirma que: “O funcionário lia o lamento, circunspecto, na rotina da repartição, para que o literato, galhofeiro ou dissimulado, pudesse recriá-lo depois.”²⁹⁷ Aliás, foi a experiência história de Machado nessa conturbada década de 1870 que resultaria em 1880 na criação de outro representante da classe senhorial, Brás Cubas e suas *Memórias Póstumas*²⁹⁸. Machado de Assis em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, segundo Chalhoub, nos legou “o seu, testemunho sobre a fisionomia ideológica duma classe social que então encarava, muito a contragosto, a necessidade de pensar o mundo sem escravidão.”²⁹⁹ Havia uma “vontade de sobra”, em Brás e em seus pares - e porque não incluir também o personagem Manassés nessa lista- “para defender a propriedade escrava existente contra as incursões dos abolicionistas”³⁰⁰.

²⁹⁵ PEREIRA, *op.cit.* p. 18.

²⁹⁶ PEREIRA, *op.cit.*, p. 20-28.

²⁹⁷ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 258.

²⁹⁸ CHALHOUB, *op.cit.*, p. 291.

²⁹⁹ CHALHOUB, *op.cit.*, p. 97.

³⁰⁰ CHALHOUB, *op.cit.*, p. 106.

Machado de Assis concebeu as *Memórias Póstumas* de forma bem imaginativa, com direito a devaneios e delírios, se o fez dessa maneira foi por não acreditar na estética realista. Mesmo a forma imaginativa não escondia a relação do romance com o real. Além do que foi posto sobre *Memórias* e mesmo da série *História de 15 dias*, há também que considerar que Machado fazia “de sua obra um meio de discutir seus princípios estéticos e políticos” segundo Leonardo Pereira em “A realidade como vocação”³⁰¹. O “caráter imaginativo” afasta o romance de qualquer pretensão de “fazer da literatura um espelho da realidade”. O protagonista estava “distante da virtude romântica”, tampouco seu caráter fantasioso o aproximava do realismo³⁰². Com esse tipo de narrativa, Machado parecia resolver algumas das questões que se colocaram para ele após a publicação de *Americanas*, a partir de 1875. Como dito, após *Americanas*, vieram críticas de cunho nacionalista e cientificistas. Em 1870, a crítica nacionalista foi um dos motores para concepção de *Americanas* e havia sido debatida desde o princípio da década de 1870. Não o único, o índio machadiano ainda dialoga com ideias cientificistas como evolucionismo e determinismo, como defendemos no segundo capítulo. A crítica ligada ao cientificismo e ao realismo continuaria a ser combatida a partir de 1875. Numa época em que a literatura já não mais tinha o papel de afirmar o perfil da nação, consolidava no país uma forma que representava os problemas da sociedade literariamente. Machado de Assis mostrava-se partidário dessa concepção, todavia criticava a estética realista como única fórmula na realização de tal tarefa. O que ficou evidente em 1878 com a publicação da crítica ao realismo de Eça de Queiroz no jornal *O Cruzeiro*.

Em 1878 era publicado o romance *O Primo Basílio*, de Eça de Queirós, que tinha características claramente influenciadas pela literatura realista e naturalista de Émile Zola. A recepção do romance de Eça de Queirós no Brasil causou muitas discussões na imprensa fluminense e Machado foi um dos protagonistas da polêmica. De acordo com Ana Flávia Cernic Ramos, em “A batalha literária de Machado de Assis nas “Balas de Estalo””, o que principalmente estava em pauta era “a moralidade da história contada por Eça de Queirós, seus efeitos junto às famílias brasileiras” e “os limites estéticos e formais do modelo

³⁰¹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do Império”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (orgs). *O Brasil Imperial*, vol III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 286.

³⁰² PEREIRA, *op.cit.* p., 294-295.

realista que o romance português havia anunciado”³⁰³. Machado de Assis, em “Eça de Queirós: *O Primo Basílio*”, publicado em 16 de abril de 1878 no jornal *O Cruzeiro* com o pseudônimo Eleazar, criticava, sobretudo, “a relação que a nova escola estabelecia com a realidade”³⁰⁴. A “reprodução fotográfica e servil das coisas mínimas e ignóbeis” feita pela nova escola literária demonstrava certa fragilidade da “nova poética” para Eleazar. Afinal, como afirma Ana Flávia Ramos, para Machado de Assis, “a hipótese social criada por Eça” era desprovida de “uma face humana verdadeira, já que excluía as motivações típicas dos indivíduos”³⁰⁵. A controvérsia com a “geração de 1870” duraria e no próximo ano, em 1879, Machado em seu último texto como crítico literário- o que não significava que o autor se afastava das polêmicas- avaliou a “nova geração” que florescia. Em dezembro de 1879, Machado publicava o artigo “A Nova Geração” na *Revista Brasileira*, na qual ainda debatia os rumos da literatura brasileira, reconhecendo os suspiros finais do Romantismo, todavia crítico da concepção juvenil de seus contemporâneos que acreditavam que tudo em relação à escola anterior deveria ser combatido³⁰⁶. Machado era crítico, principalmente das influências cientificistas. Conforme Ana Flávia Cernic Ramos, para Machado, aquela se tratava de “uma geração que não desconfiava das “verdades” emitidas pela chamada ciência moderna e tomava como bandeira o advento vago da justiça”³⁰⁷. Segundo a autora, Machado era “defensor da autonomia da arte” e “mais uma vez não só demonstrava o incômodo com as adesões a um modelo restritivo e doutrinário sobre a arte, como apontava a ausência de uma doutrina literária de fato.”³⁰⁸

A década de 1870 significou para Machado um momento de transição literária, que ocorreu de forma lenta e gradual ao longo desse período. Nessa época que o autor foi protagonista de debates literários e sociais, o prosador que a posteridade consagrou, se formava. E, se em janeiro de 1870 Machado era convocado para ser mais ativo na questão da formação da literatura brasileira, escrevendo com maior afinco sobre temas nacionais, nesse ínterim, muitas questões atravessaram o Brasil. Nesse intervalo, Machado

³⁰³ RAMOS, Ana Flávia Cernic. “A batalha de Machado de Assis”. In: *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de Estalo” de Machado de Assis*. 399fls. 2010. (Tese de Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 117.

³⁰⁴ RAMOS, *op.cit.*, p. 120.

³⁰⁵ A crítica de Machado foi debatida nos próximos dias na imprensa carioca, dentre outras coisas, o autor era acusado de um apego pela escola Romântica. Isso provocou o autor, que novamente retomou sua crítica ao *Primo Basílio* no dia 30 de abril no mesmo espaço do jornal *O Cruzeiro*.
Ver: Eleazar. “Eça de Queirós: *O Primo Basílio*”. *O Cruzeiro*, 16 e 30- 04 – 1878.

³⁰⁶ ASSIS, Machado de. “A Nova Geração”. *Revista Brasileira*, II Tomo, out/dez de 1879, p. 373-413.

³⁰⁷ RAMOS, *op.cit.*, p. 128.

³⁰⁸ RAMOS, *op.cit.*, p. 129.

amadureceu e viu o Romantismo sair de cena para que uma autointitulada “nova geração” florescesse, com seu “bando de ideias novas”. De tal modo que em dezembro de 1879, Machado, agora fazia a vez do crítico, tentando entender o programa literário e social de homens como Valentim Magalhães, Joaquim Nabuco, Araripe Jr., e Sílvio Romero, que ainda irão cruzar o caminho de nosso protagonista tantas vezes até o final de sua carreira.

Documentos

Objeto da pesquisa

ASSIS, Machado de. *Americanas*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1875.

Literatura

ALENCAR, José. “Advertência”. In: *O Jesuíta- drama em quatro atos*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875.

_____. *Cartas sobre a Confederação de Tamoios*. Rio de Janeiro: Empreza Typographia Nacional do Diario, 1856.

_____. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro : Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1893.

_____. *Iracema: a lenda do Ceará*. Rio de Janeiro: Typ. de Vianna & Filhos, 1865.

_____. *O Guarani: romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1857.

_____. *Ubirajara: lenda tupi*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1874.

ASSIS, Machado de. “O Almada”. In: *Outras Relíquias*. RJ: Garnier, 1910.

_____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Abril, 2010.

_____. *Toda poesia de Machado de Assis*; organização e prefácio: LEAL, Cláudio Murilo. Rio de Janeiro: Record, 2008.

DIAS, Gonçalves de. “Meditação”. In: *Obras póstumas de A. Gonçalves Dias*: precedidas de uma notícia de sua vida e obras, vol III. São Luís do Maranhão: Bellarmino de Mattos, 1868.

_____. *Primeiros Cantos*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1846.

_____. *Segundos cantos e sextilhas de Frei Antônio*. Rio de Janeiro: Typ. Clássica de José Ferreira Monteiro, 1848.

_____. *Timbiras: poema americano*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1857.

_____. *Últimos cantos*. Rio de Janeiro: Typ. de F. de Paula Brito, 1851.

GAMA, José Basílio da. *O Uruguay*. Lisboa: Régia Oficina Typ, 1769.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *A confederação de Tamoios*. Rio de Janeiro: Tipografia Dous de Dezembro, 1856.

Artigos em jornais e Revistas

Araripe Jr. “Quincas Borba”. *Gazeta de Notícias*. 12 de janeiro de 1892.

ASSIS, Machado de. “A Nova Geração”. *Revista Brasileira*, II Tomo, out/dez de 1879, p. 373-413.

_____. “Eça de Queiroz: O Primo Basílio”. *O Cruzeiro*. 16 e 30 de abril de 1878.

_____. *História de 15 dias*; organização, introdução e notas: Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. “Mariana”. *Jornal das Famílias*. 01 - 1871. [assinado com pseudônimo J.J]

_____. “Notícia da atual literatura brasileira- Instinto de Nacionalidade”. In: *O Novo Mundo*. New York, 23 de março de 1873, vol. III, nº 30. p. 107-108.

_____. “Notícia da atual literatura brasileira- Instinto de Nacionalidade”. In: *O Novo Mundo*, 1879, vol IX, nº100

_____. “O passado, o presente e o futuro da literatura”. In: Obra completa de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. II, 1994. (Publicado originalmente em *A Marmota*, Rio de Janeiro, 09 e 23/04/1858).

_____. “Orises”. *A Instrução Pública*. 29 - 06 - 1873

_____. “Voos Ícaros”. *Semana Ilustrada*, 26 - 01 - 1873.

Autor desconhecido. “Americanas, poesias de Machado de Assis”. *Brazil Americano*. 20 - 12 - 1875.

Bacharel Brandão. “Correspondência”. *O Mosquito*. 27 - 04 -1872.

GUIMARÃES Jr., Luís. “Estudos literários: *Falenas* por Machado de Assis”. *Diário do Rio de Janeiro*, 05 - 02 - 1870.

JAGOANHARO, Oscar. “*Falenas*- versos de Machado de Assis”. *Dezesseis de Julho*, 06 - 02 - 1870.

L. “Crônica Bibliográfica: *Americanas* por Machado de Assis”. *Gazeta de Notícias*. 11 - 01 - 1876.

Sylvio. “Voos Ícaros”. *A Vida Fluminense*, 15 - 02 - 1873, pp.2-3.

Revistas do IHGB

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Como se deve escrever a História do Brasil*. In: Revista do IHGB. Rio de Janeiro 6 (24): 389 - 411. Janeiro de 1845. (Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. nº. 24, janeiro de 1845).

MONTERROYO MASCARENHAS, Joseph Freyre. “Os Orizes Conquistados”. In: *Revista do IHGB*, Tomo VIII, 2ª ed. Rio de Janeiro, 1867. pp. 494-512.

PRADO, Francisco Rodrigues. “História dos índios cavaleiros ou da nação Guaiakuru”. In: *Revista do IHGB*, tomo I, nº 1, 3ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. pp. 21-44.

Fontes históricas citadas por Machado de Assis

AIRES DE CASAL, Manuel. *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

CARDIM, Fernão. *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica: pela Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente, São Paulo, etc. desde o ano de 1783 ao de 1800*. Lisboa, 1817.

DANIEL, João. “Da lei dos índios do Rio Amazonas”. In: *Tesouro descoberto do Rio Amazonas*. Introdução de Leandro Tocantins. Relatório da diretora da Biblioteca Nacional, 1975. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional 1976, pp. 236-240.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Viagem ao Araguaya*. Goiás: Topografia Provincial, 1863.

VASCONCELLOS, Simão de. *Crônicas da companhia de Jesus do Estado do Brasil*. vol: II. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes. 2ª ed. 1865.

Correspondências

Correspondência de Machado de Assis. Tomo II: 1870-1889/ coordenação e orientação Sérgio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009 (Coleção Afrânio Coutinho; v. 92):

Alfredo D’Escagnolle Taunay. [carta] 15 de outubro de 1873. Rio de Janeiro [para] Machado de Assis, Rio de Janeiro. Sugestão para composição de “Niani” de *Americanas*.

Araújo Porto Alegre. [carta] 4 agosto de 1870. Lisboa [para] Machado de Assis, Rio de Janeiro. Agradecimento por ter recebido um volume de *Falenas*.

Machado de Assis. [carta] 20 de outubro de 1871. Rio de Janeiro [para] J.C. Fernandes Pinheiro, Rio de Janeiro. Agradecimento pelo envio da coleção das *Revistas do IHGB*.

Referências bibliográficas

ABREU, Martha. “Impasses do catolicismo no século XIX”. In: *O Império do Divino: festas religiosas no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999. pp. 311-332.

ABREU, Mirhiane Mendes. *Ao pé da página: a dupla narrativa em José de Alencar*. 2002. 185 p. Tese (doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, SP.

ALIGHIERI, Dante. “Purgatório”. In: *A Divina Comédia*. São Paulo: Atena Editora, 1955. (versão eBookBrasil, 2003).

Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/download/texto/eb00002a.pdf>. Último acesso em: 09/06/2014.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMPARO, Flávia Vieira da Silva do. *Um verme em botão de flor: a ironia na poética machadiana*. 2004. 164 fls. (Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas [Literatura Brasileira]), Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro.

_____. *Sob o véu dos versos: o lugar da poesia na obra de Machado de Assis*. 2008. 346 fls. (Tese de Doutorado em Letras Vernáculas [Literatura Brasileira]), Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro.

ARISTÓTELES. *Poética*. In: Coleção Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome- Duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

BARATA, Alexandre M. “A maçonaria e a Ilustração Brasileira”. In: *História, Ciência e Saúde*. Manguinhos I (1): 78-99, jul-out, 1994.

BOSI, Alfredo. “Poesia e historicidade”. In: *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp. 9-17.

BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia: História de deuses e heróis*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/SP, 2002.

CANO, Jefferson. “Machado de Assis, historiador”. In: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp. 35-65.

_____. “Nação e ficção no Brasil do século XIX”. In: *História Social* (Unicamp). Vol. 23, pp. 19-39, 2013.

CARVALHO, Fernando. “A presença indígena na ficção brasileira”. In: *Intinerários*, Araraquara, nº 11, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. “Diálogos políticos em Machado de Assis”. In: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Apresentação”. In: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp. 7-13.

CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 5ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COSTIGAN, Lúcia Helena (org.). *Diálogos da conversão: missionários, índios, negros e judeus no contexto ibero-americano no período barroco*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

COUTINHO, Afrânio (org.). “Introdução”. In: *A polêmica Alencar/Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª ed, 1978.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, 1992.

ELIA, Sílvio. “Romantismo e linguística”. In: GUINSBURG, Jacob (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978. pp. 113-135.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann e TAVARES, Mauro Dillmann. “Um Apóstolo da Independência do Brasil: O projeto de Estado-Nação em *O Jesuíta* de José de Alencar”. In: Anos 90, Porto Alegre, v.16, n. 29, p. 315-348, jul. 2009.

FREYRE, Gilberto. “O indígena na formação da família brasileira”. In: Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Record, 2001. pp. 160-253.

GAHYVA, Helga. “Tocqueville e Gobineau no mundo dos iguais”. In: DADOS- *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 49, nº3, 2006, pp. 553-582.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre, RS: L&PM Pocket, 2014.

GARCIA, Dantielli Assumpção e NUNES, José Horta. “Vocabulários de línguas indígenas na *Revista do IHGB*: o processo de gramatização”. In: BARROS, Lídia Almeida e ISQUEREDO, Aparecida Negri. (orgs.). *O léxico em foco: múltiplos olhares*. São Paulo: Editora Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

GAY, Peter. *Represálias Selvagens: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GLEDSON, John. “1872: ‘A parasita azul’- Ficção, nacionalismo e paródia”. In: Cadernos de Literatura Brasileira, nº 23 e 24- julho de 2008.

GONÇALVES, Fabiana. O índio na poesia de Machado de Assis. In: Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades, vol. III, 2009. pp. 30-44.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. “História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, vol. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 427-465.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. “*Ressurreição e A mão e a luva: o questionamento do leitor romântico*”. In: *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. pp. 125-147.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “*Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional*”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. n.1, 1998, pp. 5-27.

HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões*. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1990.

HELENA, Lucia. *A solidão tropical: o Brasil de Alencar e da modernidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

LEAL, Cláudio Murilo. *O círculo virtuoso: a poesia de Machado de Assis*. Brasília, DF: Ludens, 2008.

LONGO, Mirella Márcia. “*Guerreiros sem canto*”. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.1, nº 4, pp. 41-57, dezembro de 2006.

MAGALHÃES Jr., Raimundo. *Vida e Obra de Machado de Assis*. vol. 2: Ascensão. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MARCO, Valeria. “*O Guarani: as cicatrizes do mito*”. In: *A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. pp. 19-94.

MARQUES, Wilton José. “*Machado de Assis & Gonçalves Dias: Encontros e Diálogos*”. In: *Luso-Brazilian Review*. Vol 43, nº1 (2006). pp. 51-64. (University of Wisconsin Press).

_____. “*O poeta e o poder: favores e afrontas*”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 32, 2003.

MEGID, Daniele Maria. “*Literatura, verdade e ciência em Memórias Póstumas de Brás Cubas*”. In: *À roda de Brás Cubas: literatura, ciência e personagens femininas em Machado de Assis*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

MONTEIRO, John. “*A transformação de São Paulo indígena, século XVI*”. In: *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. pp. 17-56.

_____. *Tupis, tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. 2001. 235 fls. (Tese apresentada para o concurso de livre docência Unicamp, área de Etnologia). Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2009.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. “As influências de *O Uruguay* de Basílio da Gama na poesia indianista de Machado de Assis”. In: Revista USP, São Paulo, n. 73, pp. 105-111, março/maio 2007.

NOVINSKY, Anita W. *Machado de Assis, os Judeus e a Redenção do Mundo*. São Paulo: Documenta Histórica: Humanitas, 2008.

NUNES, Benedito. “A visão Romântica”. In: GUINSBURG, Jacob (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985. pp. 51-74.

OLIVER, Élide Valarini. A poesia de Machado no século XXI: revisita, revisão. In: A obra de Machado de Assis. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006 [Ensaio Premiado no 1º concurso Internacional Machado de Assis]. pp. 117-178.

PAGNAN, Celso Leopoldo. “Alencar e Machado: leituras e indianismo”. In: Terra roxa e outras terras- Revista de Estudos Literários. Vol. 6 (2005). pp. 72-85.

PEREIRA, Leonardo A. de M. “A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do Império”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial*, vol III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 273-312.

_____. “Introdução”. In: ASSIS, Machado de. *História de 15 dias*; organização, introdução e notas: Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz e SZTUTMAN, Renato. “Notícia de uma certa Confederação Tamoio”. In: Mana 16(2): 401-403, 2010.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vira e mexe, nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PINTO, Jefferson de Almeida. “A congregação da missão e a “questão religiosa” no Segundo Reinado”. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. Conhecimento Histórico e diálogo social. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH- Associação Nacional de História, vol 1.

PRADO JR, Caio. “Povoamento”. In: *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. pp. 33-122.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. “A batalha de Machado de Assis”. In: *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de Estalo” de Machado de Assis*. 399fls. 2010. (Tese de Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

REIS, Rutzkaya Queiroz. “Machado de Assis poeta”. In: Ângulo, 113, abr/jun, 2008, pp. 55-61.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil- 1830-1870*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA, João Cezar de Castro. “Machado de Assis, leitor (autor) da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*”. In: JOBIM, José Luís. *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2001. pp. 315-334.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial*. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2013.

SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças- cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão- tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. “Originalidade da Literatura Brasileira”. In: *História da Literatura Brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor e Fundação Biblioteca Nacional, 2002. pp. 135-163.

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de Contos- Ciência e Literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. “Política, literatura e o sentimento de nacionalidade no Brasil antes de 1910”. In: *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Roberto Acízelo. “Apresentação”. In: SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *História da Literatura Brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor e Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TOCANTIS, Leandro. “A Bíblia ecológica do Padre João Daniel”. In: DANIEL, João. *Tesouro descoberto do Rio Amazonas*. Introdução de Leandro Tocantins. Relatório da diretora da Biblioteca Nacional, 1975. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional 1976.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. (tradução: Waltensir Dutra)- 2009.

_____. *Os Românticos: Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

TREECE, David. “O indianismo romântico, a questão indígena e a escravidão negra”. In: *Novos Estudos*, nº 65, março de 2003.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios- catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VENTURA, Roberta. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. SP: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. Machado de Assis. In: *História da Literatura Brasileira- de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 7ªed.,1998.